

PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

INTELECTUAIS, HISTORIOGRAFIA E DIPLOMACIA
CULTURAL NO RIO DE JANEIRO EM 1922

José Lúcio Nascimento Jr.

PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

**INTELECTUAIS, HISTORIOGRAFIA E DIPLOMACIA CULTURAL
NO RIO DE JANEIRO EM 1922**

JOSÉ LÚCIO NASCIMENTO JÚNIOR

PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

INTELECTUAIS, HISTORIOGRAFIA E DIPLOMACIA CULTURAL
NO RIO DE JANEIRO EM 1922

Coleção Concurso SBTHH
Volume 5



Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

Editoração e projeto gráfico

João Carlos Furlani

Capa

Flávia Florentino Varella

Imagem da capa

Vetor Triangle Pattern (<http://dryicons.com/free-graphics/preview/triangle-pattern>)

Revisão e normas

Os autores

Diretoria (2018-2021)

Presidente:

Temístocles Cezar (UFRGS)

Vice-Presidente:

Karina Anhezini (UNESP)

Secretária Geral:

Flávia Florentino Varella (UFSC)

Secretário Adjunto:

Rodrigo Perez Oliveira (UFBA)

Tesoureira:

Arthur Oliveira Alfaix Assis (UnB)

Conselho fiscal

Evandro dos Santos (UFRN)

Mateus Henrique de Faria Pereira (UFOP)

Rebeca Gontijo (UFRRJ)

Diretor de publicações

André de Lemos Freixo (UFOP)

Conselho científico e editorial de publicações

Presidente:

Durval Muniz de Albuquerque Jr. (UFRN)

Membros:

Alexandre Avelar (UFU)

Beatriz Vieira (UERJ)

Carlos Fico (UFRJ)

Cássio Fernandes (UNIFESP)

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN)

Estevão de Rezende Martins (UnB)

Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)

Helena Mollo (UFOP)

Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio)

João Paulo G. Pimenta (USP)

Julio Bentivoglio (UFES)

Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)

Luiz Costa Lima (PUC-Rio)

Mara Cristina Rodrigues (UFRGS)

Marcelo Gantus Jasmin (PUC-Rio)

Marcia Barbosa Mansor D'Alessio (UNIFESP)

Marcia de Almeida Gonçalves (UERJ)

Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ)

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)

Sérgio da Mata (UFOP)

Valdei Lopes de Araujo (UFOP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Nascimento Júnior, José Lúcio.

Primeiro Congresso Internacional de História da América: intelectuais, historiografia e diplomacia cultural no Rio de Janeiro em 1922 [livro eletrônico] / José Lúcio Nascimento Júnior -- Mariana, MG : Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, 2021. -- (Coleção Concurso SBTHH ; 5).

198 p. ; il. ; 23 cm ; PDF

Bibliografia

ISBN 978-85-69703-06-8

1. Diplomacia cultural 2. Diplomacia cultural - Brasil 3. Historiografia - História 4. Intelectuais - Brasil - História 5. Relações culturais I. Título. II. Série.

SUMÁRIO

7	APRESENTAÇÃO: SOCIEDADE BRASILEIRA DE TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: DUAS CARTAS E ALÉM... <i>Andre de Lemos Freixo</i>
21	PREFÁCIO <i>Thiago Lima Nicodemo</i>
25	INTRODUÇÃO
35	CAPÍTULO I: DIPLOMACIA CULTURAL E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA
40	Relações internacionais e o Pan-americanismo no IHGB no primeiro quartel do século XX
47	Apontamentos sobre a Diplomacia Cultural e a produção de periódicos no primeiro quartel do século XX
53	CAPÍTULO II: O RIO DE JANEIRO E O CENTENÁRIO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: REVISITANDO 1922
54	A imagem do Rio de Janeiro como representação do Brasil
71	A homenagem do IHGB aos fundadores da Nação: José Bonifácio, D. Pedro I e D. Leopoldina
79	CAPÍTULO III: O PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA
84	O Congresso Internacional de História da América como parte das Comemorações do Primeiro Centenário da Independência do Brasil
90	Conhecendo o evento

117	CAPÍTULO IV: O DEBATE SOBRE A HISTÓRIA COMO CIÊNCIA NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XX
119	Debates sobre o significado da História no primeiro quartel do século XX
138	Discurso de Afonso Celso na abertura do I Congresso Internacional de História da América
149	CAPÍTULO V: VINCULAÇÕES ENTRE O BRASIL E A AMÉRICA ATRAVÉS DOS DISCURSOS PROFERIDOS NO I CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA
150	Diálogos Argentina-Brasil e a escrita da História na América
173	Analisando o arquivo pessoal de Max Fleiuss sob guarda no IHGB: outras formas de ver a circulação de intelectuais
177	CONSIDERAÇÕES FINAIS
185	REFERÊNCIAS
185	Fontes manuscritas
185	Fontes impressas
185	Bibliografia

APRESENTAÇÃO:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: DUAS CARTAS E ALÉM...

Para o Prof. Me. José Lúcio Nascimento Júnior.
Em memória das vítimas de um desgoverno genocida; da
COVID-19; e do egoísmo “desumanitário” que nos consome.

E escrever sobre a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) é um exercício que se assemelha ao da redação de um memorial acadêmico para mim. Evidentemente, a história desta sociedade científica não se confunde com minha trajetória (nem eu sou, de maneira alguma, central para essa história!). Mas o fato é que minha trajetória acadêmica está quase integralmente contida nos eventos, nos diálogos com as pessoas e na atuação nas instituições que, desde fins de agosto de 2009, vêm dando corpo a esta bela história desde a cidade histórica de Mariana - MG e além. Ali, na condição de um entusiasmado espectador, pude testemunhar a Assembleia Geral na qual foi lida e aprovada a *Carta de Mariana*, da qual sou orgulhoso signatário ao lado de muitas pessoas que fizeram (e fazem) essa história. Observei de perto o estabelecimento dos estatutos e objetivos desta sociedade.¹ Tudo aconteceu durante o 3.º Seminário Nacional de História da Historiografia (SNHH).

¹ Signatários da Ata de Fundação, em 25 de agosto de 2009: Estevão Chaves de Rezende Martins, Fernando Felizardo Nicolazzi, Valdei Lopes de Araujo, Helena Miranda Mollo, Bruno Franco Medeiros, Thamara Oliveira Rodrigues, Felipe Charbel Teixeira, Rodrigo Turin, Pedro Spinola Pereira Caldas, Maria de Fátima Novaes Pires, Janaína Pereira de Oliveira, Raimundo Nonato Araújo da Rocha, Taíse Tatiana Quadros, Fábio Muruci dos Santos, Alexandre Pacheco, Andréa Sannazzaro Ribeiro, Maria Ávila Franzoni, Luiz César de Sá Júnior, Pedro Torres da Silveira, Sabrina Magalhães Rocha, Amanda da Silva Martins, Camila Aparecida Braga Oliveira, Rodrigo Lima Ferreira, Paulo Alberto da Silva Mendes, Gisela Morena de Souza, Piero di Cristo

Este é o ponto: a SBTHH é central na minha trajetória formativa e profissional até hoje. É uma aproximação metonímica, claro. E creio que esse percurso possa ser (de algum modo) análogo ao de muitas pessoas que, assim como eu, contribuem hoje para a vida da instituição. À época do seu nascimento, eu era um “jovem” pesquisador no início do meu Doutorado, sob orientação do saudoso Manoel Salgado Guimarães.² O tema da minha pesquisa era a história da historiografia de José Honório Rodrigues. Rodrigues foi homenageado na *Carta*, assinada também por Manoel Salgado no Auditório Francisco Iglésias (importante historiador mineiro, amigo e admirador de José Honório Rodrigues), no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (ICHS/UFOP). Coincidências? Bem...

Mais uma vez: a história da SBTHH não começa comigo, ela nem começa com o Seminário ou “no seminário”.³ A SBTHH deu continuação ao fortalecimento do campo cujo marco fundamental data de 2003, no Simpósio Nacional da Associação Nacional de História - ANPUH de João Pessoa - PB, com o Grupo de Trabalho em Teoria da História. Em 2007, logo depois do Simpósio da ANPUH de São Leopoldo - RS, os corredores e salas de aula do ICHS/UFOP foram cenário dos simpósios temáticos, minicursos e das muitas conversas que, mais tarde, desenvolveram-se

Carvalho Detoni, Rebeca Gontijo Teixeira, Marcia de Almeida Gonçalves, Tatiana Mol Gonçalves, Camila Kézia Ribeiro Ferreira, Henrique de Oliveira Fonseca, Rodrigo Machado da Silva, Bruno Diniz Silva, Dalton Sanches, Vitor Claret Batalhone Júnior, Inigh Freire Furtado, Eduardo Wright Cardoso, Moema Vergara, Mateus Henrique de Faria Pereira, Sérgio Ricardo da Mata, Daniel Pinha Silva, Flávia Florentino Varela, Arthur Oliveira Alfaix Assis, João Paulo Garrido Pimenta, Fábio Franzini, Manoel Luiz Salgado Guimarães, Hans Ulrich Gumbrecht, Virgínia Albuquerque de Castro Buarque, Marco Antônio Silveira, Júlio Cesar Bentivoglio, Andre de Lemos Freixo, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira.

² A importância do trabalho de Manoel Salgado Guimarães (1952-2010) como pesquisador da história da historiografia brasileira, teoria da história e estudos oitocentistas, assim como orientador e professor, pode ser dimensionada e compreendida a partir dos seguintes trabalhos: CEZAR; KNAUSS, 2011; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013; CEZAR; TURIN, 2013; FREIXO; PEREZ; LAURANDI, 2019.

³ Isto é, com o SNHH e nas instalações do ICHS da UFOP, que comporta, entre outras, o edifício histórico do Seminário Nossa Senhora da Boa Morte (1750) e seu conjunto arquitetônico.

pelos cafés, bares e restaurantes das cidades de Mariana e Ouro Preto. Nascia assim o Seminário Nacional de História da Historiografia (SNHH), posteriormente rebatizado como Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia, com seus encontros anuais entre 2007-2014.⁴ Nesse sentido, vale ainda lembrar que o SNHH também deu impulso aos esforços de criação de um periódico importantíssimo da área: a revista *História da Historiografia*. Criada em 2008, ela reúne contribuições valiosas e alcança, hoje, o nível mais alto de avaliação da CAPES (Qualis A1), como um verdadeiro patrimônio da nossa comunidade reconhecido tanto nacional quanto internacionalmente.⁵ Dessa forma, a SBTHH se tornou um espaço institucional de congregação dos pesquisadores dos campos da teoria e história da historiografia. Seu propósito era (e segue sendo) o de contribuir, fomentar e fortalecer esses campos irmanados nos cenários intelectuais brasileiro e internacional. Com a SBTHH criou-se um espaço de proporções inéditas no país (e na América Latina) para a cooperação e o diálogo entre historiadores e historiadoras dedicados(as) à teoria da história e à história da historiografia, um fórum de atuação que opera no

⁴ O I Seminário de História do ICHS (2006), com o tema “Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea”, é considerado pela comunidade da SBTHH como uma espécie de edição “zero” do SNHH. Tratou-se de um evento pequeno, para poucos convidados, que felizmente germinou, dando origem ao SNHH. Após 2014, o SNHH tornou-se bianual, e foi apresentada a proposta de o evento se tornar itinerante. Em 2016, o 9.º SNHH aconteceu na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, organizado pela equipe do Laboratório de Estudos de Teoria da História e História da Historiografia - LETHIS, sob a orientação de Júlio Bentivoglio e apoio do Núcleo de Estudos em História da Historiografia - NEHM. Em 2018, para a 10.ª edição, o evento foi realizado novamente em Mariana, no ICHS da UFOP.

⁵ Para saber mais, ver: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/index>>. Cabe mencionar também a *HH Magazine – Humanidades em Rede*, uma iniciativa da Revista *História da Historiografia* e da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Trata-se de um portal público científico no qual é incentivada a experimentação de formatos dinâmicos para a divulgação das pesquisas dos campos contemplados. O projeto integra a extensão universitária da UFOP (*HH Magazine: Humanidades em Rede – história pública democrática*), sendo coordenado pelo Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo (UFOP) e contando com apoio do Programa de Pós-Graduação em História da UFOP. O objetivo do portal é expandir o conhecimento das Humanidades na sociedade por meio da comunicação digital; mobilizando informações que reafirmem o caráter transdisciplinar, educativo, científico, existencial e público do conhecimento acadêmico em conformidade com os valores democráticos. Ver: <<https://hhmagazine.com.br/>>.

interior da ANPUH congregando pesquisadores e pesquisadoras de várias gerações, instituições e perspectivas teóricas.

O local por excelência dessas trocas e intercâmbios foi o nosso SNHH, inicialmente promovido pelo Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM) e pela linha de pesquisa “Ideias, Linguagens e Historiografia” do Programa de Pós-Graduação em História da UFOP. Posteriormente, esse grupo passou a contar com o apoio do LETHIS, do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e também da SBTHH.

O histórico do Seminário evidencia a abrangência dos campos de estudos que a SBTHH cobre. O evento contribui imensamente para a ampliação desses campos por meio da constante renovação dos temas estudados e dos quadros de pesquisadores e pesquisadoras atuantes no país. Em 2007, o tema do Seminário foi “Historiografia Brasileira e Modernidade”, com foco na relação entre a historiografia e a constituição dos Estados Nacionais. Na edição seguinte, a temática abordada foi “A Dinâmica do Historicismo: tradições historiográficas modernas”, sendo debatidos os legados do(s) chamado(s) “historicismo(s)” na constituição da escrita historiadora ocidental e moderna (VARELLA; MOLLO; MATA; ARAUJO, 2009). Em 2009, *pari passu* à consolidação do campo no Brasil, no evento era lançada uma provocação sobre os compromissos da história com a sua suposta capacidade de ensinar (e ensinar o quê?), sendo, assim escolhido o tema “Aprender com a História?” (NICOLAZZI; MOLLO; ARAUJO, 2012; SILVA; NICOLAZZI; PEREIRA, 2012). Com o nascimento da SBTHH, o Seminário tornou-se parte fundamental da agenda, vitalidade e força do campo. Um ano depois, os diagnósticos acerca da experiência do tempo contemporâneo e sua relação com a pluralidade dos usos do passado foram colocados sob o olhar crítico do campo com o tema: “Tempo Presente e Usos do Passado” (VARELLA; MOLLO; PEREIRA; MATA, 2013). Em 2011, o tema “Biografia e História Intelectual” trouxe para o debate esses dois campos de estudo e produção da historiografia (AVELAR; FARIA; PEREIRA, 2012; MOLLO, 2012; ARAUJO; OLIVEIRA, 2013). “O giro linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas” foi

o convite à reflexão realizado pelo SNHH de 2012 (MEDEIROS; SOUSA; BELCHIOR; RANGEL; PEREIRA, 2015),⁶ no qual a SBTHH convocava a pensar sobre o impacto do chamado *linguistic turn* (e da obra seminal de Hayden White, *Metahistory*, próxima de completar 40 anos na ocasião) para a historiografia e as ciências humanas de um modo geral.⁷

A partir da 6ª edição, em 2012, a organização do seminário da SBTHH sinalizou para a crescente internacionalização, o que correspondeu ao movimento mais geral da área de teoria da história e história da historiografia no sentido de integrar esforços como o da criação da International Network for Theory of History (INTH), em 2012, e o da expansão da International Commission for History and Theory of History (ICHTH). Esse caminho foi necessário para o desenvolvimento do debate, uma vez que articulava, efetivamente, culturas historiográficas diferentes, possibilitando a constituição de agendas de pesquisa que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Na edição de 2013, ampliou-se a inserção da SBTHH no debate internacional. Coincidindo com o “ano Brasil-Alemanha”, a Diretoria da SBTHH sugeriu um tema relacionado ao legado da reflexão histórica alemã sobre a historiografia: “Teoria da História e História da Historiografia: diálogos Brasil-Alemanha” (FERNANDES; PEREIRA; MATA, 2015). É preciso notar que ao longo dos anos o seminário da SBTHH ganhou projeção nacional e internacional, dada a qualidade de suas conferências, mesas-redondas, minicursos e simpósios. Além disso, a reflexão desenvolvida no âmbito do Seminário é colhida em publicações que ora reúnem as contribuições dos conferencistas ou são organizadas a partir de um simpósio temático. Nesta mesma edição foi lançada uma nova iniciativa de incentivo e estímulo aos trabalhos monográficos, dissertações de

⁶ Ver também o dossiê sobre giro linguístico e giro ético-político em *História da Historiografia*, organizado por RANGEL; ARAUJO, 2015.

⁷ Sediado em Vila Velha e Vitória (ES) e realizado de 8 a 11 de outubro de 2013, o evento “40 anos de Meta-História – Hayden White” contou com a presença do próprio homenageado, infelizmente falecido em março de 2018, e de pesquisadores com contribuições significativas sobre o tema. O evento foi organizado pelo LETHIS, da UFES, em parceria com a SBTHH. Ver: BENTIVOGLIO; TOZZI, 2020. Ver também: WHITE, 1993.

Mestrado e teses de Doutorado: o Concurso de Monografias, Dissertações e Teses da Sociedade. Os(as) vencedores(as) figuram no primeiro volume da *Coleção Concurso de Teses da SBTHH* (MARTINS; MOLLO, 2015).

Em 2014, a internacionalização ampliou-se ainda mais com a participação de membros da INTH e da ICHTH. O 8.º SNHH teve como tema as “Variedades do discurso histórico: possibilidades para além do texto” e contou com a presença de destacados historiadores de várias partes do mundo, reforçando-se, assim, a integração dos pesquisadores brasileiros no campo com interlocutores de outros países. A discussão refletiu a multiplicação dos interesses e abordou diferentes formas de reconstrução do passado que ultrapassavam os limites da escrita, indicando outras maneiras de se pensar e apresentar a história e o tempo. Exatamente nesse sentido, a nona edição do Seminário (2016) teve como provocação inicial o mote “O historiador brasileiro e seus públicos hoje. Esta escolha se justifica pela sensível ampliação dos espaços e mídias nos quais a história tem passado a circular e ser veiculada. Da escola à universidade; do centro comunitário à empresa; do sindicato aos movimentos sociais; das ONGs aos governos municipais, estaduais ou federais; nas polêmicas sobre estátuas e monumentos públicos; e nos debates sobre se os museus devem ou não retornar peças de suas coleções aos países e culturas de origem dos artefatos; os muitos canais de *streaming*, páginas de redes sociais, seja através de vídeos ou *podcasts*; plataforma *wiki*; entre outros lugares sociais, virtuais ou não. São diversas as instituições públicas ou privadas, iniciativas individuais ou coletivas, que mobilizam a história na contemporaneidade. A história como um saber capaz de produzir orientação subsidiando e apontando uma direção, um sentido, reivindicando dívidas ou legados por meio de pesquisas, ações políticas e em divulgações que se ampliam radicalmente em diferentes formas, direções e possibilidades. Pela primeira vez, o SNHH ocorreu fora da Universidade Federal de Ouro Preto. Com efeito, foi realizado em agosto de 2016, em Vitória - ES, no belo campus da UFES. Nesta edição foram premiadas as teses do Concurso de Teses da SBTHH (MARTINS; MOLLO, 2013).

Também em 2016, ocorreu a Segunda Conferência Internacional da INTH, no Centro de Convenções da UFOP, em Ouro Preto. Organizada por essa rede internacional e a SBTHH entre 23 e 26 de agosto de 2016, a conferência também contou com os esforços de um comitê local do NEHM/UFOP. O evento congregou profissionais de todo o mundo dedicados à história da historiografia, teoria da história, filosofia da história, filosofia, teoria literária e campos afins das humanidades em torno de uma provocação: “A história deveria servir à vida atual e à ação, e poderia ela o fazer?”.⁸

Em 2018,⁹ a décima edição do SNHH retornou à UFOP. Em parte, tratava-se de uma comemoração. Afinal, culminava mais de uma década de trabalhos incessantes tanto da comunidade local, do NEHM/UFOP, como da Sociedade e seus muitos membros e grupos de pesquisa. Mas esse evento foi mais do que isso. Muitas coisas mudaram no Brasil e no mundo nesse período de pouco mais de uma década (nem sempre para melhor). No início de 2018, o comitê organizador do X SNHH decidiu que faria uma consulta on-line a todos os membros da SBTHH com o objetivo de democratizar o processo de escolha do tema/provocação do SNHH. A repercussão e o engajamento foram impressionantes. Os muitos *topoi* mobilizados por uma ampla seleção de propostas, colocadas por pesquisadores e pesquisadoras de todo o país, evidenciaram para o nosso comitê uma preocupação central com: 1) problemas ainda marginais ou não contemplados pelas agendas de pesquisa nos campos da teoria e filosofia da história e história da historiografia; e 2) os usos do passado e da história (local, nacional e mundial) no contexto de emergência de

⁸ Estas questões há muito tempo interessam aos historiadores e filósofos da história. Elas eram centrais na famosa crítica de Friedrich Nietzsche sobre o excesso de história, que teria, segundo ele, paralisado intelectualmente seus contemporâneos (uma febre histórica). Elas também foram levantadas pelo criticismo de Hannah Arendt sobre a história e a consciência histórica, que, conforme a autora, em geral, pertenceriam à *vita contemplativa* em vez de servirem à *vita activa*, fortemente preferida por ela. Na esteira destas reflexões, a ideia de uma divisão estrita entre o “passado prático” e o “passado histórico” foi promovida por Michael Oakeshott e recentemente apropriada por Hayden White – servindo de mote para a Conferência.

⁹ Os premiados no terceiro concurso de teses da SBTHH foram anunciados no evento de 2018 e publicados em: VARELLA; ANHEZINI, 2016.

populismos da extrema-direita. À luz dos eventos que se acercavam em termos políticos, o rico campo de sugestões oferecido pela comunidade de membros da SBTHH, em particular no que se refere aos desafios atuais e futuros da historiografia, poderia ser resumido e sintetizado sob a categoria de *emergências*.

“Emergência” pode significar algo como uma erupção; crescimento ou brotar do solo; uma força que irrompe de suas amarras ou limites. Muitos sentidos figurados também podem ser evocados, como: agência; urgência; ou uma situação de perigo. Quando articulado com a experiência da história, o termo pode indicar o aparecimento de algo das profundezas ou do interior de uma situação particular, abertura pelo movimento da história. Tempos se rearticulam nas emergências permitindo que pensemos história e historiografia de pontos de vista diferentes, particularmente diante dos desafios da contemporaneidade que nos interpela, desafios de ordem ética, política, epistemológica, estética, ontológica, entre outros (FREIXO; BOLDRINI; RAMALHO, 2021).¹⁰

Por ocasião da trágica pandemia de COVID-19 não foi possível a realização do 11.º SNHH, no ano de 2020 (PEREIRA; MARQUES; ARAUJO, 2020). O evento aconteceria na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre. Até o fechamento deste texto, a pandemia que mudou o mundo e as histórias de milhões de pessoas, países e continentes segue relativamente estável em sua letalidade; no Brasil, lamentavelmente, ela é muito mais letal devido também ao fator (des)humano. Por ora, nossa esperança é a de que a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) seja o endereço da próxima edição do Seminário da SBTHH, em 2022. Oxalá!

Por fim, este texto de apresentação da SBTHH termina um pouco como ele começou. Com *ego-história*? Não. Com esperança! Toda a esperança do mundo? Não, mas alguma esperança. Eu defendi minha tese “sobre José Honório Rodrigues” em 2012. Ingressei na UFOP e no NEHM em 2014. Fui coordenador do NEHM e participei de muitas comissões, eventos, parcerias e comitês organizacionais. Participei da Conferência da

¹⁰ Ver também: KLEM; PEREIRA; ARAUJO, 2020.

INTH e de praticamente todos os SNHH, chegando mesmo a presidir o Comitê do X SNHH. Ajudei a redigir a *Segunda Carta de Mariana*. Integrei a Diretoria de Publicações da SBTHH (2018-2021), coordenando o Concurso de Monografias, Dissertações e Teses da Sociedade. Mas tudo isso só foi possível porque existia a SBTHH. Exatamente por isso, como eu disse, esse texto não é sobre mim. Não pode ser sobre uma única pessoa. Este texto é sobre um grupo imenso de profissionais (mestres e mestras, doutores e doutoras) dedicados(as) ao bom debate, à valorização dos trabalhos de pesquisa dos campos de teoria da história e história da historiografia de ontem, hoje e amanhã. É sobre todos e todas que fazem do empenho desta sociedade científica uma realidade: desde as presidências, passando pelo corpo técnico, comitês, diretorias, até nossos secretários(as), bolsistas, monitores(as). A SBTHH é um espaço de cooperação e diálogo, de aprendizado e acolhida, de generosidade e trocas que formou centenas de pesquisadores e pesquisadoras e viu nascer e se multiplicarem diversos grupos de pesquisa por todo o Brasil. Ela conquista interlocutores para além de nossas fronteiras nacionais por meio de seus eventos, atividades, grupos de trabalho e da constante injeção de ânimo e renovação de interesses e conhecimentos nestes campos com novos trabalhos de nossos orientandos e orientandas. Eu sou apenas um entre muitos e muitas cujas esperanças foram nutridas e recompensadas pela existência da SBTHH.

A *Segunda Carta de Mariana* nasceu do desejo de não apenas relembrar o percurso já transitado e os compromissos já assumidos (que têm sido honrados com rigor e competência graças à reunião de pesquisadores de várias gerações, latitudes geográficas, variadas instituições e convicções teóricas). Diante de mudanças trágicas no país e no mundo, ela visa a renovar nossa esperança de proporcionar um ambiente estimulante e acolhedor, de trocas honestas, democrático, palco para convergências e mesmo discordâncias (sempre respeitadas), bem como de fomento ao diálogo no espaço público de modo que todas e todos possam tomar a palavra e participar cada vez mais da tarefa urgente de compreender o mundo em que estamos à luz daqueles que nos antecederam. Neste espaço, a valorização da pluralidade guia nossas tarefas, principalmente

no que se refere à história. Buscamos dar acolhida às muitas vozes e corpos que emergem do silêncio, da indiferença e da opressão para compor e reforçar os quadros desta Sociedade e seus interesses, bem como auxiliar à autocompreensão dos campos representados por ela. A autoconsciência crítica se inicia com uma evidenciação da urgência e necessidades de direcionamento de nossas agendas de pesquisa para a compreensão das imperiosas condições de possibilidade daquilo que fazemos quando pensamos sobre história, escrita histórica e ensino de história. É fundamental pensar sobre os lugares sociais e de enunciação que ocupamos em meio à área na qual nos formamos, cujo compromisso com a democratização se soma à luta das humanidades contra as ações covardes e as muitas formas da violência, sejam elas políticas ou econômicas, promovidas pelo obscurantismo, a pseudociência, os negacionismos, ou a falsificação da história. Acreditando na reciprocidade e no respeito, procuramos oferecer maior visibilidade aos diferentes sujeitos, epistemologias e ecologias do conhecimento que compõem os conhecimentos produzidos em diferentes latitudes e longitudes, além de propormos repensar e redimensionar nossos intercâmbios a partir dessa autoconsciência crítica dos problemas envolvidos. O que importa, portanto, é expandir o rol de referências sobre o que definimos como conhecimento histórico no sentido de combater, inclusive por princípio estatutário, práticas discriminatórias de toda sorte.¹¹

¹¹ Eis as novas sugestões (aprovadas unanimemente em Assembleia Geral, em 27 de outubro de 2018): a) incentivar o estudo, o ensino e a pesquisa brasileira no âmbito da teoria e filosofia da história, história da historiografia, ensino de história e divulgação histórica; b) promover reuniões (presenciais ou a distância) de Grupos de Trabalho (GTs), objetivando trocas de propostas e informações que auxiliem a compor as agendas de pesquisa nestes campos tanto entre associados desta Sociedade como com aquelas associações congêneres em solo latino-americano e em quaisquer outros espaços; c) dedicar esforços à edição da revista *História da Historiografia* e da *H.H. Magazine* – valorizando o apoio a publicações de natureza análoga desde que coerentes com os campos de atuação e os princípios desta Sociedade; d) dedicar reflexões especiais sobre as inovações introduzidas na era digital (redes sociais, *podcasts*, *blogs*, vídeos e plataformas de *streaming*), incorporando-as, também, como veículos alternativos de comunicação e divulgação dos resultados de pesquisas incentivadas por esta Sociedade; e) agir no interesse dos(as) associados(as) e representá-los(as) junto a órgãos públicos e privados; f) promover o Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia; g) apoiar a realização de eventos regionais e nacionais nos campos

Nestes dias sombrios, de imensa tristeza pelas vidas tiradas de nós, em tempos marcados por ares profundamente distópicos, um horizonte fiado na esperança, que se abre por e pelas coletividades representadas no acrônimo “SBTHH”, em nome da amizade, da democracia, da solidariedade, da cientificidade, do conhecimento, da diversidade e do respeito, pode ser pensado como um ato *revolucionário*. Que essa vocação apresentada na *Carta de Mariana* (2009) e renovada pela *Segunda Carta de Mariana* (2018) seja o farol da esperança que ilumina com diversidade nossos trabalhos aqui e agora e para além...

Até o próximo evento da SBTHH!

Prof. Dr. Andre de Lemos Freixo
Flamengo, primavera de 2021.

de atuação da SBTHH; h) promover o intercâmbio e a cooperação com associados(as) e entidades nacionais, estrangeiras e internacionais da mesma natureza – procurando, na medida do possível, orientar-se pelo princípio da representatividade, que preconiza a busca por equilíbrio democrático entre gêneros, etnias e nacionalidades; i) apoiar o desenvolvimento de instrumentos ética e politicamente antidiscriminatórios (tendo como base fundamental os Direitos Humanos); j) estimular iniciativas e práticas inclusivas nos eventos apoiados por esta Sociedade; k) incentivar políticas de ação afirmativa nos eventos, promoções e atividades patrocinadas por esta Sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. “Um mestre do rigor: Manoel Luiz Salgado Guimarães e a delimitação do campo de estudos da historiografia no Brasil”. Ouro Preto, *História da historiografia* (13): 144-153.
- ARAUJO, Valdei Lopes de.; OLIVEIRA, Maria da Glória (Orgs). *Disputas pelo passado: história e historiadores no Império do Brasil*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2013.
- AVELAR, Alexandre; FARIA, Daniel; PEREIRA, Mateus H. de F. (Orgs.). *Contribuições à história intelectual do Brasil Republicano*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2012.
- BENTIVOGLIO, Júlio; TOZZI, Verónica. *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-História*. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2020.
- CEZAR, Temístocles; KNAUSS, Paulo. “O historiador e o viajante: itinerário do Rio de Janeiro a Jerusalém” (Prefácio). In: GUIMARÃES, M. L. L. Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.
- CEZAR, Temístocles e TURIN, Rodrigo (Orgs.). “A história em questão: diálogos com a obra de Manoel Luiz Salgado Guimarães” (Dossiê), Ouro Preto, *História da Historiografia*, 2013.
- FERNANDES, Luiz Estevam O.; PEREIRA, Luisa Rauter; MATA, Sérgio Ricardo da (Eds.). *Contributions to Theory and Comparative History of Historiography: German and Brazilian Perspectives*. Berlin: Peter Lang GmbH, 2015.
- FREIXO, Andre de Lemos; BOLDRINI, Aguinaldo M.; RAMALHO, Walderez (Orgs.). *Emergencies: race, gender and decoloniality*. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2021.

- FREIXO, Andre; PEREZ, Rodrigo; LAURANDI, Fábio. *Experiências de formação: um tributo ao Professor Manoel Salgado*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.
- KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus H. de F.; ARAUJO, Valdei Lopes de. (Orgs.). *Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro*. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2020.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende Martins; MOLLO, Helena (orgs.). *Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia*: 2013. Mariana: SBTHH, 2016. ISBN: 978-85-69703-01-3.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende Martins; MOLLO, Helena M. (Orgs.). *Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia*: 2012. Mariana: SBTHH, 2015. ISBN: 978-85-69703-00-6.
- MEDEIROS, Bruno F.; SOUSA, Francisco G. de.; BELCHIOR, Luna H.; RANGEL, Marcelo de M.; PEREIRA, Mateus H. de F. (Orgs.). *Teoria e historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.
- MOLLO, Helena de M. (Org.). *Biografia e História das Ciências: debates com a história da historiografia*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2012.
- NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena de M.; ARAUJO, Valdei L. de (Orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.
- PEREIRA, Mateus H. de F.; MARQUES, Mayra; ARAUJO, Valdei Lopes de. *Almanaque da Covid-19: 150 dias para não esquecer. A história do encontro de um presidente fake com um vírus real*. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2020.
- RANGEL, M. de M.; ARAUJO, V. L. de. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 8, n. 17, 2015.
- SILVA, Ana Rosa Clacet da.; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus H. de F. (Orgs.). *Contribuições à história da historiografia Luso-Brasileira*. São Paulo: Hucitec Editora/FAPEMIG, 2012.

- VARELLA, Flávia F.; ANHEZINI, Karina (Orgs.). *Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia*: 2016. Mariana: SBTHH, 2018. ISBN: 978-85-69703-03-7.
- VARELLA, Flávia F.; MOLLO, Helena de M. PEREIRA, Mateus H. de F.; MATA, Sérgio da (Orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.
- VARELLA, Flávia F.; MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sérgio da; ARAUJO, Valdei Lopes de (Orgs.). *A Dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2009.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1993.

PREFÁCIO

Prefaciар o livro de um ex-orientando, originado de dissertação premiada, deveria ser apenas motivo de satisfação para um professor. Sensação muito diferente de escrever este prefácio embebido no trabalho de um luto indignado com a perda de uma vida, de um mestre e de um pesquisador talentoso e promissor. É necessário que fique registrado para o futuro que José Lúcio Nascimento Júnior foi uma perda evitável posto que em suas últimas horas de vida clamou por um tratamento adequado para a COVID-19 em hospitais da baixada fluminense. Sua morte, assim como muitos dos mais de 600 mil que se foram, poderia não ter ocorrido e a responsabilidade recai sobre autoridades públicas incompetentes, por um sistema de saúde precário, pela vacinação que poderia ter começado meses antes e pela disseminação de desinformação, dentre tantos outros fatores. A história dessas vidas clama por reconhecimento, reparação e justiça.

Esta dissertação esconde por detrás das suas linhas algumas histórias de amor. Não só o amor de pessoas que se unem em laços por empatia e para enfrentar desafios, como fez o Lúcio com a sua companheira, Patrícia, ou seu círculo mais próximo de amigos próximos. Mas com um tipo de compromisso de um jovem da baixada fluminense com o desenvolvimento intelectual e com o compartilhamento desses aprendizados para uma vasta rede de estudantes. José Lúcio teve uma trajetória um tanto atípica no mundo da universidade pública pois graduou-se numa universidade privada da baixada fluminense conseguiu ascender no mestrado para a universidade pública. Foi graças a uma apresentação numa Semana de História Política da UERJ nos idos de 2014 que percebeu que a universidade pública também poderia ser um espaço para ele. Ele sentia uma enorme distância para aqueles, professores e alunos, que dominavam com fluidez e confiança aqueles códigos da erudição. E isso operava certamente como um fator desmotivante. O José Lúcio naquela altura tinha uns bons anos de magistério, dava aula no Estado do Rio de Janeiro, em municípios e

cursinhos populares, precisava dominar códigos e bibliografia hermética. Indaguei-o várias vezes sobre isso, sobre o abismo entre o mundo da academia e o mundo da sala de aula. A resposta dele vinha sempre no sentido de afirmar que o treino com aquela realidade permitia que ele olhasse para temas quentes do conhecimento histórico - quentes porque seu público e ele mesmo se identificavam. Considero formidável o modo com que ele encarava algumas dessas adversidades. Lia com atenção o que fosse necessário para complementar a sua formação, entendia o sentido mais amplo da universidade pública na circulação e diálogo, trabalhava com sistematicidade em arquivos, entendia a necessidade de circunscrição dos temas para a pesquisa acadêmica. Sem perder o seu traço distintivo de origem, o Lúcio foi um herói de dois mundos, mediador de saberes que tinha consciência do tamanho da história, da amplitude de seus públicos, da variedade dos temas e áreas de interesse, de seus papéis sociais últimos. Lúcio não precisava tanto da universidade pública quanto a universidade precisava dele.

O José Lúcio entrou no processo seletivo de Pós-Graduação em História da UERJ em último lugar, o que só faz ressoar o que foi dito até aqui e também nos faz repensar a necessidade de processos menos elitistas (o da UERJ, pela própria natureza da Universidade já pode ser considerado um dos menos elitistas das universidades públicas grandes brasileiras). Após poucas semanas uma proposta de análise de história intelectual latino-americana se transformou em um projeto reformulado sobre I Congresso Internacional de História da América realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1922.

Foi necessário então em pouco tempo tomar parte das fontes - atas e volumes da revista do Instituto Histórico e Geográfico bem como parte da correspondência; ao mesmo tempo localizar este evento em uma conjuntura mais ampla de esforços de certa política cultural internacional pan-americana do contexto da primeira guerra; tudo isso sem perder de vista a necessidade de estabelecer um terreno mais sólido na análise historiográfica, passando tanto pela sua prática quando por obras de referência fundamental que o Lúcio ainda não conhecia.

Destaco duas contribuições importantes do José Lúcio Nascimento Jr. para a historiografia brasileira. A mais importante certamente é a oferecida no quinto e derradeiro capítulo que trata da identificação de uma rede panamericana de cooperação intelectual, capitaneada sobretudo por Max Fleus, da parte brasileira, e pelo argentino Ricardo Levene. A análise emerge da leitura de um conjunto de correspondências ainda pouco conhecido no acervo do IHGB mas permitiu mapear o histórico de aproximações, os temas de interesse mútuo e os recortes. A questão do recorte é fundamental pois a missão do congresso era a de estabelecer novas balizas para se produzir uma história da América; missão difícil já que as tradições historiográficas eram pouco conciliáveis. Por onde se deveria começar a narrar uma história geral, já que, por exemplo, a tradição historiográfica brasileira tende a projetar na constituição do estado-nação português e nas grandes navegações, enquanto as histórias latino-americanas tendem a projetar muito mais importância ao evento revolucionário de ruptura com suas metrópoles, séculos depois. De qualquer modo, o autor percebeu as nuances dentro do que era possível para um mestrado e articulou essas camadas identificando uma rede de intelectuais, ideias e problemas que urge ser mais bem estudada e aprofundada.

Outro aspecto fundamental é a conexão desse processo com a cidade do Rio de Janeiro, já que o congresso se inseria dentro do fluxo mais amplo das comemorações do centenário da independência. Lúcio explora neste ponto as conexões entre os usos públicos da história na cidade, em particular no layout da exposição do centenário e a tradição historiográfica viva e em rede. Este que foi o tema dos capítulos II e II da obra que segue foi escolhido pelo autor para que fosse tema da tese de doutorado, interrompida. Talvez a essa altura seja desnecessário insistir que a escolha de Lúcio tinha conexão direta com a sua trajetória. Ele antevia o peso na esfera pública das comemorações do bicentenário e também ele manifestava um desejo fundamental e último de estudar aquilo que ele mesmo fora, um mediador entre formas públicas da história e sua irradiação, e acrescentava a possibilidade de entrecruzamento com as formas acadêmicas da historiografia. E claro, isso era calibrado por uma

incrível paixão pelo aprendizado e uma sensível capacidade de articular de modo dinâmico e complexo, planos, processos e movimentos da história.

Defendida em 2017, com a coorientação da querida mestra Lúcia Paschoal Guimarães, a dissertação de José Lúcio do Nascimento Júnior, que hora apresento como livro premiado pela SBTHH, é então testemunho do amor à vida e do amor a todas as formas pelas quais as pessoas se conectam ou se conectaram ao longo do tempo aos passados. Contém dentro de si a multiplicidade de vozes advinda de uma existência complexa, de incrível resiliência, compromisso, cumplicidade e generosidade. Sua capacidade de articular planos sensíveis de múltiplas origens e naturezas no tecido da história nada mais é e sempre será um resultado da sua capacidade viva de circular e aprender a partir de diferentes matrizes, diferentes contextos sociais, diferentes mundos. Resultado de uma existência complexa urdida em trama textual.

Espero que, nas páginas que seguem, o leitor possa aprender um pouco do que aprendi a partir dessa que é das melhores experiências do mundo. A de ser aluno do seu aluno, aprendendo tanta coisa importante sobre a história e sobre o mundo. Impregnados na análise a multiplicidade de vozes e planos articulados no texto ressoam e celebram a vida, a vastidão do mundo, a complexidade e diversidade dos seres humanos, a história.

Que a história e ensinamentos do José Lúcio nos sirva de estímulo para o reconhecimento do dano, a reparação e justiça para todas as vítimas da COVID-19.

Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo
São Paulo, 9 de dezembro de 2021.

INTRODUÇÃO

O *Homo academicus* gosta do acabado. Como os pintores acadêmicos ele faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e retoques: foi com certa ansiedade que descobri que pintores como Couture, o mestre de Manet, tinham deixado esboços magníficos, muito próximos da pintura impressionista – que se fez contra ele – e tinham muitas vezes estragado obras julgando dar-lhes os últimos retoques
Pierre Bourdieu (2001: 19).

A introdução de uma obra se aproxima da arte de fazer os últimos retoques. Caso a apresentação seja bem-feita, o leitor irá ver o quadro; caso contrário, os vestígios das últimas pinceladas podem fazer com que a pintura não seja vista. O texto final de uma dissertação é como um quadro, seu autor/pintor sempre achará que poderia fazer alguns ajustes, que poderia melhorá-lo. Muitas vezes, como na epígrafe acima retirada da obra de Pierre Bourdieu, o autor pode estragar sua obra. Mas, como todo trabalho que se finaliza, é preciso correr esse risco.

Para a presente dissertação de mestrado optou-se por realizar um caminho diferente do convencional nessa introdução: ao invés de tratar de início de questões técnicas, como apresentação da problemática, objetivos, hipóteses, metodologia e quadro-teórico, apresenta-se o itinerário da pesquisa, mostrando as pinceladas que não ficaram boas, mas que fizeram parte do esboço e da construção final da pintura. Ao demonstrar alguns toques e retoques, torna-se compreensível algumas escolhas realizadas pelo autor ao longo de seu caminho, que para muitos é solitário, ao longo da pesquisa e escrita desta dissertação. Iniciemos pela escolha do tema.

O projeto de entrada no Mestrado em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) versava sobre as interpretações historiográficas acerca do processo de Independência da América Hispânica através do exame de traduções publicadas no Brasil nos

últimos trinta anos. Como o próprio tema indica, esse seria um trabalho por demais hercúleo para se dar conta em dois anos de mestrado. Era necessário realizar recortes e reorganizar o objeto. Então, iniciou-se, junto ao orientador, o professor doutor Thiago Lima Nicodemo, um trabalho de reorganização da temática.

A ideia do primeiro projeto era trabalhar com a produção historiográfica, e esse era um ponto em comum em nossos interesses. O meu olhar estava voltado para uma rede que se ligava à América Latina. Meu orientador havia estudado redes intelectuais, a partir do Brasil que se estendia pela Europa e pelos Estados Unidos, nas décadas de 1930 a 1960, tendo como foco a circulação de Sérgio Buarque de Holanda, e iniciava um projeto sobre a análise das historiografias transnacionais em perspectiva global, tema pelo qual eu demonstrava interesse. Havia um medo nesse novo recorte. Muito influenciado pelos *Annales* em minha formação, certamente temia o trabalho com recortes em torno de autores, tais como a biografia. Dois caminhos apontaram no horizonte: analisar a produção de historiadores em revistas acadêmicas ou estudar a circulação de intelectuais e sua produção historiográfica. O caminho seguido foi o segundo.

O evento escolhido para ser objeto de estudo foi o I Congresso Internacional de História da América realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1922, como parte das comemorações do Centenário de Independência do Brasil. É possível observar que este traz questões do primeiro projeto: (i) a questão da independência; (ii) o olhar para o continente americano; (iii) a possibilidade de examinar a produção de historiadores; e (iv) não se tratava de produzir uma biografia. Algumas questões saltavam aos olhos: por que no centenário do Brasil o IHGB escolheu organizar um Congresso de História da América? Por que realizar um congresso internacional, ou seja, convidando letrados e historiadores de outros países? Questões iniciais colocadas, a pesquisa começava.

O levantamento bibliográfico inicial justificava a pesquisa. Poucos historiadores haviam se dedicado ao tema e não havia uma pesquisa de fôlego sobre ele. Historiadoras como Lúcia Guimarães (GUIMARÃES,

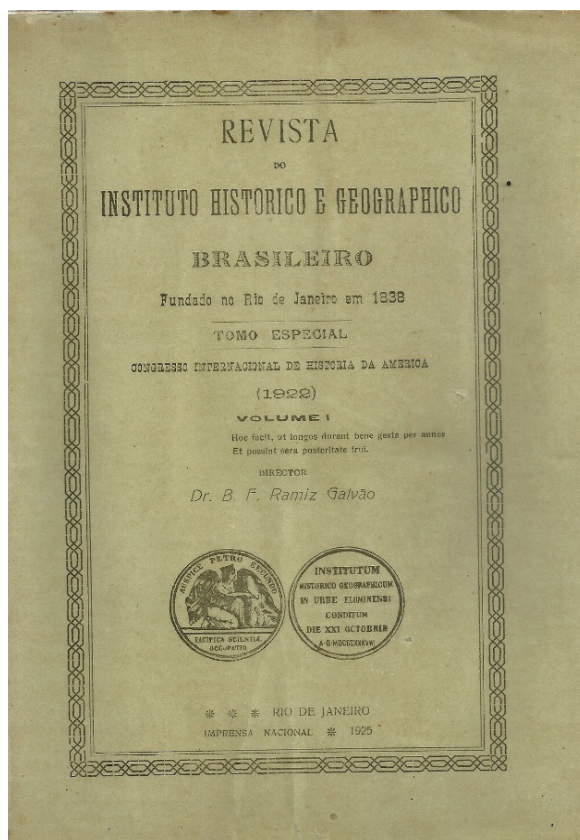
2006: 162-181; GUIMARÃES, 2007), Ana Paula Barcelos Silva (SILVA, 2011; 2015: 231-247) e Armelle Enders (ENDERS, 2014), assim como o historiador Noé Sandes (SANDES, 2011) haviam escrito sobre o Congresso Internacional de História da América, mas sempre como parte de pesquisas que tinham outro fim que não analisá-lo diretamente. Havia espaço para uma pesquisa que o verticalizasse e trouxesse novas abordagens sobre ele. E novas pinceladas eram dadas.

Após o levantamento bibliográfico, o passo a seguir era analisar os anais do Congresso. O IHGB publicou, além das comunicações (à época chamadas de memórias), as atas das reuniões preliminares e de preparação, as seções de abertura e encerramento, as sessões plenas (que foram duas), os pareceres dados às memórias, e alguns anexos, tais como um artigo publicado por Max Fleiuss na Gazeta de Notícias no dia 07 de setembro de 1922, e a ata das homenagens realizadas pelo Instituto Histórico aos patriarcas da Independência, realizadas ao pé das estátuas de José Bonifácio, no largo de São Francisco, de Dom Pedro I, na Praça Tiradentes, e junto aos despojos da Imperatriz Leopoldina, no Convento de Santo Antônio. Esse conjunto de documentos estão reunidos em 9 volumes das atas do congresso, conforme se pode ver pela capa do volume 1 apresentada abaixo.

A capa das atas, por sua vez, apresenta o Congresso Internacional de História da América realizado pelo IHGB em 1922. Hoje se sabe que a segunda edição do mesmo aconteceu 15 anos depois, em 1937, na Argentina. Desse modo, se pode notar que a promoção de Congressos Internacionais de História da América não foi um fato isolado na primeira metade do século XX. Tal situação levantava outras questões, a saber: existiam códigos disciplinares instituídos mesmo sem a formação universitária quando da promoção de congressos de História? Nesses eventos havia apenas a participação de historiadores ou de outros letrados? Qual a influência dos Estados-Nação na promoção desses eventos? Como toda boa pesquisa as questões se multiplicavam, mas havia a necessidade de se estabelecer alguns recortes para não se perder no conjunto das fontes.

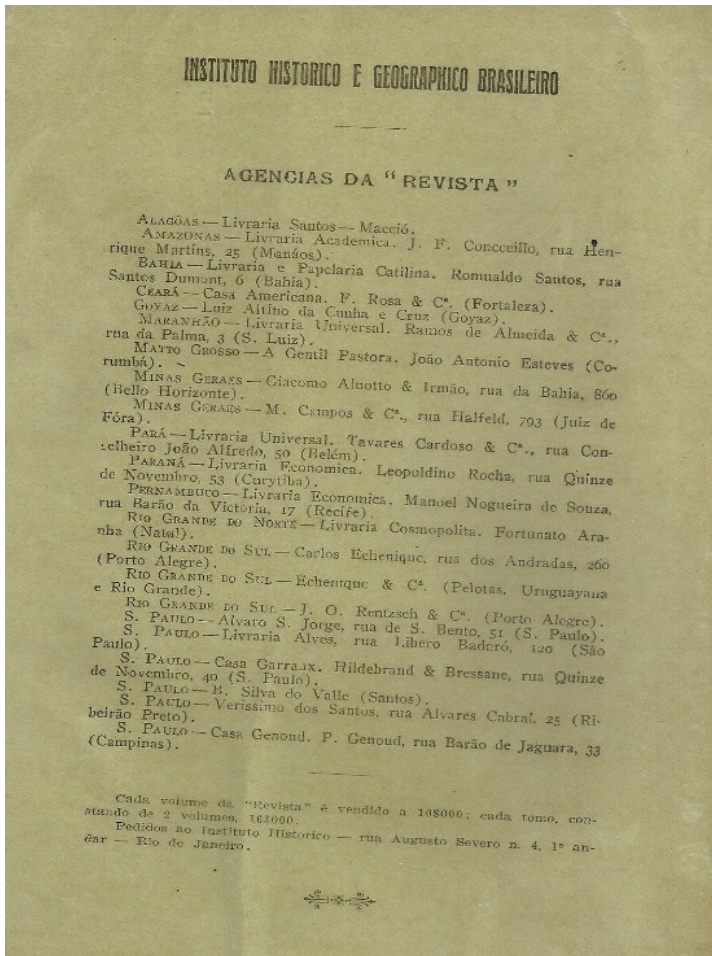
Dentre todas as questões levantadas até aqui, duas ganhavam destaque e tornaram-se centrais na presente dissertação: (i) havia alguma peculiaridade na forma de se escrever a História no Brasil e na América, mesmo havendo constante diálogo com a Europa? e (ii) as questões diplomáticas influenciavam na forma como se produzia História no Brasil e na América? Tais questões demandavam que escolhas teórico-metodológicas fossem tomadas para o melhor delineamento da pesquisa. E elas foram realizadas.

Figura 1 – Capa da *Revista do IHGB* referente ao I Congresso Internacional de História da América



Fonte: Capa da *Revista do IHGB* – Tomo Especial – Volume 1.
Arquivo pessoal do autor.

Figura 2 – Fundo de capa da *Revista do IHGB* referente ao I Congresso Internacional de História da América



Fonte: Fundo de capa da *Revista do IHGB* – Tomo Especial – Volume 1. Arquivo pessoal do autor.

O Programa de Pós-graduação em História da UERJ tem como área de concentração a História Política. Tal posicionamento abre um leque de possibilidades de escolhas para a pesquisa. Inicialmente, buscou-se situá-la dentro da História da Historiografia, considerando que é possível examinar a historiografia em perspectivas global ou transnacional. Para tanto, para

além da proposta de Pedro Afonso Santos, Thiago Nicodemo e Mateus Pereira, considerou-se a definição de Valdeir Lopes de Araújo. Para ele, “a história da historiografia teria como objeto próprio pensar as diferentes formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade históricas” (ARAÚJO, 2006: 91).

Tal posicionamento não exclui a visão de Turin (2013) de que a História da Historiografia é uma forma de memória disciplinar. Existem análises realizadas sobre a produção historiográfica do primeiro quartel do século XX, assim como uma memória formada sobre tal produção. Escolhendo a proposta de Valdeir Araújo, faz-se necessário dialogar com tais memórias disciplinares, questioná-las algumas vezes e considerar que elas serviram de lente para se analisar o período em questão. Partir da ideia de que a produção historiográfica do IHGB no primeiro quartel do século XX era apenas vinculada à História Política, factual e ligada à curta duração, a nosso ver, certamente obscurece as análises das atas do Congresso Internacional de História da América e não permite que fossem vistas suas peculiaridades.

Em um programa com área de concentração em História Política, o diálogo com essa corrente historiográfica se fazia necessário. O texto produzido por Guimarães (2005) apontava para o fato da questão da diplomacia cultural influenciar a forma como se escrevia a História no período em questão. A leitura das atas demonstrou que, ao longo do Congresso de História da América, seus participantes buscaram estabelecer acordos entre os países para se escrever, em conjunto, uma História Geral da América. As dimensões política e diplomática não poderiam ficar fora da análise a ser realizada (RIBEIRO, 2011).

Para conduzir a pesquisa também era necessário estabelecer procedimentos teórico-metodológicos. Nesse sentido, o diálogo com a História dos Intelectuais, tal como proposto por Gomes (1996; 1999; 2009) por Gomes e Hassen (2016), a partir das propostas de Bourdieu (2001), Miceli (1999; 2001) e Sirinelli (1998; 2009; 2013; 2014), se fez de grande valia. A partir das atas do Congresso, buscou-se observar

os itinerários, as redes intelectuais e a sociabilidade existentes entre os letrados que participaram do evento. O que demandou ampliar o *corpus* de fontes, passando a se considerar também os arquivos pessoais depositados no IHGB. Inicialmente, verificou-se o do Conde de Afonso Celso, Max Fleiuss e Ricardo Levene, optando pelos das duas últimas personagens devido à quantidade e qualidade das fontes encontradas. Acrescente, ainda, as propostas de análise proposográfica apresentadas pelos referidos autores como método de análise da pesquisa.

Foi considerado análise das fontes o método prescrito por Prost (2003: 295-330) no capítulo *As palavras*, da coleção *Por uma História Política*, dirigida por Remond (2003). Para Prost, o historiador que visa utilizar os métodos da linguística para conduzir sua análise deve considerar as particularidades da pesquisa histórica. Por isso, além de ponderar sobre o tempo e o espaço onde o discurso foi produzido, se deve refletir sobre os vetores utilizados pelo emissor do discurso. O que levou a realizar recortes nas fontes analisadas.

Considerando o conjunto de fontes composto pelos anais do Congresso Internacional de História da América, privilegiou-se os discursos orais, as atas das reuniões e os pareceres. O primeiro foi escolhido devido a ser de caráter multifacetado; o historiador escrevia um discurso que seria lido em alguma atividade do congresso (ou em outra ocasião) e depois publicado nas atas do evento; nesse sentido, além do próprio conteúdo do texto, não se pode perder de vista a questão da oratória e da retórica presente nos discursos. O discurso do Conde de Afonso Celso na abertura, de Ricardo Levene na primeira seção plena, o de Manuel Cícero no encerramento e de Max Fleiuss no jantar final, são considerados em conjunto para se observar não apenas as estratégias discursivas e o conteúdo, mas como mobilizavam saberes compartilhados para conduzir suas análises.

Acrescidos a esse conjunto de discursos, para se conhecer as especificidades da escrita da História no primeiro quartel do século XX, foram considerados: (i) o discurso proferido por Manoel de Oliveira Lima, na primeira sessão do IHGB em 1913; (ii) o realizado por João Ribeiro

quando de sua posse como sócio do Instituto em 1915; (iii) e a resposta ao discurso de posse de Pedro Lessa na Academia Brasileira de Letras proferido por Clovis Beviláqua. De Pedro Lessa foi considerado o estudo *É a história uma ciência?*, escrito originalmente como prefácio a obra *História da Civilização na Inglaterra*, de Henri Buckle. Esse conjunto de fontes interessa tanto por seu conteúdo, como por suas estratégias discursivas.

Em segundo, considerou-se as atas e pareceres das memórias, pois esses documentos auxiliam a traçar não apenas redes temáticas próprias da pesquisa histórica do período, como também as redes intelectuais e de sociabilidade. A estratégia de reciprocidade utilizada pelos membros da comissão da Argentina de eleger alguns historiadores do Instituto Histórico como sócios correspondentes da Junta de História e Numismática da Argentina, e de entregar os diplomas ao longo do Congresso Internacional de História da América, pode ser vista como a consolidação de uma rede intelectual já existente, pois desde o século XIX havia argentinos que eram sócios do Instituto, como da lógica da diplomacia pan-americana, em que as redes e acordos intelectuais podiam estreitar relações diplomáticas.

Para melhor situar o evento no conjunto de comemorações do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, foi considerado o periódico *A Exposição*¹. Criado pela comissão organizadora das festividades do Primeiro Centenário de Independência do Brasil, *A Exposição* apresentava a posição dos órgãos governamentais. Saber quantas menções e em quais momentos o Congresso organizado pelo IHGB foi citado auxilia na compreensão da posição do evento no conjunto das festividades que ocorriam no Brasil em setembro de 1922. O que não significa que não se recorreria a outros para analisar o objeto em questão, tais como a *Gazeta de Notícias*, no qual Max Fleiuss publicou um artigo sobre a Independência do Brasil e o mesmo foi republicado como anexo a ata da 1ª seção plena do Congresso Internacional de História da América, devido a seu valor historiográfico.

¹ Esse periódico foi consultado a partir da base da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Conhecida um pouco da trajetória da pesquisa, convém apresentar nesse momento o escopo da mesma. O objetivo geral consistia em examinar o Congresso Internacional de História da América à luz da diplomacia cultural e da História da Historiografia, demonstrando como, para letrados, historiadores e homens de Estado, a produção do conhecimento Histórico se relacionava às questões políticas de seu tempo. Dentre os específicos, destacam-se: (i) analisar o significado da História enquanto ciência e suas características para os membros do IHGB no primeiro quartel do século XX; (ii) demonstrar como a circulação de ideias e letrados refletia na produção historiográfica no continente americano, em especial no Brasil e na Argentina; e (iii) identificar os impactos da diplomacia brasileira na produção do conhecimento histórico no IHGB.

A partir desses objetivos, formulou-se a hipótese de que havia uma forma de escrita da História no Brasil (e na América) que se relacionava à produção Europeia, por estar estando em contato constante com ela. Como se verá ao longo da presente dissertação, os diálogos realizados pelos historiadores e agremiações do continente americano com as instituições europeias não fazia com que a produção historiográfica fosse uma mera cópia. Havia particularidades, e algumas delas serão apresentadas nos capítulos que se seguem.

Como um pintor que ao produzir um grande quadro antes esquematiza os caminhos a serem seguidos, a apresentação dos capítulos segue a mesma lógica. Apreciar sua organização não garante que as pinceladas neles sejam conhecidas, apenas que se conheça uma parte do caminho percorrido na confecção da pintura. A dissertação se divide em cinco capítulos, escritos de forma breve e objetiva. Tal escolha visa auxiliar na compreensão das duas problemáticas centrais da pesquisa e de questões correlatas que surgiram ao longo, tal como foi demonstrado nesta introdução.

O primeiro capítulo tem como título *Diplomacia cultural e História da Historiografia*. Dividido em duas seções, inicia com a demonstração de alguns dos impactos da presidência do Barão do Rio Branco na forma como o IHGB se relacionava com o continente americano; para, em seguida,

analisar as posturas e posições diplomáticas levadas a cabo pelas delegações ao longo do Congresso e suas relações com a diplomacia cultural.

O Rio de Janeiro e o Centenário da Independência do Brasil: revisitando 1922 é o título do segundo capítulo, que trata das transformações ocorridas na cidade para receber os festejos do Primeiro Centenário da Independência, assim como do debate sobre modernidade que estampava os jornais cariocas na década de 1920 e das homenagens do IHGB aos fundadores da nação. Como se pode ver, consiste na cidade do Rio de Janeiro o objeto primordial desse tópico.

O capítulo 3 tem como título *O Primeiro Congresso Internacional de História da América* e objetiva traçar uma visão geral do evento. Tem início com a análise dos antecedentes do congresso, ou seja, desde a decisão de se organizar o I Congresso Internacional de História da América, no final do I Congresso de História Nacional, é possível ver a presença de homens de Estado fazendo parte da comissão organizadora. Examina-se como o tema foi tratado pela historiografia e como foi estruturado o evento, considerando o regulamento, as seções e subseções, e os debates na elaboração do anteprojeto de escrita da História Geral da América.

O Capítulo 4 traz como questão central a pergunta: O que os historiadores do IHGB entendiam por Ciência e por História? Intitulado *O debate sobre a História no primeiro quartel do século XX*, divide-se em duas partes: na primeira, utilizar-se do discurso de Manoel de Oliveira Lima como fio condutor para se compreender o significado da História no Silogeu Brasileiro daquele período; em seguida, considera-se o de abertura proferido por Afonso Celso.

O quinto e último capítulo analisa os discursos proferidos ao longo do Congresso: o de Ricardo Levene, o de Manuel Cícero e o de Max Fleiuss. Intitulado *Vinculações entre o Brasil e a América nos discursos proferidos no I Congresso Internacional de História da América*, parte-se dos discursos para demonstrar a aproximação entre brasileiros e argentinos, tanto antes como depois do referido congresso. O capítulo se encerra com uma análise de um conjunto de cartas trocadas entre Max Fleiuss e Ricardo Levene no período de 1922 a 1937.

CAPÍTULO I:

DIPLOMACIA CULTURAL E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA¹

Entre os anos de 1889 e 1906, o IHGB perdeu parte do mecenato que recebia do Estado. As verbas que eram destinadas à Escola Palatina pelo imperador D. Pedro II foram reduzidas até deixarem de ser recebidas. Mesmo assim, entre 1891 e 1906, ainda sob a presidência de Herculano Aquino, o Instituto Histórico retomaria os trabalhos interrompidos com a instauração da República², pois seria criada a figura do sócio benemérito, que tinha sua entrada nos quadros da Escola Palatina condicionada à doação de certa quantia. Tais valores foram utilizados para a manutenção do IHGB. Porém, sob a presidência do Barão do Rio Branco, o Silogeu Brasileiro voltaria ao auge nas pesquisas, assim como o mecenato do Estado retornaria. Processo esse continuado pelo seu sucessor, o Conde de Afonso Celso.

Novos ventos começaram a soprar para a Escola Palatina durante a presidência de Rodrigues Alves. Não apenas o Barão do Rio Branco tinha um bom relacionamento com o então presidente, mas Max Fleuiss também conseguiu junto a ele que o governo brasileiro reformasse o prédio do IHGB e que as revistas e as atas voltassem a ser publicadas pela Imprensa oficial³. Nesse ínterim, o Instituto Histórico passou a funcionar no Gabinete Português de Leitura⁴.

¹ Uma versão preliminar desse capítulo foi aceita para publicação na *Revista da ANPHLAC* estando atualmente no prelo. Ver: NASCIMENTO JR, No prelo.

² Para um estudo da produção do IHGB no período entre 1889-1912, em especial sobre a questão da relação entre Estado Laico e religião católica, Ver: HRUBY, 2009: 50-66; SOUZA, 2015: 213-230

³ A imprensa Oficial também foi órgão que publicaria a partir de 1909 a *Revista Americana*, como se verá nas linhas subsequentes.

⁴ Cabe destacar que o Gabinete a apenas ganharia o título de Real em 1908, durante o reinado de Carlos VIII na busca de estreitar os laços da Monarquia Portuguesa com os lusitanos que viviam no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro. Ver: TARBOTA, 1940.

Não por coincidência, dentro do projeto de reformulação do IHGB levado a cabo pelo Barão do Rio Branco estava as novas formas de admissão de novos membros. Devido à situação do Instituto, no início da República foi criada a figura do sócio benemérito, com objetivo de ampliar a arrecadação do Instituto e resolver uma situação pontual da instituição. Ação que desagradava ao Barão. No conjunto das reformulações, Rio Branco também objetivava retomar a ideia da casa como uma instituição de pesquisa por excelência. Seus contatos políticos fizeram com que ficasse aprovado no Congresso Nacional a destinação de verbas para a construção de uma nova sede. Tal ação não ocorreu plenamente, pois, com a morte do Barão em 1912, o Instituto recebeu apenas uma das cinco parcelas previstas (GUIMARÃES, 2007: 30-32).

Sobre a relação da presidência da República com o Congresso de História da América e com o IHGB, cabe ressaltar que na administração de Epitácio Pessoa, que era sócio do Instituto, o orçamento anual do governo destinado ao Silogeu Brasileiro aumentou, chegando a 40 contos de réis; assim como foi o governo federal quem financiou o referido Congresso de História da América, a publicação dos dois primeiros volumes do Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (GUIMARÃES, 2007: 33).

Nos primeiros anos da República também ocorreu o crescimento do número de Institutos Históricos e Geográficos (IHG), tanto a nível estadual como municipal. Eles produziam saber científico utilizado, muitas vezes, em disputas políticas ou em questões territoriais. O aumento do poder local trazido pelo federalismo fez com que muitas querelas passassem a ter sua resolução pelo crivo do saber científico, pois a Constituição Federal de 1891 dava margem para a criação de novos entes da federação a partir de argumentos bem fundamentados em tal saber (IUMATTI; VELLOZO, 2014). Essa medida presente na constituição levou à ampliação no levantamento de dados e pesquisas conduzidas tanto pelos IHG como pelos museus, muitos desses também criados no limiar do período republicano. Entre 1900 e 1930, havia a necessidade da elaboração de conhecimento com base na ciência, o que fazia com que

os IHG tivessem um objetivo político claro, mesmo que não imediato (IUMATTI; VELLOZO, 2014: 5-8).

Novas mobilizações do passado eram realizadas por aqueles que disputavam territórios, como também por quem visava legitimar o domínio sobre uma região. Os conhecimentos históricos e geográficos eram utilizados para comprovar a posição de cada uma das partes na questão, devendo se assentar em bases científicas reconhecidas por seus pares. O governo republicano passou a financiar expedições de pesquisas em vários estados⁵. Segundo IUMATTI; VELLOZO (2014: 16) “o IHGB era uma das instituições em que essa república tentara projetar um espaço de legitimidade frente às disputas inter-estaduais e inter-regionais (e frente crescente aos conflitos sociais)”.

O mesmo ocorria com as construções sobre o passado, uma vez que os historiadores e políticos poderiam auxiliar a definir o que fazia ou não parte da concepção de nação. A própria noção de golpe ou proclamação foi largamente discutida dentro do Instituto, havendo membros que defendiam uma ou outra opção (SOUZA, 2015: 221-222). Tais posições, por sua vez, eram sustentadas com base na pesquisa documental de base metódica, juntando o caráter experimental e monográfico, dialogando com os estudos desenvolvidos nos principais centros de pesquisas da Europa e dos EUA. “Os intelectuais e políticos procuravam se apropriar o quanto possível dos modelos produzidos nos Estados Unidos, que se afirmavam, cada vez mais, como centro hegemônico” (IUMATTI; VELLOZO, 2014: 7). Como se demonstrará à frente, o que marca a forma de pesquisa e produção do conhecimento histórico no período é o uso de métodos para fazer a crítica a documentos, porém havia especialidades na forma como os brasileiros se apropriavam das ideias desenvolvidas na Europa, o que não fazia de sua produção uma mera cópia de ideias exteriores.

À época, o IHGB era o principal centro de produção histórica no Brasil, sendo, muitas vezes, arena de disputas sobre quais representações

⁵ Cabe ressaltar, que o primeiro mapa geológico completo do Brasil foi publicado em inglês em 1918, através do trabalho levado a lume por John Caspper Branner, que teve expedições financiadas pelo governo federal, durante mandato de Afonso Penna. Ver: IUMATTI; VELLOZO, 2014: 5-8.

do passado seriam legítimas. Para Gomes (2009: 11), “o IHGB tem, nesse sentido, uma importância especial, como palco de debates sobre o que era e o que deveria ser a história, como ponto de agenda claramente associado ao traçado de projetos de futuros possíveis para a modernidade do país”. Ao comentar as contendas sobre a produção da ideia de nação, Souza (2015: 219) aponta que:

Essa distinção entre *voz* e *ruído* não quer dizer que todos os sócios [do IHGB] falassem uma mesma coisa, mas que partilhavam a mesma tessitura. *Nação* seria um consenso a ser disputado, e os sócios do instituto disputaram, porém entre iguais e dentro de certos limites. A disputa mais intensa, nesse sentido, não é entre a vitória ou derrota de um projeto político, mas sobre os limites do projeto político em jogo.

Pois, desde o século XIX, o IHGB já possuía uma missão clara, a saber:

A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização desse empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social no século XIX (GUIMARÃES, 1988: 6).

Percebemos a partir da proposta de Francisco Souza e de Manoel Salgado Guimarães que, mesmo se constituindo como um grupo de letrados que partilhavam interesses comuns, havia questões em que os membros do IHGB discordavam. Mas, era na ideia de construção da Nação que havia um traço comum entre eles. Dessa forma, os trabalhos realizados pelos membros do Silogeu, na primeira metade do século XIX, podem ser vistos como um esforço no sentido de se estabelecer o projeto de nação para o Brasil. No período, os membros do Instituto já pensavam

qual seria o sentido que a História poderia assumir. Percebe-se no IHGB a passagem de uma história filosófica para uma história da ciência dos fatos⁶. O projeto de uma História Nacional começou com Januário da Cunha, e o concurso para o plano da escrita da História do Brasil, vencido por Von Martius em 1844. A materialização da proposta de Von Martius foi levada a cabo por Francisco Adolfo de Varnhagen em seu livro História do Brasil.

A prática de se pensar a nação teve continuidade na década de 1920. A crise do império, iniciada na década de 1870, foi importante para que um grupo de letrados repensasse a ideia de nação brasileira. Tal grupo ficaria conhecido como *geração de 1870*. No final da década de 1880, dois eventos fariam com que o projeto de nação fosse novamente revisto: a abolição da escravidão (1888) e a instauração da República (1889) modificavam as experiências vividas⁷ e projetavam novas expectativas na construção do imaginário da nação. Isso fica visível na querela de como se interpretaria a instauração da República: ela foi um golpe, algo que era do momento político, ou foi proclamada, algo esperado há muito tempo e que poderia ser comprovado por fatos anteriores? (SOUZA, 2015). Tal tema reaparece com força nas décadas de 1910/20, momento em que o Instituto Histórico realizou o I Congresso de História Nacional (1914) e o Congresso Internacional de História da América (1922).

O Conde de Afonso Celso tornou-se presidente do IHGB no ano de 1912, substituindo o Barão do Rio Branco, após seu falecimento. Com Afonso Celso, o Instituto Histórico ganharia novos contornos em seu estatuto. Aprofundava a posição de centro da produção historiográfica nacional, fornecendo subsídios para a construção da identidade do país, papel que já exercia desde 1838, quando da sua fundação. No ano de 1913,

⁶ Ao estudar a relação entre a produção dos primeiros membros do Instituto, Manoel Guimarães demonstra como as ideias desenvolvidas no Brasil estavam conectadas com as desenvolvidas em Portugal e outros locais da Europa; como, por exemplo, a ideia da utilidade da História como ensinar e julgar o presente a partir do conhecimento do passado, já estava presente em um período chamado “O Patriota”, do qual membros do IGHB fizeram parte (GUIMARÃES, 2006: 68-85).

⁷ Para saber mais sobre as noções de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, ver: KOSELLECK, 2006: 305-328.

houve a inauguração da nova sede e as comemorações do 75º aniversário da instituição. Além disso, nesse mesmo ano, o diplomata e letrado Manuel de Oliveira Lima proferiu uma conferência intitulada “O atual papel do Instituto Histórico” (LIMA, 1971), na qual questionava a não existência de eventos acadêmicos de História de grande porte organizados pela casa. O diplomata acabava de voltar da Áustria, onde fora enviado como representando do governo brasileiro e do Instituto ao *XVI Congresso de Americanistas*. Em um discurso inflamado, Oliveira Lima defendeu que o IHGB deveria se colocar a serviço da causa nacional. E como consequência de suas palavras, o Instituto organizou no ano seguinte o I Congresso de História Nacional.

Relações internacionais e o Pan-americanismo no IHGB no primeiro quartel do século XX

O Barão do Rio Branco foi o correspondente do IHGB no Congresso de Americanistas de Luxemburgo realizado em 1878. Anos depois se tornou ministro das Relações Exteriores (1902 e 1912) e presidente da Escola Palatina (1908-1912), cargos que manteve até o momento de sua morte. Enquanto esteve à frente desse Ministério, a política externa brasileira mudaria de tom. Ao invés de olhar apenas para a Europa e se colocar como um opositor aos Estados Unidos, o Brasil passaria a olhar para o continente americano⁸, buscando novas alianças. Sua atuação marca uma virada na posição do Brasil frente ao pan-americanismo⁹.

⁸ No presente trabalho, ao se utilizar o termo “América” tratar-se-á do continente americano, assim como o “americanos será utilizado como referências aos povos do referido continente. Para os nascidos nos Estados utilizar-se-á a designação “estadunidense”.

⁹ Para saber mais sobre a política externa brasileira durante o Império e a mudança ocorrida nos primeiros anos da República e sobre as mudanças na posição brasileira ao longo da Conferência de Washington ver em especial o Capítulo 3 de Santos (2004). Sobre a posição do Brasil nas Conferências Pan-americanas ao longo do século XIX, Bueno (1997).

Ao examinar o desenvolvimento da ideia de pan-americanismo ao longo do século XIX e início do século XX, Santos (2004) demonstrou que esse passou por diferentes fases. No início do século XIX, falar em americanismo era pensar em duas ideias que disputavam espaço, o pan-americanismo latino-americano e o monroísta (CASTRO, 2012). Fernando Castro fez um apanhado das ideias pan-americanas ao longo do século XIX, inclusive diferenciando a vertente latino-americana em duas: a primeira teria influência de Simon Bolívar e buscava a criação de uma Confederação dos Estados Americanos; e a segunda, sob a influência de Francisco Miranda, visava a criação de um Estado único, a partir das repúblicas hispano-americanas, com o resgate de uma cultura comum. Ambas as ideias seriam derrotadas ao longo do século XIX pela visão monroísta (CASTRO, 2012: 59-61).

Foi o próprio Bolívar quem convocou o *Congresso do Panamá* em 1826. Seu objetivo era criar uma confederação entre as jovens nações latino-americanas, que não incluía nem os Estados Unidos nem o Brasil. O primeiro pelo início de sua ação expansionista evidenciada pela Doutrina Monroe; o segundo por ser um Império ao estilo europeu, o que não despertava confiança nas nações vizinhas. Tal posição, contudo, foi revista e ambos os países foram convidados e estiveram presentes então no evento (CASTRO, 2012: 59-60). Não cabe nesse espaço fazer um histórico da posição dos Estados Unidos e do Brasil nas Conferências Interamericanas no século XIX, apenas pontuar algumas questões que servirão para compreendermos a posição do Brasil sobre o pan-americanismo no início do século XX e como ele auxilia a compreender a posição adotada pelo IHGB, a partir da presidência do Barão do Rio Branco.

Com a Doutrina Monroe (1823), a ideia das lideranças estadunidenses era frear o avanço da Inglaterra, em particular, e da Europa, em geral, sobre a América. A ideia de colocar os Estados Unidos como um defensor das jovens nações hispano-americanas tinha mais um caráter retórico que efetivo, porém apresentava sua ideia de expansão no continente. Tal posição pode ser verificada no caso do Chile em 1826; os estadunidenses persuadiram os chilenos que uma aliança com a Inglaterra naquele

momento poderia ser o caminho para o retorno à condição de colônia. A postura dos EUA, entre as décadas de 1820-1870, se caracterizou por uma ação política, o que nem sempre foi bem visto pelos demais países da América. Na década de 1880/90 os estadunidenses conseguiram ampliar sua esfera de influência no continente ao mudarem sua perspectiva de ação, incluindo questões econômicas em suas ações pan-americanas.

Ao longo do século XIX, dentre os pontos debatidos na política externa brasileira, o único sobre o qual durante quase todo o período imperial se manteve uma posição única foi a aproximação com os países americanos, uma vez que o Império brasileiro era a única monarquia na América. Considerando tal posicionamento, torna-se compreensível o posicionamento brasileiro frente as tentativas do Peru e do Chile conduzirem as negociações pan-americanas entre as décadas de 1830-1870 (SANTOS, 2014; BUENO, 1997).

Apenas na década de 1870 o Brasil buscou se aproximar dos EUA e da América Hispânica. O Manifesto do Partido Republicano apresentava o Brasil como parte da América e destacava que a Monarquia era uma forma de governo que os colocava em oposição aos demais países vizinhos, o que, na visão dos partidários do republicanismo, era fonte das hostilidades dos hispânicos para com o Brasil. Para eles, o regime monárquico fazia com que o Brasil ficasse isolado no Novo Mundo. Abaixo apresenta-se um trecho do Manifesto republicano em que se pode observar tal posição:

Somos da América e queremos ser americanos /A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. / A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem de opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam. Perante a Europa passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia e adesão. Perante a América passamos por ser uma democracia monarquizada, aonde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano. / Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país

isolado, não só no seio da América, mas no seio do Mundo (SANTOS, 2004: 114 – nota de rodapé nº 3).

A leitura do fragmento do Manifesto Republicano transcrito acima permite compreender que havia diferenças entre a visão dos republicanos e do governo imperial. Nesse sentido, a mudança na forma de participação do Brasil nas Conferências Pan-americanas em 1889 não pode ser vista como uma ação desconexa com os debates que eram travados no Brasil do final do século XIX. D. Pedro II havia participado de eventos nos EUA alguns anos antes da I Conferência dos Estados Americanos, realizada entre outubro de 1889 e abril de 1890 em Washington. E para essa conferência o governo brasileiro decidiu enviar como representante Salvador Mendonça, dentro de uma política de aproximação com os EUA e a América (LYRA JR, 2013).

Para a Conferência de Washington, foram convidados todos os países da América, menos o Canadá, que era um protetorado inglês. A posição do Brasil também variou conforme a forma de governo vigente no país. Até o dia 15 de novembro de 1889, as instruções dadas pelo governo monárquico a seus representantes na conferência era conter as propostas estadunidenses, em especial a de livre comércio e do arbitramento internacional. Tal posição pode ser compreendida pelo medo de que a integração econômica levasse a América a se tornar um *Zollverein* sob liderança dos Estados Unidos. Essa posição aproximava o Brasil do Chile, que estava também em certa posição de isolamento no continente (SANTOS, 2014).

A mudança de regime levaria também a de posição sobre os temas na conferência. Mesmo com a República ainda tentando se organizar, Salvador de Mendonça, representante do Brasil, obteve novas instruções para atuar na questão do arbitramento, proposta que o próprio diplomata havia auxiliado na construção (LYRA JR, 2013). Não obstante, foram os países americanos os primeiros a reconhecer a mudança de regime no Brasil, antes mesmo que os governos europeus a quem o Império era ligado (CASTRO, 2012). Os dois primeiros a reconhecer a instauração da

República no Brasil foram a Argentina e o Uruguai, nas datas de 20 e 29 de novembro de 1889, respectivamente; em 13 de dezembro do mesmo ano foi a vez do Chile; e os Estados Unidos o fizeram em 29 de janeiro do ano seguinte. Cabe observar que tal reconhecimento ocorreu ainda durante a Conferência e pode ser visto dentro da agenda do pan-americanismo (LYRA JR, 2013; CASTRO, 2012).

Na Conferência de Washington (1889/90), um acordo entre os países americanos seria um longo caminho a se construir, apesar de ter sido criada a União Internacional das Repúblicas Americanas (*Pan-american Union*), com sede em Washington. Cabe ressaltar que esse *bureau* foi a base para a criação da Organização dos Estados Americanos, em Bogotá, no ano de 1948, após a realização de nove conferências pan-americanas, a saber: Washington (1889-90), Cidade do México (1901-02), Rio de Janeiro (1906), Buenos Aires (1910), Santiago (1923), Havana (1928), Montevideu (1933), Lima (1938) e Bogotá (1948) (SANTOS, 2004; DULCI, 2013; BETHELL, 2009).

Em termos de Política Exterior, o Brasil mudou seu posicionamento a partir da presidência de Rodrigues Alves (1902-1906). Fora esse presidente que colocou o Barão do Rio Branco à frente da chancelaria do Ministério das Relações Exteriores. Ao assumir a pasta, Rio Branco contava com legitimidade, pois sua atuação na questão das fronteiras e no que cerne aos interesses da agro-exportação condizia com o posicionamento das elites brasileiras. O Brasil buscou estreitar laços com os EUA, inclusive apoiando-os na formulação das Conferências Pan-Americanas. Os dois responsáveis por essa aproximação foram o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco.

Para o Barão, a aproximação com os estadunidenses deveria seguir um caráter pragmático, uma vez que na América do Sul não havia um bloco capaz de opor-se a eles. Rio Branco escrevia sobre o pan-americanismo em jornais da época utilizando-se de pseudônimos, como uma forma de divulgação do mesmo. Além disso, o ministro das relações exteriores buscava o reconhecimento do Brasil como líder na América do Sul, o que era interpretado, muitas vezes, por países sul-americanos, como sendo

o Brasil um executor das propostas monroistas. A mesma posição era buscada por Joaquim Nabuco enquanto era representante brasileiro nos EUA. A posição do Barão deve ser compreendida dentro da lógica de conservação da soberania, a mesma que o levou a propor o rearmamento das forças armadas (Marinha e Exército) no início do século XX, quase gerando um incidente internacional com a Argentina. Foi a partir dessas relações que Rio Branco conseguiu trazer para o Rio de Janeiro a III Conferência Internacional Americana em 1906, uma vez que era previsto que a mesma ocorresse em Buenos Aires.

Outro representante do Brasil nos Estados Unidos foi Manuel de Oliveira Lima. Ao contrário de Rio Branco e de Joaquim Nabuco, esse letrado era um grande crítico ao pan-americanismo e à aproximação do Brasil com os EUA. Em 1907, o diplomata publicou o livro *Pan-americanismo*, fruto de uma série de artigos publicados na *Folha de São Paulo* e no *Diário de Pernambuco*, em que defendia que a junção da Doutrina Draco com a Doutrina Monroe era o melhor caminho para a questão da arbitragem internacional. Tal posição, para Oliveira Lima, advinha da leitura que ele fazia da ação estadunidense na Venezuela (1901) e em Cuba (1904), além da promulgação da Emenda Platt (1901) e da releitura da Doutrina Monroe feita por Roosevelt (1904). A querela entre Rio Branco e Oliveira Lima pode ser vista na III Conferência Internacional Americana.

Realizada no Rio de Janeiro entre 23 de julho e 27 de agosto de 1906, essa conferência contou com a participação de quase todos os países do continente. A participação massiva da maioria dos países da América demonstra como o evento era importante no contexto internacional interamericano. Nela ocorreram grandes debates acerca de questões econômicas e comerciais, tais como a do trigo na relação entre os EUA e a Argentina. Nesse encontro, os representantes brasileiros e estadunidenses evitaram ao máximo temas que fossem controversos. Tal postura pôde ser vista tanto no Barão do Rio Branco quanto no secretário de Estado dos Estados Unidos, Elihu Root, mesmo atendendo a solicitações levantadas por quase todos os países aqui representados.

O Congresso teve início às 14 horas, com uma atividade na Igreja da Candelária. Em seguida, houve o deslocamento das pessoas para o Palácio do Catete (sede do governo republicano à época), tendo o Congresso sido instalado às 20 horas. O primeiro a discursar foi o Barão do Rio Branco, vice-presidente honorário do Congresso, seguido de Joaquim Nabuco, eleito presidente do evento, e de Elithu Root, também eleito vice-presidente honorário. Nabuco utilizou-se da preleção para falar sobre como o sistema americano fundamentava o monroismo e exaltar suas vantagens para o continente. Em seu discurso, o secretário estadunidense manteve a sintonia com as palavras de seus predecessores. A conferência foi noticiada pelos principais periódicos da época. Em muitos deles Joaquim Nabuco seria criticado ou valorizado ora pelos monarquistas ora pelos republicanos, o que mostra como havia posições distintas sobre a questão (BONAFÉ, 2008).

Na análise que fez do memorial da III Conferência, Bueno (1997) observou que a Argentina era a maior opositora das propostas de Pan-Americanismo. Os portenhos tinham uma posição comercial mais isolada no contexto de relações comerciais da América, tendo o seu fluxo comercial ligado a Europa. Havia uma concorrência entre os argentinos e os estadunidenses no comércio de trigo desde 1870, o que fazia com que os primeiros fizessem acordos bilaterais com o Brasil, mercado que estava em franca expansão. Do ponto de vista econômico, a Conferência de 1906 resultou em poucos dividendos para o Brasil, mas nela houve maior aproximação entre o país e os EUA.

Em 1908, foi organizada uma Exposição Nacional em comemoração ao Centenário da Abertura dos Portos, realizada após a chegada da família real portuguesa no Brasil. Ela marcou uma nova forma de se realizar exposições no Brasil, uma vez que houve a destinação de espaço para ela. Em 1922, quando do Centenário da Independência do Brasil, também foi organizada uma Exposição Nacional que, pela adesão de vários países, se tornou internacional. Destarte, vemos que nas comemorações de 1922 havia a presença de muitos homens de letras, de Estado e visitantes de outras nacionalidades no Brasil. Realizado no Rio de Janeiro, o I

Congresso Internacional de História da América deve ser visto como parte das comemorações do Centenário da Independência e das relações pan-americanas levadas a cabo pelo Ministério de Relações Exteriores.

Organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o referido Congresso ocorreu no ano de 1922. Composto por representantes de todos os países da América e alguns da Europa, o Congresso foi um espaço de debate acadêmico, mas também de acordos internacionais ligados à diplomacia. Sobre esse tema, torna-se relevante compreender a posição da delegação canadense sobre a produção da História Geral da América. Torna-se relevante sublinhar que o Ministério de relações Exteriores do Canadá fora controlado pela Inglaterra até 1931, mesmo que esse país tenha alcançado sua independência em 1867. Além disso, para o período de 1889 a 1928, os canadenses não enviaram representantes em nenhuma das Conferências Pan-americanas, o que mostra a importância de sua participação no evento realizado no Brasil em 1922 (DULCI, 2013).

Apontamentos sobre a Diplomacia Cultural e a produção de periódicos no primeiro quartel do século XX

A ação do Barão do Rio Branco foi uma mostra de seu prestígio político, ao trazer para a cidade do Rio de Janeiro o evento, mostrando que as relações entre o Brasil e os EUA passaram a ser intensas desde a passagem do século XIX para o XX. Acrescido a isso, a cidade do Rio de Janeiro havia sido reformada, e o Congresso era uma chance de apresentar o Brasil moderno para as demais nações americanas, tal como ocorreria no Centenário da Independência do Brasil dezesseis anos depois, em 1922 (BENCHIMOL, 2013).

Ao assumir o Itamaraty, ele iniciou um processo de profissionalização do corpo diplomático. Para o chanceler, não bastava apenas ter boas relações, os candidatos também deveriam estar aptos para atuar a favor do Brasil em terras estrangeiras. Foi com tal propósito que ele realizou uma série de mudanças na seleção do corpo diplomático brasileiro.

Durante sua administração, o Ministério que comandava, além de atuar fortemente na questão das fronteiras, posição que considerava de extrema importância para a soberania do Brasil, teve um braço voltado para as questões culturais. A Divisão Cultural do Itamaraty foi criada na primeira década do século XX, em sintonia com os Congressos Pan-Americanos ocorridos no período (NICODEMO, 2013).

Foi com esse intento que a Divisão Cultural começou a publicar em 1909 a *Revista Americana*. Tal periódico tinha por objetivo promover o intercâmbio cultural do Brasil com outras nações, em especial do continente (NICODEMO, 2013; CASTRO, 2012). Temas como política externa, questão das fronteiras, uso dos rios e pan-americanismo foram alguns dos que figuraram na *Revista* ao longo dos seus dez anos de existência. Como destaca Castro (2012), para compreendê-la, temos que olhar para o contexto no qual ela foi produzida, em que o imperialismo e a diplomacia cultural não podem ser vistos como elementos separados, mas como duas faces de uma mesma moeda. Por sua vez, a *Revista* consiste no uso específico de relações culturais para o alcance de objetivos políticos, econômicos e comerciais; sendo vista como uma ferramenta para a paz. Nesse espaço, cabe apenas pontuar como ela foi um dos instrumentos de ação diplomática (CASTRO, 2012; CARVALHO, 2011).

Editada pelo Itamaraty e publicada pela Imprensa Oficial, a *Revista Americana* contou com três fases distintas; a primeira, de 1909 a 1913, era um periódico mensal, que mesmo que seus editores não confirmassem estava sob o olhar do Barão do Rio Branco; nesse período, a revista buscou ter um caráter mais científico, aceitando posições divergentes sobre os temas nela debatidos, como no caso do pan-americanismo, mesmo que, no geral, prevalecessem visões de acordo com a posição do governo. A primeira fase se encerra por causa de um incêndio na gráfica da Imprensa Nacional. Sem a presença do Barão, o Itamaraty não teve força para continuar a imprimir o periódico.

A segunda fase ocorreu entre 1915 e 1916. A *Revista* ganhou um formato mais comercial, inclusive ganhando um Suplemento Ilustrado que circulava quinzenalmente, enquanto no formato original a revista era

mensal. Na terceira fase, de 1917 a 1919, a revista retomava o original, com tiragem mensal. Os editores buscaram retomar as características da primeira fase da revista, quando ela era vista como um periódico com face acadêmica e científica. Destarte, nesse período, os editores reconheceram que a *Revista* segue os desígnios deixados pelo Barão do Rio Branco.

Não foi apenas o Brasil que produziu um periódico com o intuito de ampliar os conhecimentos sobre a América. Na Argentina, o chanceler Estanislao Severo Zebellos tomaria a dianteira na criação de uma revista que debateria relações internacionais, o papel da educação no incentivo do nacionalismo e da educação cívica e pátria. A *Revista de Derecho, História y Letras* circulou entre 1898 e 1913, tendo Zabellos participado ativamente da publicação que era mensal e contava com uma publicação quadrimestral de caráter mais acadêmico. No momento do centenário da independência argentina, Zebellos utilizou as páginas de *La revista* como meio de divulgação de suas ideias (SHAW, 2012).

Em 1918, foi criada nos Estados Unidos a *Hispanic American Historical Review*, com o intuito de ampliar os conhecimentos estadunidenses sobre os países ibero-americanos. Apesar do título, o Brasil também figurava nas páginas do periódico. Ela consistia na primeira tentativa organizada de se estudar a América ibérica nos Estados Unidos. A criação desse periódico contou com o apoio de fundações privadas, como a *Carnegie Foundation*, e do então presidente Woodrow Wilson, que era historiador (FERES JR, 2003). Seu surgimento não está ligado apenas ao fato de haver interesse de pesquisas sobre o continente, mas a questões de apoio institucional que a revista recebia do governo (AVILA, 2015).

Nos Estados Unidos, entre as décadas de 1910 e 1940, existiam poucas pessoas que se dedicavam ao estudo da América Ibérica. Nesse período, de acordo com Feres Júnior (2003), predominavam na *Hispanic American Historical Review* os estudos de História Diplomática, com um tom mais descritivo que analítico, assim como havia poucos estudos sobre a América ibérica. Os criadores da revista, Charles Chapman e William S. Robertson, perceberam que nos EUA pouco se conhecia sobre essa fração do continente quando viajaram para a Argentina, em 1916, para o

Congresso Americano de História e Biografia; fato que os motivaram na criação da *Hispanic American Historical Review*.

Ao analisar a revista criada por Chapman e Robertson, Ávila (2015) indica que nas páginas do periódico o tema do pan-americanismo também figurava como de grande relevância. Nela havia duas visões sobre a temática em questão. O primeiro grupo, chamado de *internacionalistas*, defendia o pan-americanismo como uma forma de cooperação mútua entre as nações; o segundo, por sua vez, defendia que cabia aos EUA liderar as nações latino-americanas, dentro da visão monroísta. Para seus editores, a busca pela verdade era uma forma de servir aos interesses públicos. Outrossim, há fortes indícios de que outras revistas científicas foram criadas no continente americano entre os anos de 1910 e 1920. Pois, até o Barão assumir a presidência, o Silogeu Brasileiro enfrentava sérios problemas internos e de relacionamento com os governos vigentes no início da República.

A aproximação com os Estados Unidos, por sua vez, não fez com que o Brasil deixasse de olhar para a Europa. Em 1908, no centenário da vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, sob os auspícios do Barão, o IHGB projetou organizar um Congresso Internacional de História que contaria com a presença do monarca português D. Carlos VIII. A morte do monarca fez com que o evento não se realizasse, o que não estremeceu a atuação do Instituto Histórico na promoção de atividades culturais que pudessem ter proveito político, dentro da lógica da diplomacia cultural (GUIMARÃES, 2005; 2009; RIBEIRO, 2011). Tais propostas estavam alinhadas ao debate travado nas Conferências Pan-Americanas realizadas de 1889 a 1948.

Considerando as Conferências Pan-americanas após o Congresso Internacional de História da América, temos a de Santiago, que foi organizada por Leo Staton Rowe, diretor da União Pan-americana no período de 1920 a 1946. Para ela, o Brasil enviou como representante Afrânio de Melo Franco. Nela era possível observar o sentimento anti-estadunense, uma vez que a sua ação imperialista foi questionada por vários membros. No encontro, houve a busca de uma maior participação

de outros países na União Pan-americana, que se chocava com a posição dos EUA de evitar resoluções contra sua ação imperialista.

Dentre os temas que foram debatidos nessas conferências pan-americanas, ponderou-se sobre: “consideração de estudos universitários e intercâmbio de títulos profissionais; consideração das questões que resultem de um ato de uma potência não americana atentatória aos direitos de uma nação americana e plano de proteção de documentos arqueológicos e outros necessários para a formação de uma história americana” (DULCI, 2013: 63). A presença de tais questões nas conferências Pan-americanas demonstra que o Congresso organizado pelo IHGB em 1922 fazia parte da agenda do Brasil nas relações interamericanas, e que a cooperação intelectual não era algo pontual no contexto pan-americano.

Em Havana, em 1928, na VI Conferência Pan-americana, também se debateu questões de cooperação intelectual. Como resultado do I Congresso Internacional de História da América, das Conferências Pan-americanas e de outras similares, houve a organização do Instituto Pan-Americano de História e Geografia, como parte da União Pan-americana. Segundo Lúcia Guimarães,

A Terceira Conferência Internacional de Estudos Americanos, reunida em Havana em 1926, optou por criar um órgão especial, voltado para cooperação entre instituições científicas americanas, com o propósito de coordenar, distribuir e divulgar os estudos de história e geografia do continente – o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, com sede na cidade do México (GUIMARÃES, 2005: 203).

Como se vê, a ideia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História remete tanto ao fim do I Congresso Internacional de História da América como a III Reunião Pan-americana, realizada em Havana. Tal instituição teve sua primeira sessão realizada no IHGB em 1932, o que foi apontado por Lúcia Guimarães como “prêmio de consolação”, uma vez que sua sede foi destinada a outro país. Além disso, houve a realização do

II Congresso Internacional de História da América realizado em Buenos Aires no ano de 1937.

Por fim, a partir de 1948, com a criação da Organização dos Estados Americanos, o debate sobre circulação de ideias, obras e intelectuais continuaria na pauta das nações americanas, tal como se pode perceber na ação do Itamaraty nas décadas de 1930-1960, com o envio de intelectuais brasileiros para atuar em universidades em diversos países do Ocidente.

CAPÍTULO II:

O RIO DE JANEIRO E O CENTENÁRIO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: REVISITANDO 1922

O Centenário da Independência do Brasil no Rio de Janeiro tem sido pouco estudado. A dissertação de mestrado defendida por Marly Motta (1992), em 1991, intitulada *A Nação fez cem anos: a questão nacional no centenário da Independência*, pode ser vista como estudo pioneiro e se insere em um conjunto de estudos que visava analisar o nacionalismo no Brasil em um momento que o tema estava sendo amplamente debatido, tanto em terras brasileiras como no exterior¹. Para tanto, a autora fez um panorama geral da questão do nacionalismo no primeiro capítulo de seu livro e segue nos seguintes analisando o tema em relação às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

No primeiro ano após a instauração da República, de acordo com Marly Motta, o Marechal Deodoro da Fonseca declarava que o 15 de novembro que havia sido o verdadeiro marco da separação com Portugal e não 07 de setembro. O início da parada militar na data de 07 de setembro, por sua vez, se deu no ano de 1895, visando romper com a ideia de que a independência havia sido obra da Monarquia (MOTTA, 1992). Tais disputas por representações do passado, se tornaram ainda mais intensas

¹ A critério de exemplificação cabe destacar que Benedict Anderson publicou seu livro intitulado *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism* em 1986 e Eric Hobsbawm, o seu *Nations and Nationalism since 1780: program, myth and reality* em 1990. No Brasil, Lucia Lippi de Oliveira publicou pela editora brasiliense, em 1990, o livro *A Questão Nacional na Primeira República*, que havia sido defendido como tese de doutorado em ciências sociais em 1986. Tais exemplos visam demonstrar que o tema nacionalismo era amplamente debatido nas décadas de 1980/90, tendo em vista o cenário que se vivia nesse período, tanto no Brasil com o processo de abertura política, quanto no exterior com a crise do bloco socialista que culminaria com a queda do Muro de Berlin e o fim da União Soviética. Ver: ANDERSON, 2015; HOBSBAWN, 2011; OLIVEIRA, 1990.

na década de 1920. Um evento em especial pode servir como exemplar de tal questão, o traslado dos restos mortais da Família Real. Tal acontecimento, mais que apenas a mudança de local onde ficaria os restos mortais de Dom Pedro II e sua família, podem ser vistos também como questão para se pensar a visão que se tinha sobre o período imperial.

No 2^a semestre de 1920 foi revogado, durante a presidência de Epiácio Pessoa, o decreto que exilava a Família Real do Brasil. Após tal ação, ficava a questão de como proceder com o traslado dos restos mortais de Dom Pedro II e sua esposa. O debate fora intenso. Havia os que defendiam que a chegada de tais despojos, assim como dos familiares ainda vivos, deveria ser comemorada com uma grande festa, e tal celebração marcaria a unidade nacional; outros, contudo, defendiam que era necessário republicanizar a república, defendendo a ideia da volta de republicanos históricos (MOTTA, 1992). A chegada dos despojos se deu no início de 1921 e desagradou ambos os lados da disputa. Ficou a cargo do IHGB organizar a solenidade, que não fora com a pompa desejada por alguns de seus membros. Nem mesmo o presidente Epiácio Pessoa compareceu no dia 08 de janeiro de 1921, enviando como representante seu secretário particular e o chefe da guarda, além de, extraoficialmente, sua esposa (GUIMARÃES, 2007).

A imagem do Rio de Janeiro como representação do Brasil

Nas décadas anteriores às comemorações do Centenário, os debates sobre a ideia de nação foram intensos. Discutia-se tanto a ideia de nação quanto a imagem que o Brasil iria apresentar para a exterior nessa celebração. Duas construções disputavam a ideia de nação no período: a primeira tinha como a imagem do Brasil a colonização do litoral, sendo o modelo a cidade urbana cosmopolita e moderna; a segunda, via o interior como modelo, onde a tradição colonial e rural poderia ser observada. Os debates ocorriam nos jornais e em outros meios, tendo participação ativa dos letrados, inclusive de historiadores (MOTTA, 1992; 2004).

Carlos Sampaio (1861-1930), engenheiro formado pela Escola Politécnica e prefeito do Distrito Federal entre 1920-1922, levou a cabo na cidade um conjunto de reformas urbanísticas, chamadas à época de melhoramentos, que visavam apresentar o distrito federal como uma metrópole moderna e cosmopolita, a exemplo de cidades europeias como Paris e Londres. Não podemos esquecer que Carlos Sampaio tinha como objetivo dessas reformas preparar a cidade para os festejos do Centenário. Mas, não fora apenas na área do Morro do Castelo que o então prefeito do Distrito Federal atuou, também levou a cabo obras na Zona Sul, em especial na área da Lagoa Rodrigo de Freitas, e outras áreas já haviam sido reformadas recentemente, como a área da Praça Floriano Peixoto, conhecida atualmente como Cinelândia (KESSEL, 2001; PAIXÃO, 2008; ABREU, 2013).

No seio desse debate, encontramos a proposta enviada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio por Ralph Corhan, no ano de 1920. Ele sugeria a realização uma Exposição Nacional da Indústria e Comércio nas comemorações do Centenário, para se demonstrar a grandeza do Brasil nesses setores. Ela seguiria os modelos das grandes Exposições Internacionais europeias. Tal evento não era o primeiro realizado no Brasil, uma vez que em 1908 durante as comemorações do I Centenário da Abertura dos Portos brasileiros ao comércio exterior fora realizada uma grande exposição no Rio de Janeiro.

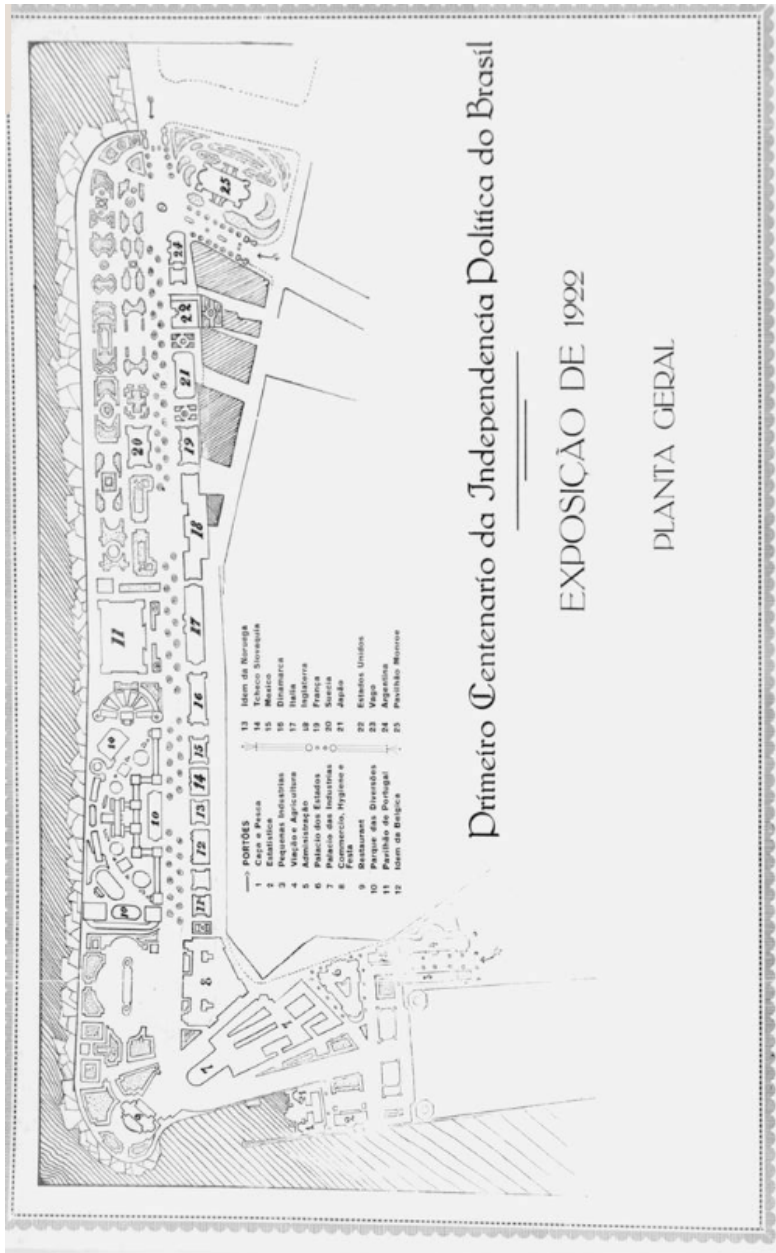
A proposta de realização de uma Exposição Nacional, em seguida, foi levada ao congresso pelo Deputado Paulo de Frontin. Sugestão que foi votada e aceita naquela casa. Nesse sentido, três decretos são importantes para compreendermos como seriam organizadas as comemorações do centenário da Independência, uma vez que a Exposição Nacional seria um dos eventos que ocorrem na cidade naquele momento, sendo o principal marco dos festejos. O de nº 4.175, de 11 de novembro de 1920, o nº 15.066 de 24 de outubro de 1921 e o de nº 15.596, de 02 de agosto de 1922. O primeiro determinava que se devesse ser feita uma Exposição Nacional que duraria de 07 de setembro de 1922 a 31 de março de 1923; devemos notar que o evento seria realizado da data de independência do

Brasil até o dia do aniversário da fundação da cidade do Rio de Janeiro. A união entre os aniversários poderia estar no horizonte daqueles que objetivavam fazer da capital o modelo de cidade para o país.

O segundo apresentava o conjunto de atividades que comporiam as comemorações; e o terceiro previa a criação e a instalação do Museu Histórico Nacional no prédio do Arsenal, que estava sendo ocupado pelo palácio das Indústrias (COSTA, 2011; JUNQUEIRA, 2011). Nesse sentido, vemos que nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil havia espaço para o passado e para o futuro, em que o primeiro era marcado não apenas pelas datas de início e fim da exposição internacional, mas também pela criação do Museu Histórico Nacional. Assim era como se olhava para o futuro, ao mostrar a grandeza brasileira através do evento.

A Exposição se estendia do Passeio Público à ponta do Calabouço; e deste ao Morro do Castelo. Para sua efetivação, houve a construção e a remodelação de edifícios, tais como o Arsenal de Guerra (que se tornou o Museu Histórico Nacional) e o Mercado Municipal, que não existe mais. Na fachada dos prédios também era possível ver o debate sobre qual Brasil deveria ser apresentado ao mundo: haviam aqueles que defendiam que o país deveria valorizar seu passado, mesmo que com uma releitura do estilo Colonial (o Neocolonial); como havia aqueles que acreditavam que a solução estava fora do Brasil, utilizando-se do ecletismo como referência para os prédios. Na preparação da cidade para os festejos, foi possível observar ambos os estilos sendo apresentados, tais como o neocolonial utilizado no Arsenal de Guerra e o Eclético na fachada do Portal principal da Exposição (LEVY, 2004).

Figura 3 – Planta Geral do Primeiro Centenário da Independência do Brasil



Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800899&pesq=congresso%20internacional%20de%20hist%C3%B3ria%20da%20am%C3%A9rica>.

Como pode ser observado na Planta Geral, do prédio do Silogeu Brasileiro ao espaço da Exposição Internacional era possível ir a pé. O IHGB se localiza ao lado do Passeio Público, local onde o Palácio Monroe foi montado. O palácio fora uma criação do engenheiro Sousa Aguiar para ser “Pavilhão do Brasil” na Exposição de Saint Louis. Seu idealizador recebeu o prêmio “Grande Medalha de Ouro”, sendo a primeira vez que uma obra de arquitetura brasileira alcançava reconhecimento internacional. Transladado para o Brasil, fora inaugurado em 1906, ao lado do obelisco que marcava o início da então Avenida Central (atual, Rio Branco), para sediar a III Conferência Pan-Americana, que ocorreu no Rio de Janeiro².

Sobre a Exposição ali montada, de acordo com Marly Motta, ela

se comporia de 25 seções representativas das principais atividades do país: a educação e ensino, instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliária dos edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatísticas; forças de terra e esportes (MOTTA, 1992: 68-69).

Cabe ressaltar que o projeto era realizar uma Exposição Nacional e que ela se tornou internacional com a adesão de vários países do mundo. Realizada em 1922, ao longo de suas várias atividades, destaca-se que ocorreu a primeira transmissão de rádio no Brasil, sendo veiculado o discurso do então Presidente do Brasil Epitácio Pessoa e trechos da obra

² Segundo Bonafé (2008: 204-208) a ideia de batizar o Pavilhão do Brasil como Palácio Monroe haveria sido dado por Joaquim Nabuco ao Barão do Rio Branco após o fim da III Conferencia Pan Americana. Além disso, não podemos esquecer que ele foi remontado no Brasil na avenida central, atual Rio Branco, porta de entrada do Brasil Moderno após as reformas realizadas na capital federal por Rodrigues Alves e Pereira Passos.

O Guarany, de Carlos Gomes (CALABRE, 2002). Iniciava-se no Brasil a Era do Rádio, que duraria até a década de 1960, quando esse veículo de comunicação seria superado pela Televisão. Além da Exposição Nacional, foram realizadas outras atividades.

A análise da Exposição Internacional foi o caminho encontrado para olhar para os festejos do Centenário nos estudos realizados por Sant'Anna (2008) e Araci Santos (2010) em suas dissertações de mestrado. A Exposição foi o momento em que o governo brasileiro pôde se apresentar ao mundo, demonstrando os avanços em áreas como indústria, comércio, navegação marítima e outras áreas. Há poucos estudos sobre o centenário no campo da História, o que pode ser demonstrativo do pouco interesse pelo mesmo ou da predominância da historiografia paulista sobre o ano de 1922, com grande ênfase na Semana de Arte Moderna. Contudo, esse evento torna-se de grande valia para se compreender as transformações políticas e culturais ocorridas no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro, no primeiro quartel do século XX (SANT'ANNA, 2008).

As mostras científicas foram utilizadas para demonstrar como a ciência era um dos elementos que marcavam a construção da Identidade Brasileira; elas também serviam para ampliar acordos na área de Ciência & Tecnologia. A Exposição Internacional foi um dos momentos dentro das comemorações do Centenário que marcaram a construção da ideia de modernidade de nação no e para o Brasil. Existem outros estudos que tratam indiretamente do centenário e da Exposição Internacional, algumas vezes dedicando poucas páginas sobre eles. Antes de avançarmos, cabe uma questão acerca da relação entre Modernidade e Rio de Janeiro, tal como as reformas urbanas levadas a cabo por Carlos Sampaio objetivavam.

Nas primeiras décadas do século XX, a modernização se processava ainda sob influência europeia. Em 1988, Beatriz Sarlo publicou o livro *Modernidade Periférica: Buenos Aires (1920-1930)*³ demonstrando como nas décadas de 1920 e 1930 o debate sobre a modernidade era algo relevante

³ O livro de Beatriz Sarlo foi publicado na Argentina em 1988 e foi traduzido para o português no Brasil em 2010. É a edição em português que estamos utilizando em nosso trabalho. Ver: SARLO, 2010.

em terras rio-portenhas. Sarlo (2010) utilizou de uma chave diferente da usada por Marly Motta (1992). Ao invés de olhar para as transformações urbanas, foi analisando os círculos literários que a crítica literária argentina visava demonstrar como Buenos Aires havia buscado se apresentar como uma cidade moderna. Isso não significa que seu olhar apurado não tenha considerado as transformações urbanas, apenas sua análise seguia por caminhos diferentes.

Nesse período, tanto Buenos Aires como o Rio de Janeiro buscavam se mostrar como cidades modernas e cosmopolitas; além disso, novas ocupações surgiram e se consolidaram nesse novo ambiente, dentre elas pode-se citar o peso dos periódicos na vida sociocultural das cidades (SARLO, 2010; MICELLI, 2001; GOMES, 1999; BARBOZZA, 1997). Essa nova relação entre a modernização e o jornalismo pode ser observada nas “editoras e revistas [que] consolidaram um circuito de leitores que, também por causa da ação do novo jornalismo, está mudando e se expandindo: trata-se de uma cultura que se democratiza a partir do polo de distribuição e do consumo” (SARLO, 2010: 40). Os letrados de ambas as nações se valiam dos periódicos como local de muitas disputas teóricas e políticas.

Foi nas páginas de diversos veículos da imprensa que se estabeleceu as discussões se as obras no Morro do Castelo deveriam ser levadas à frente ou não. Tomando esse espaço da cidade como objeto de estudo, Marly Motta demonstrou como as disputas acerca das transformações nesse acidente geológico caracterizavam-se também como um debate sobre modernização e sobre qual era a ideia de nação que deveria predominar no Brasil⁴. Os periódicos, nesse sentido, se constituem como fontes indispensáveis para se compreender a importância que a Exposição Internacional e o Congresso Internacional de História da América tiveram no período dos festejos do Centenário.

⁴ Motta (1992; 2004) demonstra como foram nas páginas de períodos como o *Jornal do Brasil*, *Revista da Semana* e *Correio da Manhã* letrados se mostravam contra ou a favor da derrubada do Morro do Castelo para abertura de espaço para a realização das exposições internacionais.

Abaixo apresentamos a capa da primeira edição do periódico *A Exposição*, que foi produzido pela Comissão Organizadora das comemorações do Centenário e circulou entre os anos de 1922 e 1923. Nesse periódico, utilizando-se da ferramenta de busca do site da Biblioteca Nacional, foram encontradas quatro referências ao Congresso Internacional de História da América, sendo duas na programação e duas apresentando o início e o fim do congresso, respectivamente. Uma outra referência aparece como *Congresso Internacional de História Americana* ao apresentar os eventos sediados no *Syllogeu Brasileiro*⁵ no ano de 1922.

No caso da referência à programação, se pode observar que as menções ao Congresso de História da América ocorrem nas páginas 67 e 68 do número 3-4 do periódico. No suplemento se pode observar um pequeno histórico das transformações ocorridas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro ocupando suas páginas. Os textos são ilustrados com fotografias e desenhos para facilitar a compreensão do leitor sobre o tema tratado. Tal recurso tornou-se possível porque no Rio de Janeiro, nos últimos anos do século XIX, a capacidade de produção de periódicos se ampliou bastante. Além disso, no início dos anos 1920, a chegada de novas máquinas permitia a melhor impressão de textos e imagens nos periódicos, tal como podemos observar em *A Exposição*.

⁵ Adotamos nessa passagem a grafia tal como apresentada no Periódico *A Exposição*.

Figura 4 – Capa do periódico da Exposição Internacional



Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800899&pesq=congresso%20internacional%20de%20hist%C3%B3ria%20da%20am%C3%A9rica>.

O primeiro número desse periódico entrou em circulação em julho de 1922, e tinha como objetivo apresentar as atividades da Exposição Internacional para os aqueles que estivessem na cidade. Porém, a imagem que ilustra a capa é bastante significativa sobre a data que se comemorava naquele momento.

O historiador da Arte Didi-Huberman apresenta uma proposta de análise de imagem com base nas propostas de Walter Benjamin (DIDI-HUBERMAN, 2015). Para Benjamin ao se analisar uma imagem deve-se considerar o movimento dialético que ela sustenta, ou seja, ela é ao mesmo tempo (i) um objeto material, um vestígio do passado com

contornos e significações próprias, e (ii) apresenta algo a ser observado, podendo ou não estar diretamente ligado com a primeira dimensão (DIDI-HUBERMAN, 2015: 126-127). Nesse sentido, a imagem opera um agora apresentando um passado para um futuro.

Essa consideração auxilia a compreender a capa do periódico, pois nela se pode ver uma moldura circundando a imagem ao centro; nos cantos, nas margens superior e inferior, se observa escrito os anos de 1822 acima e de 1922 abaixo, relacionando o passado ao presente. Enquanto materialidade, que se constitui em 1922, ela visava relacionar o momento presente a um passado específico que se celebrava naquele momento. As inscrições dos dois anos serviam como ponte temporal que unia aqueles dois instantes, fazendo com que o passado se tornasse presente.

Ao centro é possível observar uma ilustração que visa explicar o momento que se vivia. Nela é possível ver um militar olhando com uma luneta para o fundo, onde está representado o grito do Ipiranga. Tal como as datas apresentadas acima e abaixo, tal representação também buscava unir ambas as temporalidades, mas dessa vez com uma proposição de narrativa: era um militar que olhava ao passado, ou seja, era a República, enquanto nova configuração política iniciada no Brasil por uma ação militar, que olhava para a Monarquia, distante a ponto de se ter que olhar com uma luneta para ela. Mesmo que a distância temporal entre a instauração da República, em 1889, e o momento vivido pelo centenário, em 1922, não fosse tão grande, sendo de 33 anos, a imagem a distanciava no tempo.

A bandeira que vem primeiro, ou seja, mais próxima do militar em primeiro plano é a do império, mas a que *toca* o sol de independência é a da República. Na montagem da cena, coube ao novo Regime simbolizar o período de Independência, não mais o período monárquico. Por mais que na década de 1920 novos olhares estivessem sendo lançados para o período imperial, a capa de *A Exposição*, assim como o discurso do Conde de Afonso Celso, que analisaremos à frente, demonstra que não é mais esse regime que marca a independência, mas aquele iniciado em 15 de novembro de 1889.

A capa compõe um Suplemento literário criado para as comemorações do Primeiro Centenário da Independência do Brasil e utilizou como referência

o quadro *Independência ou Morte*, pintado por Pedro Américo em 1888, um ano antes da Monarquia sucumbir, que era conhecido por grandes parcelas da população. Ao contrário da pintura original, na capa de *A Exposição* é possível ver ao fundo não os campos calmos, que representavam o interior do Brasil no quadro de Pedro Américo, mas o sol radiante que traz em si a inscrição “Independência ou Morte”, frase atribuída a D. Pedro, tendo sido ela bradada nas margens do rio Ipiranga, em São Paulo. Nesse momento se comemorava o centenário daquele evento, e a capa do periódico não deixou de representa-lo, dialogando com o seu presente. A República dos militares olhava a independência levada a cabo pelo príncipe regente.

Antes de avançar, cabe ressaltar uma questão relevante para o argumento desenvolvido no presente trabalho. Tanto o suplemento *A Exposição*, como o Conde de Afonso Celso em seu discurso na abertura do Primeiro Congresso Internacional de História da América, que será objeto de estudo nas páginas subsequentes, utilizaram o Grito do Ipiranga como representação para marcar a independência do Brasil. Sendo o passado algo em movimento, ambos os rastros, a capa do periódico e o discurso de Afonso Celso demonstram a existência de uma disputa sobre qual memória deveria prevalecer naquela comemoração⁶.

As imagens têm o poder de reconfigurar o olhar para o passado (DIDI-HUBERMAN, 2015). No caso em questão, na Imagem-capa de *A Exposição* e na imagem-discurso de Afonso Celso existe uma reconfiguração do passado sendo utilizada, até mesmo porque as duas são de momentos diferentes e possuem objetivos diferentes. A diferença temporal entre as duas imagens é dois meses. Não há fonte que indique que Afonso Celso observou a imagem da capa de *A Exposição*, porém fica difícil dizer que ele não teve contato com ela, ou, até mesmo, com a pintura de Pedro Américo, que serve de inspiração para a capa.

Com relação ao quadro de Pedro Américo, segundo Circe Bittencourt, desde o início do século XX, ele e *A primeira Missa* de Vitor Meirelles de Lima têm sido os mais reproduzidos nos livros didáticos e compêndios de História

⁶ Para saber mais sobre a ideia de rastros na perspectiva Benjaminiana, ver: DIDI-HUBERMAN, 2015: 113-123; GAGNEBIN, 2006: 107-118.

do e no Brasil. Retratar cenas históricas está ligado ao fato de ambos, tanto Meirelles quanto Américo, terem sido alunos ilustres da Academia Imperial de Belas Artes e serem pintores históricos a serviço do Governo Imperial. Quanto ao uso em livros didáticos e compêndios escolares, Bittencourt aponta que no início do século não havia tanta disponibilidade de imagens sobre momentos históricos, fazendo com que editores e autores desses materiais recorressem a desenhos, fotos, gravuras e quadros históricos produzidos a partir do final do século XIX (BITTENCOURT, 2013).

Ainda sobre as pinturas históricas, e mais especialmente sobre a de Pedro Américo, Marins (2007: 98) adverte que

Cláudia Valladão de Mattos, em estudo recente, destacou a necessidade de evitar as noções de erro ou fraude na interpretação da obra de Pedro Américo, na medida em que sua composição atendia simultaneamente à idealização calcada em esquemas acadêmicos e ao embasamento documental, ajustando as proporções dos mesmos numa solução final que conferisse não apenas dignidade, mas também veracidade, realidade ao fato representado. A consciência desta calibragem está, aliás, expressa no próprio texto deixado por Pedro Américo sobre a tela, em que adverte: “A realidade inspira e não escraviza o pintor”.

Tal prática, contudo, nos auxilia a compreender os possíveis motivos para que no artigo publicado por Max Fleiuss no dia 07 de setembro de 1922 no jornal *A Gazeta de Notícias* apareça a mesma imagem próximo ao ponto do texto em que o autor trata da independência. Na figura 5, abaixo, podemos conferir a página 2 desse periódico em que se inicia o artigo escrito por Fleiuss. Nela podemos ver que foi utilizada uma foto do quadro de Pedro Américo para ilustrar o texto de Fleiuss. A leitura atenta do texto no periódico, no entanto, revela que o tema da Independência apenas seria tratado na página seguinte, uma vez que nessa lauda Fleiuss apresenta as causas da Independência, destacando a Revolução de 1820, no Porto, como causa próxima, indicando também o traslado da Corte para o

Brasil em 1808, as ideias liberais derivadas da Revolução Francesa de 1789 e os prejuízos que Portugal obteve com a abertura dos portos brasileiros.

Figura 5 – Gazeta de Notícias (p. 2) o dia 07 de setembro de 1922



Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_05&pasta=ano%20192&pesq=cem%20annos.

Max Fleiuss não escreveu nenhuma memória, assim como não apresentou nenhum trabalho no I Congresso Internacional de História da América, apesar de ter escrito o texto *Cem Annos de Independência*, publicado no jornal *A Gazeta de Notícias* no dia 07 de setembro de 1922. Cinco dias após a publicação, na Primeira sessão plena realizada em 12 de setembro de 1922, a mesa diretora do congresso resolveu incluí-lo em anexo à ata, o que fez com que ele figurasse nos anais do Congresso (IHGB, 1925). Demonstrando a prática dos letrados da época em ler periódicos, sendo eles um dos veículos de divulgação de ideias. Mas, há uma diferença entre ambas as publicações: no jornal o texto recebe uma série de ilustrações e nos anais do congresso tem-se apenas o texto, sem as ilustrações.

No Brasil, a fotografia pública esteve ligada ao Estado, sendo D. Pedro II que introduziu a fotografia na Corte e a utilizou para divulgar o Brasil. A partir do início do século XX, temos a utilização da fotografia na imprensa, o que pode ser visto na utilização de imagens em periódicos, pois a partir dessa década houve a remodelação do parque industrial gráfico brasileiro (MAUAD, 2013). No primeiro quartel do século XX, havia momentos em que a imagem utilizada na página servia para ilustrar o assunto, mesmo que não tivesse diretamente relacionada com o texto com o qual dividia a página. É nesse sentido que compreendemos a presença dos dois quadros, um retratando o D. Pedro I e outro a independência do Brasil. Assim, podemos observar nas páginas seguintes a presença de membros da família imperial brasileira e outras personalidades citadas ao longo do texto de Max Fleiuss.

No caso da *Gazeta de Notícias*, as imagens foram colocadas ao longo do texto para ilustrar os personagens importantes nele citados. No quadro 1, vemos a lista de personalidades, a página do periódico em que aparecem e os tópicos tratados por Fleiuss no texto.

Quadro 1 – Relações entre imagens e tema do texto de Max Fleiuss

<i>Gazeta de Notícias</i>	Personalidade	Assunto tratado por Fleiuss
Página 3	- Imperatriz D. Leopoldina; - Conselheiro José Bonifácio; - Francisco de Lima e Silva - Marechal de Campo e 1º Regente; - Pe. Antônio Feijó – 2º Regente; - Pedro de Araújo Lima – Marques de Olinda – 3º Regente; - D. Pedro I; - D. Pedro II; - Imperatriz D. Thereza Cristina; - Princesa Isabel – a Redentora.	Gabinete de José Bonifácio e as primeiras medidas da Independência
Página 4	- Aclamação de D. Pedro I – Quadro de Debret - Cerimônia da coroação de D. Pedro I – Quadro de Debret	Das guerras de Independência e a Primeira constituição Republicana
Página 5	Sob o título de Chefes de Estado da República - Marechal Deodoro da Fonseca; - Marechal Floriano Peixoto - Dr. Prudente de Moraes - Campos Sales; - Dr. Epitácio Pessoa (a centro); - Dr. Rodrigues Alves; - Dr. Afonso Penna; - Marechal Hermes da Fonseca; - Dr. Wenceslau Braz	Presidência da República

Fonte: Elaborado a partir de *Gazeta de Notícias*. 07/09/1922, p. 02 -05.

A análise do quadro acima revela que a estratégia de apenas ilustrar a lauda foi utilizada nas páginas 2 a 5. A 5ª lauda do jornal foi ilustrada com a foto daqueles que haviam assumido o cargo via eleição ao longo dos primeiros 33 anos desse regime, exceto os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, e contém o item do texto sobre a presidência da República. Além disso, na composição da página foi suprimida a fotografia daqueles que assumiram a presidência por ser vice de um

presidente eleito, como no caso de Nilo Peçanha, vice de Afonso Pena, e Delfim Moreira, vice de Rodrigues Alves, que morrera antes de tomar posse do segundo mandato. A própria escolha de elencar apenas os presidentes eleitos acrescido dos presidentes militares da república da Espada (1889-1894), denota a estratégia do Jornal em apresentar aqueles que de alguma forma tinham apresso do eleitorado, uma vez que ser alfabetizado era uma condição para participar do pleito eleitoral durante a Primeira República.

Para a página 3, se sublinha a presença das esposas dos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II e da Princesa Isabel, que não fora acompanhada pela do príncipe Conde D'Eu com quem havia casado em 1864. O conde, ao contrário de sua esposa, não gozava de muita popularidade junto à população carioca. Mesmo tendo falecido a caminho do Brasil vindo para as comemorações do Primeiro Centenário da Independência, não mereceu do jornal sua imagem associada à família imperial brasileira, denotando as escolhas feitas pelos editores do periódico e de construção do passado nacional. Assim como se percebe a designação de “A Redentora” para a filha de D. Pedro II em clara menção a lei abolição da escravatura assinada por ela maio de 1888, demonstrando os diferentes usos que a imagem possuía ao compor as páginas do periódico naquele momento.

O uso de periódicos como veículo de divulgação de ideias e eventos pode ser visto na edição de outubro de 1922 de *A Exposição*, o Congresso Internacional de História da América teve seu espaço. Nela podemos ler:

CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA
Honrado com a comparência do Sr. Presidente da República, altas autoridades do paiz e membros do Corpo diplomático, em missão especial junto ao governo Brasileiro, foi solememente instalado, no salão nobre do Sylogeu Brasileiro, o Congresso Internacional de História da América, convocado pelo Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Precisamente, ás 14 horas, é aberta a sessão pela presidente e dada a palavra ao presidente do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro. Fez o orador uma completa synthese da História do Brasil, finda a qual convidou o Sr. Presidente da República a inaugurar os trabalhos do Congresso Internacional de História da América, assim como a exposição dos documentos, livros e objetos relativos á independência e pertencentes á Bibliotheca e ao Archivo do Instituto (A EXPOSIÇÃO, 1922: 60).

A passagem acima foi retirada da sessão *Chronica da Exposição*, sessão em que são apresentados acontecimentos no Rio de Janeiro e no Brasil. De início, a passagem traz algo de interessante: por ser um veículo oficial, o único participante citado nominalmente é o presidente da República, o Sr. Epitácio Pessoa, apesar da menção indireta a outras personalidades presentes, tais como homens de Estado e de letras. Do mesmo modo, apresentou o conjunto de atividades que ocorria no IHGB naquele momento, a saber: o I Congresso Internacional de História da América e a exposição de objetos e documentos relativos à independência. A última menção ao Congresso do IHGB no periódico era sobre o encerramento das atividades.

O fato de a comissão organizadora escolher divulgar os acontecimentos dos festejos por meio de um periódico demonstra a força que o mesmo possuía como divulgadora de bens culturais e simbólicos. Além disso, marca uma forma de divulgar o saber e o conhecimento, demarcando também o público a que se quer atingir. Tal situação demonstra sua força na 2ª sessão preparatória do Congresso de História da América, realizada no dia 4 de setembro de 1922, nas dependências do IHGB, em que podemos ler na ata:

O sr. Ramiz Galvão, presidente [do Congresso de História da América], diz que não sendo conhecidos muitos dos endereços dos membros do Congresso e não havendo tempo para comunicações especiais, os convida a todos por meio da imprensa, insistentemente, a sua presença à sessão de 6 do corrente, às 14 horas, terceira e última preparatória (IHGB, 1925: 33 – grifos nossos).

Observe que na impossibilidade de chamar a todos de formas especial e personalizada, o Barão de Ramiz Galvão, presidente do I Congresso Internacional de História da América, convida a todos por meio da imprensa. Ou seja, era de conhecimento dos letrados nesse período que seus pares leriam os periódicos e se informariam, atingindo, assim, o público alvo desejado: os letrados, diplomatas e homens de letras que estavam na cidade para o evento. Passados quatro dias, se iniciou o I Congresso Internacional de História da América.

A homenagem do IHGB aos fundadores da Nação: José Bonifácio, D. Pedro I e D. Leopoldina⁷

No dia 07 de setembro de 1922, uma atividade estava fora do escopo do I Congresso Internacional de História da América, mas não da construção de um projeto de memória: a visita às estátuas dos próceres da Independência, a saber: José Bonifácio e D. Pedro I. O jornal *O Paiz*, com edição para os dias 08 e 09 de setembro de 1922, assim noticiou o evento:

HOMENAGEM DO INSTITUTO HISTÓRICO

A diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acompanhada de grande número de sócios da venerada Instituição, compareceu anteontem ao monumento de José Bonifácio, onde depositou rica palma de flores.

O conde de Afonso Celso, presidente perpétuo do Instituto, falou sobre a personalidade do patriarca da independência, lembrando as várias etapas de sua gloriosa existência.

Associaram-se à homenagem as delegações argentina e da Universidade de São Marcos, no Peru, perante o Congresso Internacional de História da América, tendo proferido eloquentes orações os professores Dr. Ricardo Levene, decano

⁷ Versão ampliada dos debates apresentados nessa seção foi publicado em Nascimento Jr (2020).

da Faculdade de Educação, da universidade de la Plata; Dr. Mariano da Vedia Mitre, e Dr. Pedro Dulante, da universidade de São Marcos.

Todos estes oradores, que como o conde de Afonso Celso, foram calorosa e justamente aplaudidos, tiveram expressões de alto louvor a José Bonifácio e palavras de muito carinho ao nosso país.

Do largo do São Francisco, incorporados, foram visitar a estátua de Pedro I, sobre cuja personalidade falou o conde de Afonso Celso.

Também os despojos da imperatriz Leopoldina mereceram os testemunhos de apreço do Instituto Histórico, pois o se acham, foram visitados, orando por essa ocasião, o Sr. Fleiuss, secretário perpétuo do instituto (O PAIZ, 1922).

Como apresentado pelo Jornal *O Paiz* no dia 07 de setembro de 1922, o IHGB conduziu uma homenagem aos patriarcas da Independência do Brasil. A solenidade teve início com a visita a estátua de José Bonifácio, localizada no largo de São Francisco, à frente da antiga Escola Politécnica e atual Instituto de Filosofia e Ciências Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nela estiveram presentes, além de membros do IHGB, membros das delegações do Peru e da Argentina. As homenagens seguiram para a praça Tiradentes, onde se encontra a estátua equestre de D. Pedro I e findou-se junto aos despojos de D. Leopoldina, no convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca.

O fato também consta em anexo da ata da sessão solene de encerramento, que não apenas apresenta os locais visitados, tal como fez o jornal *O Paiz*, mas os discursos proferidos por Ricardo Levene e Afonso Celso junto à estátua de José Bonifácio, além de fazer menção aos demais oradores. Tal situação pode ser compreendida pelo fato de que o Conde, na posição de Presidente do Instituto Histórico, ter preparado previamente um discurso a ser lido na ocasião; o mesmo pode ser dito de Levene, uma vez que consta carta dele para Fleiuss, datada de 11 de junho de 1921, na qual o próprio solicita ao amigo orientações sobre o congresso

e avisa que irá junto a uma delegação⁸. Parte da correspondência trocada por estes dois letrados e pertencentes a Max Fleiuss foi doada ao Instituto Histórico e faz parte do acervo documental da Instituição.

A estátua de José Bonifácio foi inaugurada em 1872, alguns anos após a de D. Pedro I, que data de março de 1864. Sua inauguração completava a ideia de D. Pedro II de celebrar os cinquenta anos do Estado Nacional. Em ambas as esculturas estavam embutidas a ideia de celebração da memória do império brasileiro. O lançamento do projeto de subscrição para a construção das estatuas ocorreu em 1838, mesmo ano de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Colégio Pedro II. Não sem relação com o debate da capital, em 1867, em Ouro Preto foi erguido um monumento a Tiradentes, sendo ele visto como um possível herói republicano⁹.

Sobre o uso de monumentos como objetos para a memória, Paulo Knauss indica que a celebração de personalidades públicas com esculturas públicas remete à França na passagem do século XVIII para o XIX, e à ideia de educação cívica e patriótica (KNAUSS, 2000). Como exemplo, pode ser citado o uso da figura feminina para a República, que era utilizada tanto por capitalistas quanto por socialistas, variando os atributos a ela atribuída (CARVALHO, 2017). No caso das personalidades acima citadas, sua representação deveria auxiliar a divulgar seus feitos heroicos. Através das esculturas, a memória sobre um indivíduo deveria abarcar a ideia de coletividade, uma vez que se buscava que a sociedade se identificasse com o Estado via personagem representado.

Não obstante, sobre a representação de D. Pedro I que sua escultura visava trazer, Knauss (2000: 410) argumenta que

[...] de início, o emblema se impõe na área da cidade onde havia ocorrido o martírio do inconfidente colonial, Tiradentes, membro de uma conspiração anticolonialista, mas também antimonárquica. A praça que se via incorporada ao tecido

⁸ Carta de Levene para Fleiuss datada de 11 de junho de 1921.

⁹ Sobre a utilização da imagem de Tiradentes como Herói pelos republicanos, ver Carvalho (2017: 58-78).

urbano pela promoção de obras de urbanização foi inaugurada com o nome de praça da Constituição, identificando-a, na toponímia, com o gesto fundador do Estado nacional sob o regime monárquico.

E o fato de estarem localizadas a uma pequena distância uma da outra não era sem significado, pois

esse conjunto narrativo que afirma simbolicamente o Estado imperial fica mais acentuado quando se associa a estátua equestre de D. Pedro I à de José Bonifácio nas proximidades. As duas peças foram concebidas conjuntamente e guardam uma identidade complementar: na segunda, a inscrição da data do cinquentenário indica o parentesco da obra. [...] Ademais, nos cantos do embasamento, instalaram-se as alegorias das virtudes clássicas, identificando o Estado não apenas com a ação histórica – o gesto fundador de D. Pedro I –, mas também por suas qualidades. A figura de José Bonifácio representa a razão do Estado. Metaforicamente, a razão e a ação histórica representadas pelas duas imagens afirmam o papel social do Estado na construção da nação (KNAUSS, 2000: 410-411).

A praça onde ainda se encontra a estátua equestre de D. Pedro I deixou de se chamar Praça de Constituição nos primeiros anos da República. Porém, não podemos esquecer que a distância temporal entre a Conjuração Mineira (1789) e a mudança no nome do Largo do Rocio para praça da Constituição (1824) não era grande, tendo se passado 35 anos. Ela passaria a se chamar Praça Tiradentes, demonstrando que a negociação do passado é constante por parte dos diferentes regimes políticos. Logo após a instauração da República, o dia 21 de abril foi transformado em feriado e em 1890 se iniciou um desfile em homenagem a Tiradentes. Nesse espaço geográfico da cidade, a disputa pela memória da nação era intensa na passagem do século XIX para o XX.

Outro ponto a se considerar consiste nas disputas ocorridas no próprio espaço quando da inauguração da estátua de D. Pedro I. Teófilo Otoni, republicano, a chamava de mentira de bronze e sob sua inspiração Pedro Luís Pereira compôs um poema a ser distribuído no dia de sua inauguração, o que ocorreu mesmo com a ação da política na tentativa de impedir o ato. Esse mesmo poema sobreviveu à inauguração em 1864 e foi republicado em 1888 em Ouro Preto. Segundo Carvalho (2017: 65), “a luta pela memória de D. Pedro I promovida pelo governo e de Tiradentes, símbolo dos republicanos, tornou-se emblemática da batalha entre Monarquia e República”. E conclui que tal disputa continuou após a instauração do regime republicano.

A escolha dos lugares a se visitar no dia 07 de setembro de 1922 foi realizada de forma proposital pelos membros do IHGB. Havia uma ideia de passado que se gostaria de retomar e os membros do Instituto Histórico utilizaram sua habilidade para celebrar as glórias do império. Ir primeiro na estátua de José Bonifácio, inaugurada em 1872, quando da comemoração dos 50 anos do Estado brasileiro, mostrava que o meio século passado não havia apagado a ideia de celebrar o Estado via por meio da imagem dos heróis fundadores. Como Knauss (2000, 410), “a figura de José Bonifácio representa a razão do Estado” brasileiro, podendo ser a escolha da visita a sua escultura uma forma de celebrar o Estado que fazia 100 anos naquele dia.

O Império estava distante, porém, o Estado por ele criado ainda poderia ser utilizado para compor o projeto de nação desejado. Não obstante, a imagem de D. Pedro II era utilizada para se criticar os governos republicanos na e da década de 1920 (GUIMARÃES, 2006) e nas seguintes. O próprio Getúlio Vargas também dela se valeria para construir seu projeto de nação. Cabe, então, analisar como tais monumentos foram utilizados no dia 07 de setembro de 1922 pela comitiva liderada pelo IHGB.

Nas palavras proferidas por Ricardo Levene (IHGB, 1925: 230-232), por ocasião da homenagem ao Patriarca José Bonifácio, há questões

a se considerar na construção dessa imagem-sintoma¹⁰. Em primeiro lugar, pode-se ressaltar como José Bonifácio foi apresentado por Levene: o precursor da nacionalidade brasileira, com um papel incontestável na independência do Brasil. E como o fato de ser monarquista o aproxima de personalidades argentinas, tais como José de San Martín, Belgrano, Rivadavia e Pueyrredón, todos argentinos e monarquistas. Em seguida, na questão da nacionalidade e da independência, o grito do Ipiranga foi apresentado por Levene como um indício de nacionalismo, sendo D. Pedro um artífice neste processo. Para analisar o ambiente do brado de “Independência ou Morte”, recorre às formulações propostas por Oliveira Lima, demonstrando ser conhecedor da produção historiográfica brasileira, que, como vemos, demonstra a circulação de ideias no continente. Por fim, ressalta que fora a monarquia que manteve a integridade do território brasileiro.

O discurso de Afonso Celso fora proferido após as palavras de Ricardo Levene, Mariano de Vedia Mitre e Pedro Dulanto (sobre quem o jornal *O Paiz* comete um pequeno erro de grafia em seu nome), para os quais agradece pelas palavras. O conde inicia seu discurso lembrando que a ideia de homenagear José Bonifácio em seu monumento fora concebida a mais de 60 anos, mas apenas realizada naquela data. Sobre Bonifácio destaca que este teve uma vida na Europa e outra na América, sendo ele o “maior entre os brasileiros”. Cabe notar que o uso de Europa e América em suas palavras não se constitui como um uso desprovido de significado. Perante membros de delegações de outros países, Afonso Celso buscava trazer o Brasil para a América, situando o país no continente. Tal aproximação tornava-se ainda mais explícita ao comparar Bonifácio a San Martín e Bolívar em termos de conquistas militares.

Uma vez que não há transcrição dos discursos proferidos pelos membros da comitiva na estátua de D. Pedro I, na praça Tiradentes¹¹, e no

¹⁰ Aqui o conceito de imagem-sintoma como ferramenta operatória auxilia a compreender os usos do passado utilizados por Ricardo Levene e o Conde de Afonso Celso em seus discursos. Sobre imagem-sintoma ver Didi-Huberman (2015: 44).

¹¹ O nome da Praça foi atribuído a herói da república em 1890 nas comemorações

Convento de Santo Antônio, junto aos restos mortais de D. Leopoldina, sublinha-se que, no primeiro, fora, mais uma vez, Afonso Celso quem fez a preleção; mas, no segundo, coube a Max Fleiuss proferir um discurso sobre a Imperatriz do Brasil. Acerca deste fato, destaca-se que Fleiuss possui produção sobre a vida de D. Pedro II e realizou pesquisa no arquivo de D. Leopoldina presente no IHGB.

Não havendo como acessar as palavras proferidas pelos membros do IHGB e da comitiva, recorremos ao significado da escultura, que pode ser observada por ambos e pela comitiva que os acompanhava na ocasião. De início, a escultura foi erguida no local onde ocorreu martírio do inconfidente colonial, tendo os republicanos feito questão de resgatar. A própria imagem de Tiradentes havia sido utilizada por monarquistas e republicanos no início do regime inaugurado em 1889. A estátua traz D. Pedro I sobre o cavalo e acima do tempo, pois a cronologia da independência é apresentada no gradil abaixo da personagem. No conjunto da escultura tem-se a representação dos rios Amazonas, Madeira, São Francisco e Paraná, representados por elementos da fauna e por indígenas, na base do monumento. A constituição é um elemento presente na mão de D. Pedro I, simbolizando a nação.

Ao colocar nos anais do congresso de História da América a celebração de homenagem ao centenário da Independência do Brasil através da visita às esculturas de José Bonifácio e D. Pedro I, e aos despojos de D. Leopoldina no Convento de Santo Antônio, os membros do IHGB estavam demonstrando que a Educação Cívica por meio do conhecimento histórico se fazia não apenas com o estudo das biografias das personalidades públicas, comum no ensino de História no Brasil dos anos 1920, mas também no uso de estátuas e outros monumentos como emblema político de culto laico a nação. Outra forma de celebrar a nação era se valendo da cidade como *locus* de modernidade e progresso.

de seu centenário de morte, tendo sido chamada antes como Campo da Lampadosa, devido a Igreja de Nossa Senhora da Lampadosa que fica nas proximidades, e depois de Praça da Constituição, a partir de 1824.

Por fim, aquele que visa realizar seus estudos à luz da história da historiografia deve observar as diferentes formas como o passado é acessado e a experiência histórica se revela nas continuidades e rupturas. O uso de imagens pelos periódicos e os discursos proferidos pelos historiadores na solenidade de homenagem aos patriarcas da independência se apresentam como rastros de debates de como produzir história naquele período.

CAPÍTULO III:

O PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

Com o conde de Afonso Celso na presidência do IHGB, a instituição organizou uma série de congressos de História, sendo quatro de História Nacional e um de História da América. Em 1914, o Instituto Histórico organizou o I Congresso de História Nacional, e, em reunião realizada ao final do evento, Affonso Arinos e Max Fleiuss sugeriram a realização de um Congresso Internacional de História da América. Ao ser aprovada a ideia do referido, procedeu-se com a escolha de uma comissão para redigir o regulamento do Congresso (IHGB, 1925). Consta na ata do dia 15 de janeiro de 1915 que seriam os mesmos nomes que figuraram na organização do I Congresso de História Nacional que deveriam estar na organização do Congresso de 1922, por sugestão do Conde de Afonso Celso. Em sessão realizada no IHGB em 23 de fevereiro de 1915, decidiu-se pela composição da mesa diretora e dos primeiros redatores do Congresso de História da América. A escolha desses membros seguiu o mesmo critério da escolha dos organizadores, mas a sugestão, dessa vez, foi de Max Fleiuss. Ambas as propostas foram aceitas de forma unânime.

No quadro abaixo, apresentamos os primeiros membros da Comissão Executiva do I Congresso Internacional de História da América, uma vez que ela iria se modificar entre os anos de 1915 e 1922.

Quadro 2 – Membros da Comissão Executiva do I Congresso Internacional de História da América em 1915

Nome	Função no Congresso	Estado de origem	Formação	Ocupação
Benjamin Franklin Ramiz Galvão	Presidente	RS	Letras (1861-RJ) Medicina (1867-RJ)	Médico, Professor e Historiador
Manuel Cícero Peregrino da Silva	Vice-presidentes	PE	Direito (1885-PE); Doutorado (1895)	Bibliotecário e Professor
Augusto Tavares de Lyra		RN	Direito (1892-PE)	Advogado, Jornalista, Professor e Político (Ministro da Justiça e Negócios no governo Afonso Penna)
Augusto Olympio Viveiros de Castro		MA	Direito (1888-PE)	Advogado, promotor e Professor
Homero Baptista		RS	Direito (SP)	Jornalista e Político (Deputado Federal e Ministro da Fazenda no Governo Epitácio Pessoa)
Lucas Ayarragaray	Secretário Geral	Paraná (Argentina)	Medicina (Doutorado em 1888)	Médico e Político (Ministro de Governo e Deputado Nacional)
Max Fleiuss		RJ	Direito (RJ)	Jornalista e Historiador
Gastão Ruch Sturzenecker			Ciências e Letras (CPII)	Professor
Eurico de Góes	Secretários	BA	Direito (SP)	Advogado, Historiador e Político (Deputado Federal – BA – 1921/1922)
Luiz Galvão D'Escagnolle Doria		RJ	Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas; Direito (SP)	Advogado, Professor e Historiador
Basílio Magalhães		MG	Direito (SP)	Historiador, jornalista e político (Vereador e deputado Federal)

Fonte: IHGB, 1925: 10.

Dentre os nomes apresentados no quadro 2, pode-se observar que todos eram membros do IHGB e que ao longo da década de 1910 eram reconhecidos como historiadores por seus pares. Cabe ressaltar ainda que Ramiz Galvão figurou como presidente e Max Fleiuss como secretário geral do Congresso de 1922.

A comissão seria modificada e ampliada em sessão realizada em 25 de junho de 1921. Houve a criação dos cargos de subsecretário geral e delegado especial. No primeiro figuraram Agenor de Roure e Primeiro Tenente Carlos da Silveira; já no segundo, Ricardo Levene¹, representante da Argentina e membro da Faculdade de Ciências de Educação da Universidade de La Plata. A presença de Levene como delegado especial demonstra que os letrados circulavam não apenas em redes nacionais, mas também internacionais. Além das modificações nos cargos citados, houve a substituição de um dos vice-presidentes; saindo Lucas Ayarragaray e sendo eleito para substituí-lo o Sr. Edwin Morgan, embaixador dos Estados Unidos da América (EUA). A presença de um diplomata no evento demonstra como o campo intelectual e político na década de 1920 ainda não estavam configurados de forma autônoma, pelo menos no Brasil².

¹ Levene conseguiu junto a Junta de História e Numismática de Buenos Aires a aprovação de membros do IHGB como sócios correspondentes da instituição argentina em agosto de 1922. Sua entrada na mesma posição no IHGB ocorreu apenas em 1928, apesar da insistência de seu amigo Max Fleiuss, conforme pode-se observar na correspondência trocada entre ambos ao longo da década de 1920.

² A noção de campo intelectual foi desenvolvida por Pierre Bourdieu (1930-2002) e vem sendo amplamente criticada. Na década de 1970, Sérgio Miceli se valeu dessa teoria para analisar a formação da classe dirigente brasileira (em especial, a paulista), em duas de suas obras *Poder, Sexo e Letras* e *Intelectuais e Classes dirigentes no Brasil*, publicada respectivamente em 1977 e 1979. Neles, Miceli apresenta que a formação de uma elite letrada estava relacionada com a decadência de parcelas da família oligárquicas e que essa elite ao longo da década de 1920 e 1930 encontraria novos postos de trabalho nos periódicos, crescentes em número e qualidade, e no Estado. Nessa linha, Ângela de Castro Gomes utilizou-se da noção de campo intelectual para analisar a elite letrada do Rio de Janeiro em seu livro *Essa gente do Rio* publicado em 1999. Ângela de Castro Gomes, além de dialogar com Miceli e Bourdieu, utilizou-se das ferramentas teórico-metodológicas desenvolvida por Jean-Pierre Sirinelli acerca da História dos Intelectuais. Ambos os debates são de grande relevância para o desenvolvimento do presente trabalho.

Cabe questionar se, nas décadas de 1910 e 1920, houve uma modificação na base teórica que os historiadores brasileiros utilizariam para pensar a História. Em seu estudo apresentado ao IHGB para se tornar membro da instituição, Pedro Lessa defendia que a História não era Ciência, ao contrário do proposto pelo inglês Edmund Buckle, mas uma forma de se chegar ao conhecimento dos fatos. Em sua análise, traz referência a nomes como dos franceses Jules Michelet, Fustel de Coulanges, Charles Langlois e Charles Seignobos (GOMES, 2009). O fato de conhecer a obra de tais historiadores demonstra como a produção historiográfica brasileira se relacionava com a europeia. Isso e o fato de Pedro Lessa discordar de Buckle sobre a historiografia brasileira não poder ser vista como mera cópia da praticada no Velho Mundo.

Tal observação é por demais vaga para concluir sobre uma mudança na forma de ver a História no IHGB, mas pode ser indicativa quando relacionada ao fato de que tanto no I Congresso de História Nacional (1914) quanto no I Congresso Internacional de História da América a proposta de partir de uma análise da História Geral para o particular era advinda da obra de Langlois e Seignobos, em seu livro *Introduction aux Études Historiques* publicado em 1898³. Cabe questionar se nas décadas de 1910 e 20 o eixo de influência na produção historiográfica brasileira passou do mundo anglo-saxão para o francês. Outro ponto que corrobora com tal questionamento consiste no fato de que quando foram criados os primeiros cursos universitários de História, na década de 1930, uma equipe de professores franceses veio compor a equipe docente.

Em termos de produção Historiográfica nas décadas de 1910/20, o Brasil não era um dos seus centros, mas tal posição não significa que os historiadores brasileiros desconhecessem tal produção e que não dialogassem com ela. Os critérios formulados que validam os estudos históricos e geográficos realizados pelo IHGB vinham muitas vezes da Europa e dos Estados Unidos, o que não significa que não fossem

³ Para um estudo sobre a influência de Langlois e Seignobos na forma de organização nos congressos de História Nacional organizados pelo IHGB, ver: Guimarães (2006: 162-181). Para um estudo da influência de Langlois e Seignobos no I Congresso de História da América, ver: GUIMARÃES, 2007a: 133-164; GUIMARÃES, 2005: 192-212.

questionados, tal como o fez Pedro Lessa ao prefaciар a obra de Henri Buckle (GOMES, 2009). O estudo do I Congresso Internacional de História da América, enquanto circulação de intelectuais e produção de conhecimento histórico no período, nesse sentido, dialoga com a proposta de análise da História da Historiografia em perspectiva global ou transnacional⁴.

Em seu artigo, Georges Iggers aponta que o estudo da História Global é diferente do da História Universal, pois nele não se ocupa de uma grande narrativa sobre o desenvolvimento histórico, mas com a produção historiográfica de outras partes do globo que não apenas a Europa Ocidental. Matheus Pereira, Pedro Santos e Thiago Nicodemo apontam que mesmo antes da formação universitária já havia um discurso de legitimação disciplinar no Brasil; e que o próprio Max Fleiuss já utiliza o termo Historiografia em 1925 para se referir à escrita da História⁵. Esses historiadores em outro artigo propõem um conjunto de reflexões teóricas para pensar a Historiografia transnacional e questionar o eurocentrismo na construção da História para além da Europa. Indicam que “no caso latino-americano, o problema da recepção e apropriação das ideias e práticas historiográficas europeias pode ter se estabelecido, no século XIX, em contraposição à cultura local – isto é, como transposição das ideias de fora do lugar” (PEREIRA; SANTOS; NICODEMO, 2015).

Como se verá, ao analisar o anteprojeto de escrita da História da América e os discursos preferidos ao longo do congresso, a ideia de uma *História Geral da América* estava presente nas propostas dos membros do IHGB e das delegações presentes no Congresso. Ao considerar-se a especificidade do fazer desses historiadores frente às análises

⁴ Sobre a definição de História da Historiografia, tem-se que ela “teria como objeto própria pensar as diferentes formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma instigação das formas de continuidade e descontinuidade históricas” (ARAÚJO, 2006: 91). Sobre o estudo de Historiografias Transnacionais e Globais, ver: SANTOS; NICODEMO; PEREIRA, 2017; PEREIRA, SANTOS, NICODEMO, 2015; IGGERS, 2010.

⁵ Sobre o uso do termo historiografia em Historiadores brasileiros entre 1870-1950, período de formação da disciplina histórica no Brasil, ver: PEREIRA, SANTOS, NICODEMO, 2015.

existentes, percebe-se a relevância que os estudos sobre historiografias em perspectiva global têm por demonstrar que o fazer histórico nas Américas e, em especial, na América Latina não era uma cópia mal adaptada de padrões europeus, possuía critérios próprios que apenas estudos sistemáticos sobre ele podem revelar (SANTOS; NICODEMO; PEREIRA, 2017; PEREIRA; SANTOS; NICODEMO, 2015; IGGERS, 2010). Mais que propor ou buscar revisões, o presente estudo visa se inserir no conjunto daqueles que desejam examinar as especificidades do pensamento histórico brasileiro e latino-americano, vendo sua produção em diálogo com a de outros polos globais.

A presente dissertação dialoga com a área da História da Historiografia, pois ao se considerar a centralidade da concepção do(s) historiador(es) no primeiro quartel do século XX e a historicidade das ideias e de suas produções, pode-se lançar luz para a forma como os historiadores pensavam seu ofício no Brasil e nas Américas, mesmo antes da formação universitária em muitos países do continente. Nesse contexto, olhar para o Congresso Internacional de História da América organizado pelo IHGB pode trazer algumas contribuições para a História da Historiografia, que se consolida como campo de estudos da História.

O Congresso Internacional de História da América como parte das Comemorações do Primeiro Centenário da Independência do Brasil⁶

Quando se pensa o ano de 1922, logo nos vem à mente a Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo, a fundação do Partido Comunista Brasileiro ou a ação dos tenentes no Rio de Janeiro na campanha dos 18 do Forte. Contudo, pouco se vê sobre a comemoração do Centenário da Independência do Brasil realizado no Rio de Janeiro naquele ano (MOTTA, 1992; 2004) (OLIVEIRA, 2008; SANDES, 2011; ENDERS,

⁶ As ideias desenvolvidas nesse item já foram publicadas em atas de congresso. Ver: NASCIMENTO JR, 2016.

2014)⁷. Isto pode ocorrer porque a memória nacional não é algo dado ou pronto, mas sim construído, sendo espaço de disputa entre intelectuais e historiadores (HARTOG, REVEL, 2001). Para Ricoeur (2007), dentro da memória estão presentes a lembrança e o esquecimento, e a escrita da História pode reforçar um ou outro, de acordo com a imagem do passado que se deseja construir. Por isso, pensar a História da Historiografia também é olhar para a história disciplinar e a memória que dela se construiu (TURIN, 2013).

Catroga (2015), ao analisar a obra de Joel Candau, demonstrou que para o segundo existem três níveis de memória, que são (a) a proto-memória, que é fruto da socialização, (b) a memória, ligada à recordação e reconhecimento ativo e (c) a metamemória, que se relaciona com as representações. As tradições, por exemplo, são a combinação entre a proto-memória e a memória, ou seja, ao mesmo tempo em que é fruto da socialização, precisa do reconhecimento ativo das recordações. Existe, então, diferença entre a memória e a História, mesmo que ambas sejam representações do passado. Na primeira, a busca para criar tradições é pela verossimilhança; na segunda, o passado é visitado de forma objetiva para se conhecer os fatos ocorridos (tal como os debates sobre a cientificidade da História retratam, desde a virada do século XIX para o XX).

Baseando-se na obra do sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), Candau (2014) diferencia a memória histórica, vista como pragmática, longa e unificada, da memória coletiva, vista como memória produzida, vivida, oral normativa e plural. Ambas, contudo, podem ser utilizadas para a construção de identidades coletivas, uma vez que em sociedades modernas o contato com a memória é mediado por livros, arquivos, museus etc. Isto ocorre porque, sem a legitimação do presente, a memória, seja ela coletiva ou histórica, não gera uma tradição ou a construção de comunidades imaginadas (CANDAU, 2014; ANDERSON, 2015). A visitação organizada pelo IHGB à estátua de José Bonifácio e à

⁷ Podemos observar que foi na última década que o tema começou a ser examinado pela historiografia, tendo figurando no esquecimento por quase cem anos ou se considerarmos o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, pelo menos, nos últimos 50 anos.

de D. Pedro I no dia 07 de setembro de 1922 pode ser vista dentro dessa relação entre memória e identidade⁸.

As nações modernas se utilizaram do passado para se legitimar e buscar lealdade política. O Estado-Nação realizava todo um empreendimento para que certas lembranças do passado vigorassem. Em seu estudo, Hobsbawm (2002: 9-23) aponta que, na Europa dos séculos XVIII e XIX, os Estados-nação criaram ou recriaram tradições, muitas delas sendo inventadas naquele momento. Para tanto, foram importantes a formalização e a ritualização de tais tradições, contudo, para tanto, tais reafirmações ou ressignificações precisavam ter referência no passado conhecido e compartilhado. Isso auxilia a compreender o sentido do século XIX ser chamado, muitas vezes, de século da História.

A História, no século XIX, era utilizada como uma forma de ler o passado e legitimar o presente, fornecendo meios para a realização do desejo de futuro. A História metódica, tal como a levada a cabo pelo IHGB na segunda metade do século XIX, trazia um novo sentido em relação à produzida anteriormente (GUIMARÃES, 2003). Os calendários de comemorações eram legitimados, muitas vezes, pela representação do passado oferecido pela produção historiográfica.

Mais que qualquer outro, este foi o “século da história” devido ao grande surto historiográfico (desde a Alemanha, França, até Portugal) e reflexivo (Hegel, Comte, Marx etc.) e ao concomitante reconhecimento da utilidade social e político-ideológica dos usos de leituras do passado como argumentos legitimadores de interesses do presente-futuro (CATROGA, 2015: 78).

Considerando o papel legitimador do passado nas comemorações, pode-se sublinhar que, em 1895, os militares após instaurarem a República no Brasil passaram a fazer o desfile cívico com suas companhias no dia 07 de setembro para demonstrar que a Independência era algo criado

⁸ Tal questão foi analisada no capítulo 2 da presente dissertação.

não pelo grito de D. Pedro I às margens do Rio Ipiranga, mas pela ação levada a cabo pelo Marechal Deodoro da Fonseca que culminou com a derrubada de D. Pedro II (MOTTA, 1992; 2004). Nesse sentido, tal como destaca Hobsbawm (2002), novas tradições podem ser inventadas a partir de necessidades do presente⁹. A repetição pode fazer com que ela seja legitimada e aceita pela coletividade.

Os rituais repetidos, a conservação de saberes e símbolos, e a sua transmissão, ajudavam a corroborar o sentimento que cria laços de pertencimento. Eles, porém, dependem da comunidade de sentido, ou seja, do compartilhamento e da aceitação desses saberes e símbolos. Nesse sentido, os ritos de comemorações podem ter o caráter de sociabilidade, mas podem ser também momentos de (re)criação de signos. No contexto da instauração da República brasileira, a bandeira teve seus elementos ressignificados¹⁰.

A memória coletiva possui o caráter pragmático, podendo levar a identificação e a distinção de pessoas dentro de um grupo social e/ou nação. O sentimento de pertencimento vem justamente de rituais repetidos, da conservação de saberes e símbolos, e das transmissões desses entre os membros de um grupo (CATROGA, 2015). Em uma nação, (re)lembrar e esquecer são marcas da construção da identidade coletiva. Tanto a memória coletiva como a memória histórica e a

⁹ Para Hobsbawm (2002: 17), muitas tradições foram inventadas para substituir outras que perderam sentido. Segundo ele, há três características de tradições sobrepostas, a saber: “a) aqueles que se estabelecem ou simbolizam a coesão ou condições de admissão de um grupo ou comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade, e c) aqueles cujo propósito principal é a socialização, inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento”.

¹⁰ O verde e o amarelo, que na do império significava as casas de Bragança e Habsburgo, passariam a fazer menção as matas e ao ouro das terras brasileiras; a riqueza do café e do tabaco, que figuravam na bandeira do Segundo Reinado, foram substituídas pelas palavras de ordem do novo regime, *Ordem e Progresso*, figurando na faixa branca que recobre o círculo azul, que deixava de representar o mundo por onde o português se lançou na expansão marítima, significando desde aquele momento o céu azul anil brasileiro. As estrelas como os novos estados pode ser visto como uma permanência em relação a bandeira anterior, onde elas representavam as províncias (SCHWACRZ, 2001).

História mobilizam o passado, mesmo que de maneiras diferentes. Isto não significa dizer, como propõe Nora (1993), que a História e a memória coletiva são antagônicas; elas se relacionam na construção de representações acerca do passado. A historiografia pode ajudar a consagrar os mitos nacionais e representações da memória coletiva, como também pode questioná-los. Tal fato fica evidente na associação entre o ano de 1922 e a Semana de Arte moderna ocorrida em São Paulo frente à memória dos festejos do Centenário da Independência realizados no Rio de Janeiro. Nesse sentido, a memória coletiva se relaciona com a História e vice-versa, podendo ser utilizada como ferramenta do Estado-Nação na construção de suas representações.

No século XIX, as interpretações de historiadores foram utilizadas para a criação de liturgias de recordação. O que não significa dizer que eles eram donos do calendário político, mesmo que auxiliem na pesquisa e na edição de programas de comemorações (HARTOG, REVEL, 2001). Não se pode esquecer que (re)lembrar e esquecer são tensões presentes na construção de identidades coletivas e que os Estados utilizam o passado considerando essas relações de circularidade para as construções de seus projetos de nação e estreitando a identidade do povo que está em seu território. As datas comemorativas para o Estado assumem o papel de reavivar a memória e estreitar a identidade¹¹.

¹¹ Além disso, a História escolar se relacionou e se relaciona com a História-ciência na construção das comemorações. Para o caso francês, Prost (2014) demonstrou que uma das funções da História no ensino fundamental, na passagem do século XIX para o século XX, era incentivar o patriotismo, com uma narrativa baseada na história de grandes personalidades, além de se basear na memorização. Quando houve a tentativa da retirada da História do currículo escolar com a reforma de 1969 ocorreram grandes debates, tanto na academia quanto em outros setores da sociedade, o que levou a seu retorno logo em seguida. Para o caso brasileiro, Fonseca (2011) destaca que no início do século XX, letrados como Rocha Pombo e Jonathas Serrano acreditavam que o ensino de História deveria auxiliar na construção do gosto pela história e no desenvolvimento da ideia de nação, contribuindo para a construção da memória coletiva e histórica, e para a formação da identidade nacional. Tal questão seria impossível sem considerar que foi no século XIX que ocorreu a transformação da história em disciplina escolar e que esta ação possuía fins políticos ligados a projetos que se tornariam comuns nas sociedades daquele período. A História cientificista ajudou na criação de mitos e heróis que eram usadas pelos governos e legitimados pela História enquanto disciplina escolar.

As comemorações, que foram e são amplamente utilizadas pela República, constituem-se como uma forma de sacralizar o tempo, sem a necessidade de apoio na religião. Comemorar consiste em lembrar junto, sendo uma forma de glorificar o passado que deveria ser lembrado. As datas comemorativas para os governos que passavam a dirigir os Estados-Nação a partir do século XIX assumiam o papel de criar/legitimar a memória coletiva e estreitar a identidade nacional. Tal prática, outrossim, adentrou o século XX sendo fortemente utilizada até os dias atuais. Nesse sentido, o I Congresso Internacional de História da América se inseriu nesse conjunto de comemorações, tendo um caráter especial por ser uma reunião de historiadores, letrados e homens de Estado que se reuniram para comemorar o Centenário da Independência do Brasil, assim como para formular um projeto de escrita da História que unisse as diferentes nações do continente americano.

Em seu estudo sobre a forma como os membros do IHGB construíram narrativas sobre a República iniciada em 15 de novembro de 1889, Souza (2015: 222) destacou que “nos limites das páginas da revista do Instituto, Francisco Muniz Tavares e José Domingos Codoceira participaram diretamente do debate que, de uma forma geral, envolvia uma disputa sobre que *eventos* poderiam expor o desejo inato pela República. Na celebração, era como se os *factos* por si só garantissem sentido à história”. Tal reconstrução de celebrações visava demonstrar como tais sentimentos poderiam ser construídos pela reorganização do passado¹². José Codoceira destacava que “era pela forma republicana que o organismo da nova nacionalidade se manifestava nas convulsões revolucionárias de 1789, 1817, 1822, 1824, 1831, 1835 e 1837” (CODOCEIRA apud SOUZA, 2015: 222).

¹² Nos primeiros anos da República brasileira houve a necessidade de se inventar novas tradições e comemorações típicas do novo regime que buscava se firmar. Logo no primeiro ano após a instauração da República, essa data seria lida como a verdadeira separação de Portugal e não o sete de setembro. Era justamente a data de *sete de setembro* a data que mais complicava a adaptação às comemorações propostas pelo regime republicano. Em 1895, os militares passaram a realizar paradas como forma de se comemorar a República, numa tentativa de relegar ao esquecimento as ações de D. Pedro I. As personalidades a serem tratadas como importantes na Independência passariam a ser renegociadas, sendo a figura de José Bonifácio uma das que emergiam junto à de D. Pedro na Independência.

Os republicanos, militares ou não, precisavam justificar e demonstrar que esse novo regime não era algo novo, mas um desejo antigo da sociedade brasileira. Sobre esta questão, Marly Motta destacou que para muitos deles “o ideal republicano teria sido uma presença constante na história da história brasileira, começando pelo Quilombo dos Palmares e pela Guerra dos Mascates, passando pela Inconfidência Mineira, a Revolução Pernambucana, Farrapos e Balaiada, para finalmente se concretizar em 1889, como a culminância de uma longa luta” (MOTTA, 1992: 13). Para muitos, a instauração do regime era a proclamação de um processo que já era esperado. Desse modo, no Centenário da Independência do Brasil, havia uma nova motivação para se repensar a História do Brasil, o que não fora desprezado pelo IHGB em 1922.

O I Congresso Internacional de História da América pode ser visto como um local para legitimar e/ou questionar visões do passado e projetos de nação, pois nele estavam presentes não apenas letrados e historiadores, mas diplomatas e homens de Estado, que vieram participar do evento cultural sem deixar de lado os compromissos políticos, econômicos e até mesmo socioculturais que traziam de seus países. Na seção seguinte, lançamos o olhar para o Congresso em termos de sua organização e composição.

Conhecendo o evento

No regulamento do I Congresso Internacional de História da América chama a atenção como seria organizada a aprovação da comissão executiva. Previa-se que, além de membros do Instituto, outros poderiam ser escolhidos para tal comitê, a partir dos seguintes critérios:

- b) – pelas pessoas nomeadas na primeira sessão preparatória de 23 de fevereiro do mesmo ano;
- c) – por todos os chefes de Missão ou, na falta destes, pelos cônsules dos países americanos e dos países europeus que

tem Colônia na América, respectivamente acreditados pelo governo brasileiro, na data da inauguração do Congresso;

d) – pelos chefes de Missão da Itália, da Espanha e de Portugal, em homenagem as pátrias de Colombo e de Cabral e dos subsequentes descobridores e povoadores dos da terra americana;

e) – por um representante da *Pan American Union*, de Washington;

f) – pelas pessoas que, no correr dos trabalhos, forem propostas pela Mesa Diretora e aceitas pela comissão (IHGB, 1925: 13).

Os itens do Regulamento escrito por Ramiz Galvão, Max Fleiuss e o 1º Tenente Carlos da Silveira Carneiro, respectivamente o presidente, o secretário e o subsecretário da Comissão executiva, mostram o alinhamento do IHGB com as práticas de diplomacia cultural previstas pelo Itamaraty. Não bastava apenas trazer os representantes dos países do continente americano, mas de toda nação que tivesse participado do processo de colonização do Novo Mundo. O próprio texto escrito pela comissão se relaciona com o caráter pragmático que o Barão do Rio Branco tinha nas relações exteriores: voltar-se para a América, sem voltar as costas para a Europa.

Outro dado a se considerar consiste na lista dos convidados previstos para compor a comissão executiva. Havia a previsão de um representante da *Pan American Union*. Essa presença na Comissão Executiva pode ser compreendida pelo fato de ser a instituição uma das financiadoras do Congresso organizado pelo IHGB em 1922 (GUIMARÃES, 2005: 195). O convite pode demonstrar que a relação e aproximação com Washington era algo previsto pelo Itamaraty. Mesmo que tal ponto não fosse consensual entre os representantes do Brasil nos EUA, se observa nas querelas ocorridas anos antes entre o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco, como defensores de tal prática, e Manoel de Oliveira Lima, como um opositor.

O Regulamento citado acima trazia um dispositivo que demonstrava a possibilidade do governo brasileiro interferir no convite caso sua posição

mudasse até o início do congresso. Ao tornar regra que apenas “os chefes de Missão [...] dos países americanos e dos países europeus que tem Colônia na América, *respectivamente acreditados pelo governo brasileiro*, na data da inauguração do Congresso” (IHGB, 1925: 13), se pode ver que o governo republicano, via seus Ministérios e órgãos, estavam acompanhando de perto o evento que ocorria no Instituto Histórico. Nesse sentido, o Silogeu Brasileiro se mostrava mais que alinhado à política do governo republicano, ele fazia parte dela via divisão cultural do Itamaraty.

Não podemos esquecer que, dentre os historiadores que compunham o IHGB, muitos eram formados em Direito, tal como Max Fleiuss (GUIMARÃES, 2007b), secretário geral da Comissão Executiva, o que pode demonstrar que a criação do regulamento não partiu apenas de critérios científicos da produção do conhecimento histórico, mas do diálogo com as ciências jurídicas, celeiro de formação de muitos historiadores brasileiros no período.

Não foi necessário aguardar até a primeira sessão preparatória para que a Comissão Executiva fosse ampliada. Em reunião da dita comissão realizada em 25 de junho de 1921 o quadro se alterou. Fazendo-se valer do disposto no inciso “f” do Artigo 1º, a comissão executiva foi ampliada com: (a) a nomeação de dois dos subsecretários gerais, Agenor de Roure e 1º Tenente Carlos da Silveira; (b) a Eleição de um *delegado especial*, Ricardo Levene (representante da Argentina e da Faculdade de Ciências de Educação da Universidade de La Plata); e (c) com a substituição do vice-presidente, pois saiu Lucas Ayarragaray e foi eleito para substituí-lo Edwin Morgan, embaixador dos EUA (IHGB, 1925: 11-12).

Dois dias antes da abertura do referido Congresso, Enrique Loudet, representante da Argentina e do Ateneu Hispano-americano, propôs que o presidente da República também fosse tornado presidente de honra do Congresso, o que foi aceito por aclamação pelos presentes. Junto a esta proposta, houve a de Max Fleiuss para que Loudet figurasse como subsecretário geral, junto a personalidades como o 1º Tenente Carlos da Silveira Carneiro e Agenor de Roure, que também foi aceita. Consta em ata que “os eleitos presentes agradeceram as respectivas designações,

tendo o sr. Loudet dito que recebia a distinção como feito a sua pátria e não a ele” IHGB, 1925: 37).

Junto com Ricardo Levene, Enrique Loudet seria o segundo argentino a compor cargos dentro do Congresso de História da América. Além disso, as palavras proferidas pelo argentino e registradas pelo secretário da Terceira Sessão preparatória demonstram que o evento não era para ser encarado apenas como uma atividade acadêmica, mas como parte da política e da diplomacia dos membros dos países de origem, o que leva a crer que o Congresso fez parte das estratégias de Diplomacia Cultural não apenas do Brasil, mas dos países presentes no evento também.

A presença de estrangeiros no IHGB não era algo fora de sua rotina. O fato de um diplomata estadunidense e um homem de letras argentino estarem presentes na referida reunião traz a questão de como estavam se organizando as duas nações para o evento e se seria apenas as questões acadêmico-culturais que os levaram a participar do mesmo. Outra questão a ser levantada consiste no fato de que, ao longo dos primeiros anos do século XX, ambos os países fizeram acordos (políticos, econômicos e comerciais) bilaterais com o Brasil, além de um buscar anular a ação do outro no continente sul-americano, como mostram as disputas travadas por argentinos e estadunidenses no III Congresso Pan-americano realizado em 1906 no Rio de Janeiro¹³, tal como demonstrado no capítulo 1 da presente dissertação.

A participação de representantes dos dois países ao longo do Congresso também foi intensa, uma vez que as comissões da Argentina e dos Estados Unidos eram as maiores, com 21 e 15 representantes respectivamente. Em ambas as comissões predominaram representantes de instituições acadêmicas e científicas, como as Universidades de Harvard, Stanford, Califórnia e Texas, e a *American Historical Association* e *Smithsonian Institution*, para os estadunidenses; e das Universidades de

¹³ Na III Conferência Pan-americana, os argentinos que gozavam de certo isolamento na América do Sul e mantinham comércio de bons fluxos com a Europa, mesmo sendo opositora aos Estados Unidos e muitos pontos, não deixaram de fazer acordo bilaterais em termos de comércio de trigo (BUENO, 1997: 241-242).

Buenos Aires e a *Nacional de la Plata* e da Academia de Córdoba, do Ateneu Hispano-argentino e da *Junta de Historia y Numismática*.

A intensa participação tanto de representantes dos países acima destacadas como de outras nacionalidades possibilita perceber que os diplomatas brasileiros seguiram as orientações dadas pelo Itamaraty em aviso expedido a 09 de agosto de 1916. Além dos estrangeiros, foram expedidos convites para os governadores e presidentes de Estado no Brasil, para que o evento pudesse contar com o maior número de participantes possível, conforme consta na ata dos trabalhos preliminares ao Congresso (IHGB, 1925: 9).

Além do convite às delegações, chama a atenção no regimento os objetivos do Congresso, pois neles é exposto o corte espaço-temporal para a escrita da História da América.

Art. 7º

Os objetivos do Congresso são, além da aproximação intelectual de todos os países do continente, a reunião de elementos e a elaboração de acordos para ser escrita, sob todos os seus aspectos, a História da América até o fim do século XIX.

§1º

Para a realização de tais objetivos, o Congresso é dividido em uma secção geral de História da América, cujos membros serão eleitos na primeira sessão plena do Congresso, e também outras secções especiais quantas partes em que politicamente está dividida a América, constituída por Estados Independentes e Colônias ou Domínios de Estados Europeus, reunidas em uma só as possessões diversas constantes de ilhas, subordinadas à mesma Metrópole (IHGB, 1925: 15).

Para além de ser um encontro de intelectuais, o objetivo demonstra que havia uma ideia a ser debatida e, preferencialmente, aprovada pelos representantes dos diferentes países: a formulação de parâmetros para a escrita de uma História Geral da América, demonstrando que havia o interesse de se criar laços de identidade a partir do passado comum dos

Estados do continente americano. Outro ponto a se destacar consiste no fato de que ela deveria ser escrita “sob todos os seus aspectos”, que, como se verá no capítulo seguinte, o que aproximava os historiadores das diferentes nacionalidades era o rigor com o método e não o olhar centrado nas questões políticas.

Os quadros 3 e 4 apresentam as seções e subseções do congresso, que compõem o texto do §1º do referido artigo:

Quadro 3 – Subseções do I Congresso Internacional de História da América

1ª - História Geral;	5ª - História Parlamentar;
2ª - História das Explorações Geográficas;	6ª - História Econômica;
3ª - História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas;	7ª - História Militar;
4ª - História Constitucional e Administrativa;	8ª - História Diplomática;
	9ª - História Literária e das Artes.

Fonte: IHGB, 1925: 16 e 17.

Quadro 4 – Sessões do I Congresso Internacional de História da América

1ª – História Geral da América.	18ª – História da República Argentina.
2ª – História dos Estados Unidos da América do Norte.	19ª – História do Uruguai.
3ª – História do México.	20ª – História de Cuba.
4ª – História da Guatemala.	21ª – História da República Dominicana.
5ª – História de Honduras.	22ª – História do Haiti.
6ª – História de S. Salvador.	23ª – História do Domínio do Canadá.
7ª – História da Nicarágua.	24ª – História da Guyana Inglesa.
8ª – História de Costa Rica.	25ª – História da Guyana Holandesa.
9ª – História do Panamá.	26ª – História da Guyana Francesa.
10ª – História da Colômbia.	27ª – História das Colônias insulares inglesas da América e de Honduras Britânica.
11ª – História da Venezuela.	28ª – História das Colônias insulares francesas na América.
12ª – História do Equador.	29ª - História das Colônias insulares holandesas na América.
13ª – História do Peru.	30ª - História das Colônias insulares dinamarquesas na América.
14ª – História da Bolívia.	
15ª – História do Brasil.	
16ª – História do Paraguai.	
17ª – História do Chile.	

Fonte: IHGB, 1925: 16.

A forma como o objetivo do Congresso foi formulado traz questões relevantes para se pensar a posição do IHGB nos primeiros anos do século XX. Ao definir que o evento devia favorecer a “aproximação intelectual de todos os países do continente, a reunião de elementos e a elaboração de acordos para ser escrita” a História da América, demonstra-se que o IHGB estava alinhado à diplomacia promovida pelo Itamaraty, e dele com as propostas pan-americanas, uma vez que nos Congressos Pan-americanos é possível observar que a questão da aproximação intelectual estava em pauta. Além disso, como parte da política cultural para as relações internacionais pensada pelo Barão do Rio Branco, cabia ao Instituto Histórico fornecer os subsídios científicos que pudessem ser utilizados para a justificação de práticas políticas, tal como ocorria com a *Revista Americana*.

O esforço, segundo tal proposta, em fazer conhecer a América não caberia a um único país, mas à reunião de todos eles. Sem a realização de acordos entre os países não haveria como levar o projeto de escrita adiante, pois ele era por demais ambicioso. Além disso, sendo o projeto de apenas uma nação, ele perderia seu caráter de aproximar os países americanos, estando fora dos interesses pan-americanos. Hoje, sabe-se que a empreitada não foi concluída. Do esforço para a escrita da História da América em todos os “seus aspectos”, resultou-se a criação, em 1932, do Instituto Pan-americano de Geografia e História, sediado na cidade do México, após o primeiro encontro ter sido realizado no IHGB (GUIMARÃES, 2005).

O fato de não ter logrado sucesso, por sua vez, não faz do projeto de uma escrita da História para o continente menos importante. O recorte escolhido para o congresso e para o livro que se sonhou era da pré-história a fins do século XIX, e todos os aspectos deveriam ser considerados. Tal proposição seguia os preceitos de escrita da História da Civilização, tal como proposto por Charles Langlois e Charles Seignobos, em seu livro *Introduction aux Études Historiques*. Produzir, de tal modo, uma História Geral da América era produzir uma História que fosse tanto coletiva, tal como se pode perceber pelas subseções do Congresso, como unitária, ou seja, uma para todo o continente.

Tal escolha faz com que uma dada visão encontrada na historiografia acerca da produção do Instituto Histórico vinculada apenas aos aspectos políticos possa ser questionada. Como visto acima, é inegável que havia uma grande produção com base em questões políticas, porém esta não era a única e não totalitária. Havia outras formas de produção do conhecimento histórico ligadas a aspectos socioculturais e econômicos. Ao analisar a forma como o IHGB e seus congêneres estaduais produziam História até a década de 1950/60, Janotti (1998: 134) comenta que tal produção estava ligada “aos aspectos aparentes dos acontecimentos políticos”. Defendemos que essa posição não se sustenta quando se considera o quadro 3, pois nele se observa que junto com a História Geral, Administrativa e Constitucional, Diplomática e Militar, figuravam outras formas de produção do conhecimento histórico, tais como Explorações Geográficas, Arqueológicas e Etnográficas, História Econômica, História Literárias e das Artes.

Ao comentar a referida obra de Langlois e Seignobos, que servia de base para a formulação das sessões e subseções do congresso, Gasparello (2013) aponta que ela era conhecida por historiadores brasileiros a ponto de figurar no programa do Colégio Pedro II como livro destinado aos alunos, circulando tanto no original como a partir de traduções. Ao analisá-la, a historiadora destaca que “a proposta de história da *civilização* afasta-se do acontecimento e da história política, mas privilegia os avanços e conquistas culturais” (GASPARELLO, 2013: 160). Tal posição pode ser vista também pelo exame realizado por Madeleine Rebérioux no prefácio da edição do centenário da obra dos historiadores franceses. Segundo ela,

Dans l'ordre de ça construction du « récit », tout d'abord. L'histoire à tiroies, propice à la prééminence du politique, Seignobos lui avait, le premier tordu le cou: « Par-dessus les histoires spéciales où le faits sont rangés par categories purement abstraites (art, religion, vie privée, institutions politiques) », il faut « construire » - le mot y est – « une histoire concrète commune, l'histoire générale ». Elle exige non seulement la collecte, mais la recherche de « tous les fait

qui peuvent expliquer soit l'état d'une société, soit une de ses évolutions» (REBÉRIOUX, 1992: 13).

Tal como aponta Madeleine Rebérioux, a proposta formulada por Charles Seignobos já trazia questões que iam além da dimensão política da História. Ao examinar categorias abstratas como arte, religião ou vida privada, Seignobos abria a possibilidade de se analisar a História a partir de múltiplos olhares. Além disso, não se pode deixar de ressaltar o fato da maioria dos letrados e historiadores presentes serem ou terem sido professores em seus respectivos países, além do fato de que, no período, a História, tanto enquanto produção acadêmica quanto disciplina escolar, ser utilizada como parte da pedagogia cívica.

Reis (2011) aponta que se faz necessário revisar o que se compreende por Escola Metódica, muitas vezes chamada de Positivista, que teve início na Alemanha, tal vertente de estudos tem como um de seus pilares Leopold von Ranke. Esse historiador alemão estudava as Relações Diplomáticas por considerar que definiam a ação dos Estados, baseando seus estudos em documentos diplomáticos. Apontado por Reis (2011) como conservador, protestante e nacionalista, Ranke, assim como Barthold Niebuhr, é considerado um dos grandes nomes da historiografia alemã no século XIX, tendo seus estudos se baseado em historiadores franceses do século XVIII. Quanto a Charles Langlois, Charles Seignobos e Gabriel Monod, Reis (2011) aponta que ambos estudaram na Alemanha e que foram responsáveis pela divulgação da crítica histórica na França da segunda metade do século XIX. Além disso, a criação da *Revue de Histoire*, em 1876, por Monod, pode ser indicado como ponto importante para o desenvolvimento da historiografia francesa. Tal como Ranke na Alemanha, esses historiadores franceses visavam se afastar da Filosofia da História para fazer a História a partir de métodos. É pela defesa do uso de métodos como forma a se chegar a verdade histórica que esse grupo é chamado de Escola Metódica.

Ao analisar a produção de Langlois e Seignobos, indica-se a defesa que faziam do historiador como um educador cívico. Na Pedagogia Cívica,

os fatos são comemorados para se tornarem presentes, pois “na educação cívica, os fatos históricos e os grandes homens são cuidadosamente reconstituídos e embalsamados para a instrução da juventude” (REIS, 2011: 37). Ao proporem a elaboração da História Geral da América, os membros do IHGB e os presentes que concordaram com tal produção tinham em mente o destino a ser conferido a esse material, e este não era apenas as prateleiras das bibliotecas, mas também para serem analisados nas escolas.

As subseções propostas pelo regulamento também revelam que há um descompasso entre a forma como eles pensavam a escrita da História e como se pensa na Universidade atualmente. Havia espaço para a produção tanto no campo da História Geral, mais ligada às transformações políticas, como também para a História Econômica, a Diplomática, a Militar, a da Literatura e Artes, podendo o historiador indicar a especialidade que queria para seu texto. Atualmente, o corte pelo qual a universidade organiza seu currículo consiste na divisão por locais e períodos.

Nota-se, na lista de trabalhos apresentados, o fato de apenas três deles terem sido escritos para compor a sessão de História Geral da América. A maioria dos estudos se concentravam na sessão de História Geral de seu país. Tal posição precisa ser compreendida dentro de duas dinâmicas: a do período vivido e a do congresso. Quanto à primeira, no pós I Guerra Mundial, vivia-se um momento de grande nacionalismo, e tal posicionamento se refletia na forma como se produzia História. Quanto à segunda, a maioria das delegações eram pequenas, contendo de um a três membros, e na maioria dos países a produção do conhecimento histórico eram realizadas por instituições como o Instituto Histórico e Geográfico, que priorizavam a História Nacional frente à continental e à universal.

O exame das sessões em que foram alocados os textos de brasileiros, argentinos e estadunidenses, por sua vez, revela que os temas políticos eram importantes, mas havia aqueles que se dedicavam a questões mais ligadas ao cotidiano, literatura, arte e cultura. Tais abordagens não se constituíam como uma especialização de um historiador, mas na forma de escrever sobre um dado tema. Igualmente, não se pode deixar de ter

em mente que para a maioria dos presentes o Congresso não era apenas um evento acadêmico, sendo também uma parte da ação diplomática de seu país.

A delegação canadense lembrou que aquele congresso não era apenas uma discussão acadêmica, mas fazia parte de ações ligadas à diplomacia cultural dos vários países presentes. O pronunciamento da referida delegação foi assim fundamentado:

Proposition de la Délégation Canadienne au Congrès International de l'Histoire de l'Amerique:

- a) Considérant les grands avantages qui resulteraient de la publication d'une histoire générale de l'Amerique, telle que proposée par l'Institute d'Histoire et de Geographie du Brésil;
- b) Considérant l'importance de profiter de la présence des délégués des différents pays afin, de connaître leurs vues sur les différents point de cette publication ;
- c) Considérant l'importance de régler ces points par discussion su lieu de le faire par correspondance suséquent ;
- d) Considérant la nécessité de placer devant le Congrès un programme défini et definit ;
- e) Considérant l'importance, au moins pour les députes Canadiens, de présenter à leur pays un rapport des conclusions adontées au Congrès, afin de prende une décision à leur sujet (IHGB, 1925: 183).

Observando os itens “b” e “e”, verifica-se que a atuação da delegação canadense ia além das questões acadêmicas, posição que ela sinalizava não ser a única imbuída de tais compromissos. Tal posição pode ser corroborada pela análise do cartão enviado por Ricardo Levene a Max Fleiuss justificando a sua ausência no Banquete aos congressistas, realizado no dia 15 de setembro de 1922, a partir das 17 horas, no salão nobre da Associação dos Empregados do Comércio. Este dizia “compromissos oficiales iniludibles nos han impedido a los drs. Saens Palacios, Rébora y a muy concurrir a la sesion de clausura y al banquete de hoy” (IHGB, 1925: 238). Desse modo, o pronunciamento da delegação canadense demonstra

que a participação no Congresso fazia parte de compromissos oficiais que cada uma delas possuía junto aos seus países, aos quais deveriam prestar contas quando de seu retorno.

Nos itens “c” e “d”, percebe-se que alguns pontos sobre a escrita da História Geral da América ainda não estavam totalmente claros para todos os presentes. Tal consideração revela que o fazer historiográfico se liga tanto a um lugar social de produção, uma forma de escrita e suas práticas, tal como propõe o método da operação historiográfica de Certeau (2011). A fala d delegação traz em si preocupações com o fazer historiográfico em seu processo de escrita, tal como se revela a questão a partir das perguntas realizadas.

La délégation Canadienne a l'honneur de demander au Congrès de décider les questions suivantes :

1^{ère}) Quel sera le format des volumes de la publication proposée ;

2^{ème}) Quel sera la limite maximum du nombre des pages de chaque volume ;

3^{ème}) Quel sera la nombre des volumes consacrés à chaque pays ;

4^{ème}) Sur quelle base se fera la répartition du coût de la publication de cette histoire (IHGB, 1925: 183).

As questões levantadas pela delegação canadense não foram respondidas pela comissão organizadora, ao menos não consta resposta nos anais do Congresso. Também não é possível dizer se foi a falta de definição clara sobre tais questões que impediu que a História Geral da América fosse escrita. Apenas se sabe que o objetivo de escrever uma História Geral do continente não foi alcançado pelos participantes do Congresso, mesmo que a discussão tenha aparecido na V Conferência Pan-americana realizada em Santiago, Chile, em 1923, e na VI Conferência realizada em Havana, Cuba, em 1928 (DULCI, 2013).

As disputas sobre como seria o anteprojeto de escrita da História da América auxiliam a compreensão, lançando luz sobre a questão através

dos debates travados sobre a elaboração do mesmo. Na primeira sessão plena realizada a 10 de setembro de 1922, nas dependências do Silogeu Brasil, o Conde de Afonso Celso lembra que o artigo 10º do regimento interno previa a formação de uma comissão que se reuniria para elaborar o “plano a ser adotado e os acordos a serem realizados no sentido de ser escrita a *História Geral da América*, sob os seus aspectos, até o fim do século XIX” (IHGB, 1925: 35). O Quadro 5 apresenta os membros da comissão, seu país de origem e sua vinculação institucional.

Quadro 5 – Comissão especial para elaboração da escrita da História da América

Membro	País de origem	Vinculação Institucional
Luiz Mitre	Argentina	Junta de História
Juan C. Rébora	Argentina	Junta de História / Univ. la Plata / Univ de Buenos Aires
Carlos Cuervo Marques	Colômbia	Academia de História de Bogotá
Pedro Dulanto	Peru	Univ. de São Marcos
Andrew N. Cleven	Estados Unidos	Univ. de Pittsburg / American Historical Association
Máximo Soto Hall	Guatemala	Governo
Arthur C. Doughty	Canadá	Univ. de Queen.
Carlos Travieso	Uruguai	Governo
Tavares Lyra	Brasil	IHGB
Aurelino Leal	Brasil	IHGB
Levi Carneiro	Brasil	IHGB
Jonatas Serrano	Brasil	IHGB / Colégio Pedro II

Fonte: IHGB, 1925: 60.

A observação do quadro 5 demonstra que o Brasil possuía quatro representantes, os demais países possuíam um, exceto a Argentina que possuía dois: Luiz Mitre e Juan Rébora. Havia mais representantes da América do Sul que da Central e do Norte, o que pode ser explicado pelo maior número de países na porção sul que na centro-norte do continente. Contudo, chama a atenção o fato da maioria dos membros da comissão

estarem ligados a uma Instituição de Ensino e Pesquisa, demonstrando a consideração com o fazer de historiadores em seu país de origem na hora da elaboração do plano.

A proposta de Afonso Celso era a produção de uma síntese histórica de todos os países, considerando, conforme o regulamento, os seguintes aspectos: História geográfica e etnográfica; História política e administrativa; História militar; História judiciária; História econômica e financeira; história diplomática; História científica; História literária; História pedagógica; História artística; História religiosa; História geral (uma síntese histórica) (IHGB, 1925: 59-60). Nota-se na própria organização das temáticas propostas que não eram apenas a questão político-administrativa que deveria ter foco na escrita da História Geral, sendo eles parte do todo. A síntese, tal como propunha os objetivos do congresso, deveria considerar todos os aspectos da vida humana, mostrando sua vinculação com as propostas de escrita da História de Langlois e Seignobos, tal como apresentado nas linhas subjacentes.

Antes mesmo da primeira reunião da comissão, prevista para o dia 13 de setembro, às 16 horas, nas dependências do IHGB, o projeto já encontrou as primeiras críticas. Uma vez formada a comissão, Pedro Calmon, jovem historiador com aproximadamente 20 anos de idade, apresentou uma crítica ao método de síntese e ao sincrônico. De acordo com Calmon, conforme ata da primeira seção:

Lembro à casa, que o método inegavelmente onde repousam sucesso e oportunidade dos trabalhos tendentes àquele fim, não poderá ser o – etnográfico até agora geralmente seguido pelas obras similares, porque muito deverá divergir a grande História continental de uma simples união de histórias parciais. Também o método sincrônico exato, posto mais vantajoso, não resiste a graves objecções, já de *ordem puramente disciplinar*, já de comodidade expositiva (IHGB, 1925: 60).

E explicou as bases do seu método, ao expor que a História da América deveria ser escrita

por quadros, de começo independentes, quais os das colonizações por origem (generalização do método etnográfico) para, com a complexidade subsequente da vida continental, estabelecer as bases a seguir o fio das relações americanas, acompanhando esse aspecto essencial do nosso progresso, através de todos os exclusivismos e temporalidades, alheações, até o termo da referida História (IHGB, 1925: 60).

A ata redigida pelo secretário Adrien Delpech não deixa transparecer se houve ou não debate, apenas menciona a rejeição a proposta de Calmon em virtude de decisão anterior. Porém, as palavras proferidas por Calmon tinham um alvo certo: os historiadores que dominavam a produção historiográfica naquele momento, muitos dos quais eram membros do próprio Instituto. Ao interrogar a validade dos métodos *etnográficos* e *sincrônicos*, esse jovem questionava as bases sobre as quais repousavam a ideia do fazer histórico no período, mas que em sua própria fala era possível observar que havia questões que eram de ordem “puramente disciplinar”, demonstrando que mesmo sem a presença da formação universitária no Brasil, o ofício do historiador já era visto como parte de uma disciplina estabelecida. A postura de Pedro Calmon no congresso pode ser vista como um ponto de tensão na forma de produção do conhecimento histórico. Tanto na montagem da Comissão para a elaboração do projeto de escrita da História da América, quanto nas três memórias que apresentou no Congresso, ele debateu com outros sobre a forma de fazer História. Os pareceres sobre as memórias apresentadas no Congresso de História da América revelam discordâncias na forma de escrever a História, e práticas de relações político-instituições na escolha dos textos a serem apresentados.

Outro grupo que apresentou sua opinião na forma de como a comissão deveria estabelecer a escrita da História foi a delegação Argentina. Composta por 21 membros, dos quais 20 estavam ligados diretamente a Instituições de Ensino e Pesquisa, a presente delegação apresentou dois caminhos que poderiam ser observados. No primeiro, comentou sobre

como poderiam ser as investigações históricas: as academias fariam as pesquisas em arquivos e as faculdades preparariam as monografias. No segundo, destacou que, para impulsionar os estudos históricos, deveria ser (a) criado um comitê internacional para o estudo do folclore e das melodias populares, (b) preparado um atlas histórico, (c) criada uma seção de História nas Bibliotecas de todos os países americanos, e (d) as academias e associações¹⁴ de História dos EUA deveriam editar um boletim para noticiar a produção histórica e historiográfica do continente.

Não há na ata da primeira sessão referência se as ideias foram ou não aprovadas, mas a presença de dois membros da delegação argentina na comissão de elaboração indica que a ideia pôde ser reiterada ao longo da elaboração do plano. Quanto aos pontos colocados pelos argentinos, algumas questões saltam aos olhos, como o destaque dado às Academias e Associações de História dos Estados Unidos editarem boletins para noticiar a produção histórica e historiográfica do continente. Estava presente na primeira sessão do congresso do IHGB Andrew Cleven, representante dos EUA pela Universidade de Pittsburg e pela *American Historical Association*. Em 1916, Charles Chapman e William S. Robertson, criadores da *Hispanic American Historical Review*, participaram do Congresso Americano de História e Bibliografia, realizado em Buenos Aires. Não se sabe com quem Chapman e Robertson tiveram contato na capital portenha. Contudo, considerando que dos representantes argentinos sete estavam ligados diretamente à Universidade Nacional de Buenos Aires, não se pode dizer que a presença dos estadunidenses no congresso portenho não tenha refletido em orientações ou na dimensão de possibilidades de trocas acadêmicas entre os dois países. A presença de Cleven em 1922 poderia reacender os contatos entre argentinos e estadunidenses.

O *Congresso Americano de Bibliografia e História* também foi destacado como importante para as relações intelectuais no contexto americano por Manuel Cícero no seu discurso proferido na sessão

¹⁴ Aqui preferi adotar uma tradução livre do termo *Juntas* do espanhol. A *Junta de Historia e Numismática* é uma Associação de historiadores, a tradução pode facilitar o leitor, pois não o levaria a confundir Instituições parecidas que existem em países com idiomas diferentes.

de encerramento. Cícero destacou que as propostas da delegação da Argentina para a escrita da América no congresso refletem as discussões ocorridas no evento de Buenos Aires seis anos antes (IHGB, 1925: 229). Tais palavras auxiliam a visualizar a circulação de intelectuais e ideias no Novo Mundo, pois o Instituto Histórico enviava representantes para eventos ligados a História e Geografia em diferentes países do mundo¹⁵. Além disso, o fato de Manuel Cícero lembrar do Congresso de História e Bibliografia estava de acordo com seu discurso de agradecimento a Ricardo Levene na primeira sessão plena, ao ressaltar que o IHGB, e ele em particular, conheciam a produção de historiadores argentinos. Além disso, ao analisar a troca de correspondência entre Max Fleiuss e Ricardo Levene, foi possível observar a troca de livros entre ambos, e deles com outros historiadores das duas instituições.

Refletindo sobre a dimensão que as academias e associações tomaram no contexto argentino, a partir do movimento *Nueva Escuela de Historia* e da Reforma Universitária ocorrida em 1918, Devoto (2009: 129) destaca que

os historiadores da Nova Escola Histórica controlariam a partir dali (ajudados pela substituição professoral possibilitada pela reforma universitária de 1918), ferreamente, a historiografia profissional e acadêmica por várias décadas, e inclusive ampliariam sua influência (à maneira da proposta de Seignobos) sobre outras ciências sociais.

¹⁵ A prática de enviar sócios para os congressos e eventos internacionais era uma constante tanto ao longo do século XIX como da primeira metade do século XX. O Barão do Rio Branco, que foi o correspondente do IHGB no Congresso de Americanistas de Luxemburgo em 1878, assim como houve participação dos membros do Instituto Histórico da *Exposição Universal de Paris*, em 1889, que foi realizada em comemoração ao primeiro centenário da Revolução Francesa. Mesmo com a virada de regime no Brasil em 1889, os membros do Instituto Histórico, em 1892, participaram da *Exposição Columbiana* realizada em Chicago nos Estados Unidos, contando com apoio do Governo Republicano. Nos primeiros anos do *novecentos*, Manuel Oliveira Lima participou do XVI *Congressos de Americanistas* em Viena, na Áustria.

As palavras de Fernando Devoto apontam para a circulação da obra de Charles Seignobos também na Argentina, o que pode auxiliar a compreender a aproximação entre os brasileiros e argentinos em termos de leitura de obras de referência e métodos de escrita da História.

Dentre os representantes argentinos, Ricardo Levene pode ser visto como um dos maiores nomes da *Nueva Escuela* (DEVOTO; PAGANO, 2009). O domínio desse grupo na produção historiográfica argentina a partir de 1918 nos auxilia a compreender a escolha pelos papéis que as academias e universidades teriam na elaboração da História da América, tal como proposto pelo Congresso no IHGB. Ricardo Levene, na segunda sessão plena, fez um discurso no qual buscava aproximar o Instituto Histórico e a *Junta de Historia y Numismática*, conforme veremos em capítulo posterior. Nesse conjunto de ideias divulgadas pelos argentinos cabe mencionar a proposta do estudo do folclore e das melodias populares como parte do saber de historiadores.

Após a I Guerra Mundial (1914-1918), o nacionalismo ganhou diferentes vertentes, mesmo dentro de um único país. Como exemplo se pode ressaltar que o olhar para o folclore e para a cultura popular recebeu novo olhar como forma de se conhecer a nação. No Brasil, esse debate ganhou força com a parte da geração de 1922. Mário de Andrade, que relativizava a ideia de folclore e criticava a tradição do século XIX, foi um dos criadores da Sociedade Etnográfica e do Folclore, nos anos 1930. Tal área, no Brasil, do Folclore e da Música popular, não teve espaço nos cursos universitários, mas sim em museus e instituições de pesquisa (OLIVEIRA, 2008). O que mostra algumas das peculiaridades do caso brasileiro frente ao da Argentina, o que não faz um ou outro melhor, apenas diferentes entre si.

Nas décadas de 1920/30, esse movimento de olhar para o interior para compreender a nação que se modificava, também foi observado na Argentina e esteve presente na produção literária (SARLO, 2010). O choque provocado pela ampliação da imigração, nas primeiras décadas do século XX, aliado a processos de modernização, modificava o cenário das grandes cidades. Aliado ao nacionalismo crescente, esse choque levava

à busca pelas origens dos Estados-Nação, que investiam em instituições que pudessem guardar a memória nacional, tais como os museus e instituições similares¹⁶.

Em termos latino-americanos, cabe questionar que local a História ocupava nos espaços de produção de conhecimento. A indicação dos representantes argentinos para a criação de uma seção de História na Biblioteca de todos os países não havia sido a única. Pedro Dulanto, representante do Peru, que também compôs a Comissão do anteprojeto, na mesma sessão plena, escreveu a proposta de que se fizesse um voto para que todos os governos nacionais apoiassem as investigações históricas. Tal solicitação pode indicar que no Peru e/ou em outras partes da América não houvesse tal apoio. Fez, ainda, um pedido de aplausos para todos os que se dedicavam aos estudos históricos, assim como ao governo brasileiro por ter apoiado o IHGB na realização do Congresso Internacional de História da América. E fechou sua proposição pedindo pela autonomia da universidade, pelo estudo de História da América e pela criação de cátedras de História da Civilização Americana onde não houvesse universidade. Aqui cabe dedicar atenção à questão das cátedras de História da América antes de se analisar o anteprojeto para a escrita da História da América.

Atribuir aos votos propostos por Dulanto a presença da disciplina de História da Civilização Americana no currículo de História na Universidade do Distrito Federal, quando da sua criação na década de 1930, consiste em supervalorizar a potência de suas palavras¹⁷. Tais votos funcionam, na verdade, como tensões de um movimento que estava acontecendo tanto no Brasil quanto em outras partes da América. Dentre aqueles que figurariam como professores das primeiras universidades brasileiras e que estavam presentes apresentando memórias no Primeiro

¹⁶ Sobre o crescimento de Museus e seus congêneres no Brasil entre os anos de 1870 a 1930, ver: SCHWARCZ, 1993; OLIVEIRA, 2008; para saber mais sobre o desenvolvimento de museus na Europa e na França, em particular, ver: POULOT, 2013.

¹⁷ Para saber mais sobre o currículo do curso de História, suas disciplinas, professores e carga horária na Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Nacional de Filosofia, ver: FERREIRA, 2013: 23-33 e 36-40.

Congresso Internacional de História da América temos: Afonso Arinos de Melo Franco e Pedro Calmon de Moniz Barreto (na Universidade do Distrito Federal - UDF), e Affonso D'Escragnolle Taunay e Alfredo Ellis Jr. (na Universidade de São Paulo - USP). Além deles, tem-se uma lista de professores do Colégio Pedro II e de outras escolas do Brasil. O que pode evidenciar que o debate sobre a História da América não ficou restrita aos membros do IHGB ou aos diplomatas que estavam presentes. A presença da disciplina História da Civilização Americana na UDF amplia o questionamento sobre os impactos do Congresso, o que demanda novas pesquisas.

Anteriormente, destacou-se como nos Estados Unidos, no final da década de 1910, houve um movimento de ampliação de estudos sobre a América Latina, com a criação da *Hispanic American History Review*, em 1918, e como seus idealizadores estavam circulando a América do Sul quando perceberam o desconhecimento estadunidense com a realidade ao sul do Rio Grande. Não se pode deixar de sublinhar que o governo brasileiro criou, na década de 1940, um conjunto de cátedras de estudos brasileiros em vários países da Europa e América Brasil como forma de divulgação de cultura nacional (NICODEMO, 2013).

Nos EUA, a criação de cátedras de estudos hispano-americanos remete ao mesmo período, tornando relevante as palavras de Picón-Salas (1944: 15), ao explicar a motivação da escrita de seu livro *De la Conquista a la independencia*, onde o autor destaca que “comprende la refundición de varios cursos dictados [sobre cultura hispano-americana] sobre el problema en universidades y colleges de los Estados Unidos: en el Departamento Hispánico de Columbia University, en Smith College de Northampton, Massachussets y en las amables reuniones veraniegas celebradas en 1942 y 1943 en Middlebury, Estado de Vermont”, demonstrando que a busca por se conhecer mais a América Latina também figurava como preocupação do país.

No âmbito das relações Brasil-Portugal, a critério de exemplificação, já havia um acordo de cooperação intelectual firmado no primeiro quartel do século XX. No âmbito deste projeto de integração havia a ideia de

introduzir uma disciplina de estudos brasileiros na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1916. Tal projeto, contudo, apenas se concretizaria com um ciclo de conferências proferidas por Oliveira Lima em 1923, ou seja, no ano seguinte ao Congresso de História da América (GUIMARÃES, 2009).

Anos mais tarde, houve a criação da Cátedra de Estudos Brasileiros pelo Itamaraty no contexto da circulação de intelectuais brasileiros. Nos anos 1950, o órgão financiou esse projeto, assim como a realização do I Congresso de Estudos Brasileiros realizados em Washington no ano de 1950 (NICODEMO, 2013). No âmbito das redes de intelectuais na qual Sérgio Buarque de Holanda se inseria, não se pode deixar de destacar seu período na USP e a presença de professores franceses, tais como Fernand Braudel, que resultou no convite para que Sérgio Buarque fosse a Sorbone proferir uma conferência (NICODEMO, 2012).

A pesquisa realizada por Ana Paula Barcelos Silva aponta que a presença da delegação argentina no Rio de Janeiro durante o congresso e os festejos do Centenário resultou em acordo bilaterais entre o Brasil e seu vizinho sul-americano. Em tais acordos se destacaram Ricardo Levene e Max Fleiuss, através de parcerias firmadas entre a *Junta de Historia* e o IHGB, e o Itamaraty e seu congênere argentino (SILVA, 2011). Segundo a autora,

a história, nos países ibero-americanos, acabou se tornando caminho para a construção de alternativas pacíficas diante de conflitos internacionais, o que gerou diferentes propostas de integração regional iniciadas pelo Brasil e pela Argentina. Propostas estas postas em prática sobretudo entre as décadas de 1930 e 1940 (SILVA, 2011: 16).

Tal aproximação, além de ter sido facilitada pelo diálogo intelectual, que eventos como o Congresso de História da América promovem, também deve sua aproximação pelo tipo de governo que ambos os países tiveram nos anos de 1920/30, de cunho populista¹⁸.

¹⁸ Para saber mais sobre as transformações políticas no Brasil e na Argentina na

Retomando a questão da elaboração do anteprojeto, a comissão para a elaboração do anteprojeto apresentou sua proposta na segunda sessão plena, que fora realizada em 14 de setembro de 1922. A leitura da ata permite observar que a escrita do anteprojeto seguiu fundamentalmente as orientações do Conde Afonso Celso, sendo descartadas as ideias de Pedro Calmon. Destarte, torna-se possível observar as posições tomadas pela dita comissão.

I – que a aludida História seja escrita obedecendo fundamentalmente o plano proposto pelo sr. Conde de Afonso Celso;

II – que fique autorizada a Mesa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aproveitando a estadia nesta capital dos delegados e congressistas estrangeiros, a promover entendimentos com os mesmos delegados e congressistas, no sentido de detalhar aquele plano, fixando os pontos a estudar, tendo em vista a proposta do sr. Levi Carneiro, e outras que sejam apresentadas, e de entabular os acordos precisos afim de que possa ter execução o disposto no Regulamento deste Congresso, relativamente, á elaboração e publicação da História da América (IHGB, 1925: 108).

Como se pode ver no parecer da comissão, a proposta inicial prevista no Congresso foi mantida. A escrita da História da América como reunião de todas as histórias particulares através de uma síntese que, ao tratar de todos, também incluiria o Brasil na história do continente. Ele evidencia que a sugestão exposta no Regulamento seja levada a cabo pelo IHGB, provendo acordos para tal escrita, o que possibilita refletir sobre o potencial que o evento possuía dentro da lógica da diplomacia cultural conduzida pelo Itamaraty. Sendo assim, aludir à presença de congressistas e homens de Estado não estaria fora do contexto político-cultural.

primeira metade do século XX, ver: Fausto e Devoto (2004: 235-251). Cabe ressaltar que no ano de 1930 ambos os países passaram por golpes, que levaram ao poder o General Justo, na Argentina, e Getúlio Vargas, no Brasil.

A análise do anteprojeto, por sua vez, demonstra outras possibilidades para a ideia do projeto “*fundamentalmente proposto por Afonso Celso*”. O recorte temporal (da pré-história ao ano de 1900), a ordem cronológica e a ideia de síntese foram mantidas. Nesse sentido, o anteprojeto escrito pela comissão pode ser visto como ligado às ideias da Escola Metódica, que predominava na França em termos de produção historiográfica no período entre 1870-1930. Partindo da ideia de ciência, tal como prevista pelos metódicos, havia a rejeição pelos eventos presentes em detrimento daqueles do passado que poderiam ser alcançados pela análise de documentos, prioritariamente escritos (REIS, 2011: 36). Ele também abriu a possibilidade de tratar de questões gerais a todos os países, assim como de particulares, e que não estava prevista no projeto original. Tal ação demonstrava a abertura para outras formas de escrita que não apenas a prevista na concepção do Conde de Afonso Celso. Nesse ponto se pode ver que a comissão trouxe luz às contribuições levantadas por membros da delegação de outros países, em especial da Argentina e do Peru, tal como destacado nas linhas subjacentes.

O Anteprojeto previa a escrita de 38 capítulos, que partiam da análise do período pré-histórico até o século XIX, assim com uma evolução dos acontecimentos até 1900 (capítulos 1 a 25). Mas os capítulos 23 e 24 tratavam de uma questão latente naquele momento: a imigração e a presença de estrangeiros nos diversos países americanos. O que mostra que a posição de Levene, ao destacar a ideia de Benedetto Croce para a História, estava sendo considerada, ou seja, que ela é escrita do presente para o passado¹⁹. Nesse sentido, a alusão ao problema da imigração demonstra que para eles o presente pode sim trazer temas a serem estudados no passado, e que esses poderiam não ser debatidos apenas como questões de seu tempo, mas como questões históricas. A

¹⁹ Sobre a posição de Benedetto Croce de que a toda História é uma história do presente, buscando responder questões do presente, ver Carbonell, (1982: 12). Croce, em sua obra *História: Pensamento e Ação*, lançou bases para se pensar as regras para a compreensão de um livro de história; segundo ele, todo livro de história deve ser considerado em sua historicidade e isto consiste em observar o compromisso do autor com fatores de sua realidade e como o passado foi reconstruído. Sobre a modernidade do pensamento de Croce, ver: Nicodemo (2008: 31-36).

temática da imigração, no período compreendido entre 1870 a 1930, nas Américas, teve tamanha relevância que nos últimos anos tem sido ampliado o número de estudos que tratam da temática²⁰.

Entre os capítulos 26 a 38, as temáticas versavam sobre questões que atualmente seriam consideradas ligadas à História Cultural, tais como: *Direitos e garantias individuais, Educação e ensino, Belas-artes, Vida Privada e social. Organização familiar*, capítulos 34 a 37, respectivamente. Peter Burke demonstrou como muitos temas já estudados por historiadores vistos como tradicionais poderiam figurar no campo da História Cultural (BURKE, 2005). O que o historiador inglês não destacou em sua análise era a influência dos eventos e da circulação de intelectuais por várias partes do mundo, para demonstrar que a análise de tais temáticas estava mais ligada às fontes utilizadas pelos historiadores do que com a busca de especialização de campos de pesquisa. Nesse sentido, defende-se que os historiadores desse período não tinham a preocupação em estruturar a História a partir da aproximação com os campos especializados de História Cultural, Social, Econômica ou Política, tal como hoje fazemos, mas ao fazê-lo partiam do cotejamento da documentação para reconstruir eventos passados dentro de parâmetros de cientificidade previstos pelos métodos utilizados.

A cientificidade se ligava a uma maneira de produzir conhecimento, com certo distanciamento e a partir de uma instituição sendo validada e legitimada por pares, através do processo de disciplinarização do saber. As palavras de Pedro Calmon, citadas anteriormente, deixam transparecer que esse processo já estava em curso no Brasil, e tal reconhecimento por pares era uma constante. Nos estudos realizados por Iumatti e Velloso (2014), os autores indicam como a base científica era utilizada como forma de legitimar o conhecimento produzido pelo IHGB e seus congêneres estaduais em disputas políticas por território.

Para o caso francês, Cadiou et al. (2007: 173-174) destaca que se pode

²⁰ A critério de apresentação de parte de uma vasta bibliografia, cabe destacar: FAUSTO, 1999; *Revista Latinidade*, 2013; MENEZES, TROCONSO, MORA, 2014.

temer que essa busca de reconhecimento e legitimidade esconda uma competição simbólica e material, notadamente em relação a recursos públicos destinados às pesquisas. A explicação é insuficiente, mas ela tem o mérito de lembrar que o conhecimento científico é também uma atividade social. Contrariamente à arte ou à literatura, ele representa “uma comunidade de pesquisadores que dividem uma ‘linguagem’ comum, permitindo que as descobertas de uns possam ser avaliadas por outros” (NORIEL, 1997).

Para o caso brasileiro, as relações entre o IHGB e o Estado eram intensas. Tais relações poderiam ser percebidas nas verbas enviadas do segundo ao primeiro, no financiamento das viagens realizadas por seus pesquisadores, ou até mesmo na participação do Instituto Histórico e seus congêneres estaduais e municipais em querelas de território, através de posição tomada a partir de estudos científicos. O próprio financiamento do Congresso Internacional de História da América contou, como foi destacado anteriormente, com verbas provenientes do Estado Brasileiro e da *Pan American Union*.

Retomando a análise do anteprojeto, ele previa que uma Comissão Executiva Central teria que ser criada. Ela seria sediada no IHGB e procederia com a escrita da História Geral da América. Além de brasileiros, o anteprojeto previa a presença de membros estrangeiros “o quanto fosse possível” (IHGB, 1925: 189). A comissão deveria ser complementada por um relator presente em cada país membro, que possuiria uma Comissão Executiva Local. O relator seria responsável pela elaboração da monografia, que além do texto deveria conter uma nota bibliográfica sobre o tema tratado. Os escritos enviados à comissão central seriam avaliados no 2º Congresso Internacional de História da América, a ser realizado na Argentina. A presença de um texto e de uma nota bibliográfica pode demonstrar que no ofício do historiador naquele momento se fazia necessário conhecer não apenas as sínteses produzidas, mas novas fontes de estudos.

Na mesma seção em que o anteprojeto foi apresentado, a delegação do Uruguai fez a proposta que fosse criado um fórum de estudos permanente, e que o II Congresso Internacional de História da América fosse realizado em 1925 em Buenos Aires. Proposta aceita por todos os presentes. Destarte, tal escolha demonstra que havia um interesse dos historiadores e homens de letras dos diferentes países em manter as discussões e aproximações que um congresso desse tipo poderia arregimentar. A escolha pela Argentina demonstra que a delegação portenha pode ter conseguido se colocar como local de grande produção historiográfica. Seus delegados apresentaram uma série de memórias ao longo do congresso, mas em dois momentos pode-se destacar a auto divulgação. A primeira no discurso realizado por Ricardo Levene na primeira sessão plena. Esse historiador apresenta as transformações nos estudos históricos na Argentina e como a *Junta de Historia y Numismática* havia sido criada a partir do modelo do IHGB.

No segundo, Emílio Raviagnani apresentou uma memória intitulada *Breve relación sobre el Instituto de Investigaciones Históricas de la Facultad de Filosofía y Letras de Buenos Aires*, e José Maria Euzaguirre apresentou outra intitulada *La sucesion sociale em la Historia Argentina*. Em ambas as comunicações, os letrados fazem um breve histórico das transformações no ofício do historiador na Argentina. Isso não significa que fora apenas a exposição sumária que pode ter possibilitado tal escolha, mas tais preleções associadas às relações político-culturais podem auxiliar a compreender a posição adotada pelo representante do Uruguai ao propor que a próxima sede do Congresso fosse a Argentina.

Além do local da sede, a data escolhida para a segunda edição do evento traz em si parte da concepção de História que aqueles historiadores, letrados e homens de Estado possuíam e/ou defendiam. A data para ser realizado o II Congresso era o dia 25 de maio, dia que se comemora a Independência da Argentina. A produção historiográfica não era apenas para o conhecimento do passado, mas também servia para a Educação Moral e Cívica, fortalecendo o patriotismo. A temática da Pátria pode ser

vista em todos aqueles que discursaram, seja nas sessões de abertura e encerramento, seja nas duas sessões plenas.

Por fim, a produção do conhecimento histórico não deveria apenas ficar circunscritas a esses eventos. No final da seção, Pedro Dulanto, representante do Peru, solicitou um voto de congratulações ao fato da Argentina ter sido escolhida como sede para o próximo Congresso de História da América. Destacou a importância de José de San Martín para a História de seu país, assim como demonstrou a vinculação entre o Peru e a Argentina, pátria do grande libertador sul-americano. Em outros momentos, demonstrariam a busca de aproximação do delegado peruano juntos aos letrados do Brasil e da Argentina. As propostas e estratégias utilizadas podem ser reveladoras de possíveis conexões buscadas pelas delegações. Ele propôs, em seguida, a criação de cinco Institutos Internacionais na América para a investigação histórica. Eles teriam sede em Washington, México, Lima, Montevidéu e Rio de Janeiro. No caso do sediado na capital do Brasil, tal instituto deveria ser vinculado ao IHGB. Em sua escolha das cidades, Dulanto escolhe Montevidéu frente a Buenos Aires como uma possível sede dos institutos, o que demonstrar a tentativa para obtenção do apoio da delegação uruguaia a sua proposta, que fora aceita por aclamação.

CAPÍTULO IV:

O DEBATE SOBRE A HISTÓRIA COMO CIÊNCIA NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XX

No presente capítulo tomar-se-á o discurso de Oliveira Lima como fio condutor para analisar como se produzia História no IHGB no primeiro quartel do século XX. Além dele, utilizamos como fonte o texto escrito por Pedro Lessa () como prefácio ao livro *História da Civilização* de Henry Thomas Buckle, e o discurso proferido por João Ribeiro no IHGB, em 1915 (LESSA, 2014: 79-168; RIBEIRO, 2014: 281-286). Acrescenta-se a eles também a resposta ao discurso de posse de Pedro Lessa na Academia Brasileira de Letras, proferido por Clovis Beviláqua (BEVILÁQUA, 2005: 477-486). Todos tendo sido proferidos ou escritos nas duas primeiras décadas do século XX. Antes de iniciar-se a análise do conteúdo deles, cabe algumas palavras sobre eles.

Com exceção do texto de Pedro Lessa, os discursos de Beviláqua, Ribeiro e Oliveira Lima foram escritos para serem lidos e depois publicados. Este ponto em comum resultou na escolha dos mesmos, acrescido do texto de Lessa, que apesar de não ter sido escrito para esse fim, foi utilizado como requisito para a entrada dele como membro do IHGB. Ou seja, dos quatro textos, três foram escritos para serem lidos e ouvidos, como parte de uma *mise-en-scène* que compunha o fazer do historiador naquele período: produzir discursos orais para seus pares em Instituições de Pesquisa e/ou culturais.

Tanto o IHGB quanto a ABL devem ser considerados não apenas como *locus* de produção e circulação de saber, mas também como lugar de legitimação do saber, engendrado por quem visava estar nos círculos dominantes de produção cultural do período. Tal significado fica explícito no início do discurso de João Ribeiro, em 1915, conforme pode ser visto no trecho abaixo transcrito.

Agradeço a benevolência vossa em me chamar a vosso grêmio, devo seguir o exemplo de um acadêmico que famoso. Que em circunstâncias idênticas não quis confessar a sua falta de mérito. Pois que, confessá-lo (e em mim não seria falsa modéstia), seria diminuir o espírito de justiça, a sabedoria e a ponderação que preside vossas escolhas.

Se me escolherdes, é que certamente eu o merecia.

Sempre tive as mesmas preocupações que são vossas; há trinta anos, falando, ensinando ou escrevendo, sempre cultivei os assuntos nacionais que, todos, vos interessam. Eis a medida do meu mérito (RIBEIRO, 2014: 281).

Torna-se relevante ressaltar que a entrada de João Ribeiro como membro no IHGB ocorreu em 1915, após a modificação no estatuto do grêmio de historiadores conduzido na presidência de Afonso Celso. O redator do parecer foi Clovis Beviláqua, a partir da obra *História do Brasil* de João Ribeiro, livro escrito para ser um compêndio escolar. Além disso, como é possível observar, como dito pelo próprio João Ribeiro, ele e os membros do Silogeu Brasileiro tinham um interesse comum: a História do Brasil¹. Mas, não fora esse o motivo utilizado para reunir os quatro textos na presente pesquisa. Os quatro historiadores também compartilhavam a preocupação de como se fazer História e se ela era, ou não, uma ciência.

Outro ponto a se destacar antes de adentrar no conteúdo dos discursos propriamente ditos, consiste no fato de que a cerimônia de posse de um membro em uma agremiação consiste em um ritual a ser observado. Sem entrar na diferenciação entre o do IHGB e o da ABL, que eram as duas principais instituições culturais do Brasil no período, pode-se destacar a necessidade da presença de certo número de membros para que a cerimônia aconteça. A presença dos antigos membros a receberem o recém-chegado demonstra, no mínimo, que parcela dela concorda com as ideias e visão de mundo daquele que está entrando em seus quadros. Em ambos

¹ Essa preocupação comum ressaltada por João Ribeiro pode ser provada de várias formas, mas destaca-se o I Congresso de História Nacional, realizado em 1914, como um marco na preocupação do IHGB com a História do Brasil no primeiro quartel do século XX.

os casos, a produção acadêmica e cultural do candidato era considerada e analisada por uma banca julgadora, que poderia conceder parecer positivo ou negativo sobre o material apresentado. Além disso, o candidato poderia não apresentar nenhum material para análise, o que ocorria algumas vezes, ou a agremiação estar com todos os postos ocupados, fazendo com que o candidato tivesse que esperar a abertura de uma vaga.

Debates sobre o significado da História no primeiro quartel do século XX

Manuel de Oliveira Lima proferiu, em 1913, no IHGB, um discurso que é apontado por Lúcia Guimarães como um dos motivadores do Primeiro Congresso de História Nacional organizado pelo IHGB em 1914 (GUIMARÃES, 2007a). Formado em Letras no ano de 1888, Oliveira Lima seguiu a carreira de diplomata. Como o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco, ele foi um dos principais articuladores da imagem do Brasil no exterior, mesmo que em muitos casos discorda de ambos sobre a posição do Brasil no Pan-americanismo.

A obra de Manuel de Oliveira Lima tem sido revisitada nos últimos anos. Para o período entre 1900 e 1913, é impossível analisar sua produção sem considerar sua carreira no Ministério de Relações Exteriores. Oliveira Lima usava a imagem de Vanrhagem para se projetar no cenário internacional e, tal como ele, via como próxima a relação entre diplomacia e pesquisa histórica. Para Lima, o historiador deveria ser um bom narrador, devendo possuir tanto erudição como talento narrativo. Ele foi elevado a sócio honorário em 1912 pelo Conde de Afonso Celso e em 1913 retornaria ao Brasil depois de uma estadia na Europa. Como primeiro compromisso no IHGB proferiu o discurso *O atual papel do Instituto Histórico* (RODRIGUES, 2014).

O discurso se inicia com uma breve explanação sobre os motivos da demora em voltar para o Brasil e estar no Instituto Histórico. Aponta o convite feito por seu amigo, o “Professor Temperley, historiador demérito

que escreveu uma vida de Caming, e ultimamente se especializou na história Britânica do século XVIII” para escrever uma memória sobre a “guarda, conservação e divulgação dos arquivos brasileiros” (LIMA, 1971: 718). Temperley era o secretário do *Congresso Internacional de Ciências Históricas* que se realizou em Londres na primeira dezena do mês de abril, ou seja, poucos dias antes da chegada de Oliveira Lima ao Brasil. O pedido também não era isolado, o referido professor era o presidente de uma sessão do Congresso que tinha como objetivo “reunir uma série de memórias relativas a todos os países representados, tratando deste assunto [que] naturalmente se lhe afigura capital, melhor dito, essencial para a perfeita elaboração dos anais de cada nação, pois é axiomático que sem arquivos não poderia vir a constituir-se a ciência histórica, a qual vive de documentação” (LIMA, 1971: 718).

Naquele momento, compartilhava-se a visão de que produção de conhecimento histórico se fazia com documentos. Logo, saber como estava sua guarda, conservação e divulgação era de grande valia para o historiador. Além disso, a pesquisa em História se fazia com a consulta a documentação presente nos arquivos, geralmente os mais frequentados eram os públicos com documentação oficial (de caráter político-administrativo, na maioria das vezes). Conhecer os arquivos e como realizar a pesquisa neles fazia parte do ofício do historiador. Tal posição também fora defendida por João Ribeiro², em seu discurso de posse no IHGB em 1915, pois para ele era nos arquivos que se buscava a História.

Pedro Lessa, em *Reflexões sobre o conceito de História*, apontou que a História quando é atraente geralmente não é confiável. Lessa chegou a essa conclusão ao analisar a obra de autores greco-romanos, que para

² Segundo Gaparello (2013), João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, mais conhecido como João Ribeiro, era natural de Sergipe, tendo nascido em 1860. Estudou na Bahia, tendo largado a medicina para se dedicar ao Jornalismo e ao ensino. Foi professor de História e Português do Colégio Pedro II. Sua atuação acadêmica se estende pelos campos da Gramática, Pedagogia e História, além de contribuir com uma série de periódicos como Revista Sul-americana, A Semana, e o Globo. O livro *História Universal*, escrito por ele, figurou na lista de livros do Colégio Pedro II entre 1892 a 1926, tendo como um dos primeiros capítulos “Noções preliminares: objeto da história e seus métodos”.

ele tinham preocupação com a forma de escrita, mas não dominavam os métodos de crítica da História. Para justificar sua posição se apoia na de Charles Langlois, Charles Seignobos e Hypolite Taine (1828-1893). Tal posição não é compartilhada por todos os historiadores do período, como Afonso Celso, Max Fleiuss e Oliveira Lima, por exemplo.

Oliveira Lima aponta como deveria ser o trabalho do historiador naquele momento, visto que deveria dominar “os cânones da heurística, da diplomacia e da crítica de interpretação”, assim como se devia fazer “um escrupuloso exame de provas” e “cirandar meticulosamente os documentos” (LESSA, 2014: 81). Oliveira Lima e Pedro Lessa discordavam quanto ao estilo de escrita, mas não quanto ao rigor da análise das fontes. Posição também compartilhada pelo argentino Ricardo Levene.

Ao olhar para a produção desses historiadores, a historiografia universitária, em especial pós-1930, seja na Europa, seja no Brasil, a qualifica como História Política, de carácter factual, narrativa e ligada ao Estado. Segundo José Carlos Reis (2011: 25), para o caso francês, dentre os motivos que levaram Lucien Febvre a criticar o tipo de historiografia produzida pela Escola Metódica estava o fato dela ser a história dos vencidos de 1870, assumindo a inferioridade francesa frente à vitória alemã. Para o caso brasileiro, Janotti (1998) aponta que a produção do IHGB para o período da Primeira República estava ligada a uma cultura histórico-política, com trabalhos ligados aos fundadores da República.

A partir das fontes analisadas, nota-se que a categorização de História Política para a produção historiográfica brasileira entre 1870-1940 demandaria um nível de especialização que apenas se formou com a criação dos cursos de História nas universidades, além de que ela não era buscada pelos historiadores do período. A categoria de História Política criada e divulgada pela produção historiográfica universitária pode ter sido a responsável pela visão reducionista que se possui ao analisar a produção ligada à Escola Metódica e ao IHGB no período, o que tem gerado novos estudos sobre a produção de historiadores, pois ela versava por temas que anos depois seriam relidos como de História das Mentalidades ou História Cultural.

A crítica à produção historiográfica da Escola Metódica como História Política pode ser levada a cabo, pois foi com a formação universitária que houve grande especialização do ofício do historiador. Ao comentar as transformações pelas quais passava História Social nos anos 1930/40, Mattos (1997) destacou que o marxismo e os *Annales* buscaram produzir uma História Social de forma interdisciplinar, em oposição à História tradicional produzida até aquele momento³. A busca pela interdisciplinaridade e a projeção de uma visão negativa acerca de tal produção fez com que ela fosse pouco examinada pela historiografia universitária que se formava naquele momento. O próprio uso do adjetivo tradicional, utilizado de forma pejorativa, demonstra que a forma como a História era produzida anteriormente era criticada e desqualificada, sendo a produção universitária nova e moderna.

Hebe Mattos ainda destaca que o caminho trilhado pela História Social lutava contra “a crescente tendência à fragmentação das abordagens historiográficas, esta acepção da expressão é mantida como horizonte da disciplina” (1997: 46). Ao qualificar a produção como tradicional ou política, impunham uma especialização que tais historiadores não possuíam, sendo uma análise a posteriori. Como argumento para a escrita da História no período, defendo que nela havia o predomínio de questões políticas, seja pela vinculação com o Estado-Nação, seja pelo tipo de fonte utilizada, mas que qualificá-la como História Política pode levar a uma redução da diversidade que tal produção possuía. É nesse sentido que cabe à História da Historiografia questionar a memória disciplinar, pois entre um período e outro é possível observar continuidades e rupturas.

Entre 1870-1930, o processo de formação disciplinar vinha ocorrendo no Brasil e em vários países da América, embora o processo não fosse acompanhado pela institucionalização dos cursos de História

³ Tal posição também pode ser vista no texto de Francisco Falcon, quando ele diz que a escola metódica deve assim ser chamada, uma vez que “era no método que seus adeptos faziam repousar as garantias de cientificidade julgadas por eles indispensáveis ao verdadeiro conhecimento histórico. Seja como for, o fato mais importante para nós é o de que essa historiografia levou a supremacia da história política – narrativa, factual, linear – ao seu apogeu nos meios em geral” (FALCON, 1997: 65 e 66).

em universidades. No caso brasileiro, a formação do historiador em nível superior apenas começaria a ocorrer nos anos 1930, quase duas décadas após o caso argentino ocorrido nos anos de 1910. A própria proposta de criação de cátedras de História da América, tal como foi defendida no Congresso Internacional de História da América, em 1922, para locais mesmo onde não existia o curso superior, a nosso ver, demonstra que o processo de disciplinarização vivido no continente americano era singular e precisa ser observado mais de perto⁴.

Nas palavras de Oliveira Lima, pode-se notar que o seu amigo professor Temperley havia se especializado há pouco tempo na História Inglesa do século XVIII. A universidade demandava professores de diversas áreas para compor seu currículo. Na prática, a forma de se fazer História pouco havia se modificado entre os cânones da História de antes e no momento de surgimento e consolidação da História em cursos superiores, basta considerarmos que muitos dos historiadores anteriores à formação universitária compuseram seus quadros iniciais e influenciaram pesquisas realizadas pelos alunos em suas monografias finais de curso.

Para estudar a escrita da História no início do século XX, Arlette Gasparello tomou como base a produção de compêndios de dois historiadores brasileiros: Jonatas Serrano e João Ribeiro. Essa historiadora relata a surpresa ao ler a obra de Langlois e Seignobos, *Introduction aux Études Historiques*, por não ser um livro vinculado à História Política, tal como a visão que se consolidou na historiográfica brasileira. Aponta que livros escritos por Charles Seignobos circularam no Brasil, tanto no original como com traduções. A obra *Histoire de la Civilization* esteve presente na lista de livros indicados no Colégio Pedro II. Segundo Gasparello (2013: 160), a proposta de História da Civilização de Seignobos “afasta-se do acontecimento e da história política, mas privilegia os avanços e as conquistas culturais”. A produção de Seignobos e Langlois influenciou a produção dos compêndios escolares de Jonatas Serrano e João Ribeiro.

⁴ Para o caso Europeu, em especial francês, inglês e alemão o processo de disciplinarização ocorreu junto com a transposição para o ambiente universitário (NORIEL, 1997).

Em uma passagem de *Reflexões sobre o conceito de História*, de Pedro Lessa, também se torna possível averiguar a preocupação de historiadores daquele período indo para além das questões políticas. Segundo Lessa, ao comentar a diferença entre historiadores da antiguidade greco-romana e os de seu tempo, destacou

Taine caracterizou bem a história, tal como foi compreendida pela antiguidade clássica, dizendo que ela nos oferece unicamente uma sucessão de acontecimentos, e não classes de fatos. Preocupados com os feitos bíblicos e as ações dos políticos, historiadores do período greco-romano poucas ou nenhuma informações nos ministram sobre a indústria, o comércio, e os costumes domésticos, a religião, as letras, as artes liberais e as mecânicas, sobre todos aqueles fatos estudados hoje pelos historiadores, como conteúdo principal da história (LESSA, 2014: 85).

Pode-se ver, então, que a preocupação dos historiadores no primeiro quartel do século XX estava em questões que iam muito além da História Política e Diplomática, temos como a indústria, costumes domésticos, artes e letras faziam parte do estudo do historiador. A historiografia universitária brasileira ao caracterizar, nas décadas de 1940-1990, período de sua formação e consolidação, o período anterior, criou uma memória de ruptura, em que as continuidades não foram evidenciadas. Esse ponto torna-se ainda mais emblemático, como pode ser observado nos temas das seções e subseções do I Congresso Internacional de História da América.

Outro ponto a se destacar acerca das afirmações de Arlette Gasparello consiste no fato dos livros de pesquisadores franceses circularem no Brasil tanto em instituições de ensino, como o Colégio Pedro II, como em instituições de Pesquisa, tal como afirma Lúcia Guimarães a propósito da influência da obra *Introduction aux études historiques* no Primeiro Congresso de História Nacional (GUIMARÃES, 2005; 2006). A produção brasileira não estava alheia à produção europeia e estadunidense do período, o que demonstra que, mesmo sem a formação universitária, havia no Brasil

a preocupação com a constituição disciplinar da História (SANTOS; NICODEMO; PEREIRA, 2017; PEREIRA, SANTOS, NICODEMO, 2015).

Para o caso francês, em que a disciplinarização ocorreu junto com a formação universitária, Noriel (1997) aponta as vinculações entre os professores e os partidários da III República Francesa. A institucionalização possibilitou maior mobilidade social, uma vez que se criou toda uma hierarquia e carreira para o professor-historiador. Esse processo levou ao rompimento com o ecletismo presente no ofício do historiador anterior à formação universitária e à instituição de princípios científicos a serem legitimados pela ação dos pares. No processo, a questão do método passou a ser tão importante quanto o aval dos pares para que um historiador alcançasse reconhecimento.

Na passagem do século XIX para o XX, na França, o que definia o trabalho do historiador era “l’agregation, le travail sur archive, la thèse” (NORIEL, 1997: 231). Além disso, destaca que “l’historien exerce une fonction publique, mais comme expert ou conseiller dans les ministeres” (NORIEL, 1997: 236). Conforme demonstrado nos capítulos anteriores, o conhecimento histórico era utilizado para dirimir questões de limites territoriais, sendo a posição validada pelo método científico. Não à toa, o Conde de Afonso Celso em seu discurso na abertura do Congresso de História da América compararia o IHGB a um velho conselheiro do Estado, cabendo-lhe divulgar a História e auxiliar na educação patriótica.

No discurso de Oliveira Lima se pode observar que são as fontes que conduzem a especialidade que a escrita da História iria assumir. Ou seja, o historiador, ao buscar nos arquivos um conjunto de fontes, era o conteúdo delas que garantiria o caminho a ser seguido e não a especialização ligada a um determinado campo da História. Em mais de uma passagem o diplomata brasileiro demonstra essa forma de produzir História. Segundo ele,

em Portugal, os arquivos públicos estão muito longe de se acharem esgotados. Pelo contrário, impõe-se como trabalho inicial e paciente, seguido e minucioso dos papéis do Conselho Ultramarino, que tão de perto nos dizem respeito.

Eles encerram a verdadeira história social e econômica do Brasil colonial, assim como as atas do nosso extinto Conselho de Estado contêm a história política e diplomática do Império em sua trama íntima (LIMA, 1971: 719, grifos nossos).

E mais à frente continua

Da Holanda, onde já trabalham com extraordinário proveito Joaquim Caetano e José Higino, sabeis que vosso Dr. Pedro Souto Maior ainda conseguiu ultimamente trazer valioso material inédito, e o extrairia em abundância se para ali pudesse transladar sem demorar, como faço votos que aconteça algum dia, no interesse de melhor compreensão do nosso passado; a História militar da ocupação holandesa já está feita; não assim sua história social, por enquanto falha e descurada (LIMA, 1971: 719).

Oliveira Lima, nos trechos acima, apresenta como havia documentos existentes, fosse em Portugal, fosse na Holanda, que seriam de grande valia para quem buscasse pesquisar e escrever História. A partir das fontes era possível analisar aspectos da vida humana para além de questões políticas. Por isso, questiona-se a posição que a produção historiográfica do período entre 1870 a 1940, em especial realizada no IHGB, fosse de História Política. A partir das palavras de Oliveira Lima é possível revisar a categoria de História Política, criada nas universidades, como forma de designação da produção do conhecimento histórico pelos adeptos da escola metódica na Europa e, em especial, no Novo Mundo. Não se está negando a vinculação com o Estado, com o projeto de Educação Patriótica e com o nacionalismo. Contudo, olhando para como os próprios atores compreendiam seu fazer, compreende-se que ao utilizar a expressão História Geral queriam designar o conhecimento do passado em todos os seus aspectos, seja ele político, econômico, social ou cultural, tal como a expressão História da Civilização, como apontado há pouco.

Oliveira Lima, ao destacar que sobre a História militar da ocupação holandesa já havia pesquisas, mas de sua história social não, aponta para o fato de que os historiadores do período visavam reconstruir a história

na sua totalidade, sendo a especialização consequência dos recortes e fontes, e não uma especialização prévia, tal como passou a ser construído o ofício do historiador com as universidades. Ao buscarem explicar o passado acessando as fontes encontradas em arquivos, em especial, em arquivos públicos ligados ao Estado, e ao estarem vinculados a ele de diversas formas, o predomínio dos fatores políticos pode ser visto como resultado da ação e não uma especialização do conhecimento histórico em uma subárea ou campo dentro da disciplina. Além disso, a própria atuação do IHGB junto ao Ministério de Relações Exteriores na promoção do I Congresso Internacional de História da América reafirma tal ligação, mas seu estudo nos aponta para uma forma mais ampla de se produzir conhecimento histórico para além da História Política.

Outro exemplo para corroborar tal questionamento encontra-se na obra *História da Civilização* escrita por João Ribeiro. O livro apresenta 65 capítulos que cobrem da História da Antiguidade à I Guerra Mundial (1914-1918), considerando também um capítulo sobre a História e seus métodos. Nesse livro, além disso, João Ribeiro chegou a analisar a experiência da Revolução Russa (1917). Segundo Gasparello (2013), o compêndio alia História Política à Cultural. Porém, ao se analisar o artigo de Gasparello, observamos que as designações História Política e História Cultural são classificações utilizadas pelos historiadores universitários, pois no período em questão seu significado era outro.

Da mesma forma, não se pode esquecer que os historiadores nesse momento são agentes participativos do campo político e estavam abertos a debater o que era seu ofício, se questionando se ele era ou não científico (GOMES, 2009). Sob a formação dos historiadores nas primeiras décadas do século XX, Gomes (2009: 10) indica que eles possuíam “formação bastante diferentes, embora as arcadas das faculdades de Direito fossem seu melhor celeiro; eram praticantes do jornalismo e do magistério, sendo professores de muitas disciplinas, entre as quais filosofia, a língua pátria, a corografia e também a história universal e do Brasil”. Tal realidade pode ser indicativa, para o Brasil, de que o processo de disciplinarização já estava em curso, mesmo antes do surgimento dos primeiros cursos de História em universidade na década de 1930. Considerando os quatro

personagens dos quais utilizamos os discursos, ver-se-á que Oliveira Lima era formado em Letras, João Ribeiro era jornalista, Pedro Lessa e Clovis Beviláqua tinham formação em Direito, comprovando os argumentos de Ângela de Castro Gomes.

Retomando o discurso de Oliveira Lima, poder-se-á questionar a posição do Brasil frente a outros centros de produção do conhecimento histórico. Manuel de Oliveira Lima questionava a diminuição de contato com a produção alemã frente a de outros países como Inglaterra e Estados Unidos⁵. Segundo ele

O Brasil deve, aliás, muito à ciência e até um pouco à arte germânicas. Os nomes de Spix e de Martius, do príncipe Wied-Neuwied e de Pohl, de Rugendas e de Brumeister devem ser prezados entre nós pelo ardor com que realizaram suas explorações, pela consciência que puseram nos seus estudos etnográficos, botânicos e zoológicos, pelo gosto com que fixaram os aspectos pitorescos da nossa paisagem e população. É lamentável, para não dizer censurável, sendo tão pouco divulgada entre nós a língua alemã, não se achem traduzidas em vernáculos as interessantíssimas viagens de Spix e Martius que, segundo ouvi do senhor secretário perpétuo, o Instituto pensa justamente agora mandar verter, pelo que o felicito cordialmente. Outras obras de resto existem em alemão, mesmo obras históricas sob a forma de contribuições pessoais, sobretudo para os anos do primeiro reinado, que não só merecem como carecem de ser conhecidas para uma exata compreensão dos acontecimentos dessa época. Nem

⁵ Além de pensar a circulação de ideias em termos de produção historiográfica, não se pode perder o horizonte que Oliveira Lima ao advogar pela aproximação com a Alemanha frente a Inglaterra e EUA estava se posicionando frente ao pan-americanismo. O IHGB fora dirigido pelo Barão do Rio Branco até sua morte em 1912, tendo ele influenciado na forma como a Instituição olhava para a relação com outros países. Para corroborar tal ideia, basta olhar para a organização do Congresso de História de 1908, que não ocorreu por causa da morte do Rei Português D. Carlos, mas que o IHGB atuava como parte da política diplomática do Itamaraty. Para Oliveira Lima, o Brasil não deveria se aproximar dos Estados Unidos, posição que era contrária à do Barão do rio Branco. Tal oposição ficou evidente no Congresso Pan-americanos de 1906 (BONAFÉ, 2008).

preciso recordar que a única História Filosófica do Brasil, de Handelman, nunca mereceu honras de uma tradução.

O Instituto agora criado em Bonn visa e, dada a constância do caráter alemão, chegará sem dúvida a coagir, enfeixar e sistematizar semelhantes estudos latino-americanos, não deixando sumir a tradição científica na corrente industrial, se bem que a indústria alemã seja considerada a filha da ciência alemã. Tenho a honra de pertencer ao conselho diretor deste Instituto Teuto-Sul-Americano, que é um fruto do melhor meio acadêmico alemão, e posso recomendá-lo à boa camaradagem do Instituto Histórico.

O nosso latinismo não perigará por causa desse convívio com o germanismo, antes terá muito a lucrar, rasgando-se novos horizontes intelectuais e colaborando em afirmar a solidariedade moral, que deve ser o objetivo principal da cultura hodierna (LIMA, 1971: 722).

No trecho em que cita o secretário perpétuo, Max Fleiuss, o diplomata brasileiro indica que dele ouviu que as viagens de Spix e Martius seriam traduzidas do alemão para o português. A falta de domínio desse idioma tornava-se uma barreira para os membros do IHGB acessarem a produção documental e bibliográfica na língua germânica⁶. A falta de conhecimento de tais dos documentos, por sua vez, indicava que o passado não poderia ser acessado por inteiro, compondo uma História Geral, demonstrando que, para Oliveira Lima, as fontes serviam para que o passado fosse plenamente acessado, posição que era compartilhada por outros historiadores do período, tais como viu-se nas linhas subjacentes. Além disso, não se pode deixar de apontar que no IHGB circulavam

⁶ Cabe ressaltar que na comitiva da princesa Leopoldina que desembarcou no Novo Mundo em 1817 a Missão Artística Austríaca. Nela estiveram presentes Spix e Martius, que circulariam pelos territórios brasileiros na primeira metade do século XIX e produziram uma série de estudos nos campos da botânica, zoologia e etnografia. O desconhecimento de tais fontes, para Oliveira Lima, contudo, fazia com que os acontecimentos do Primeiro Reinado não fossem de todos conhecidos, o que evidencia o papel que as fontes possuíam para o fazer do historiador. Caberia ao Instituto proceder com, ao menos, as traduções.

homens de Estado e letrados que atuavam em periódicos diversos, o que para Oliveira Lima poderia servir de divulgação de suas ideias.

Ao estudar as gerações de literatos brasileiros entre 1870 e 1922, Sérgio Micelli aponta que havia diferenças quanto a sua atuação em órgãos políticos e quanto à autonomia intelectual. Para isso, Miceli (2001) divide escritores em três grupos: a *geração de 1870* teria sido marcada pela atuação política e literária, ao modelo inglês; nesse ponto vemos como necessário acrescentar à posição de Miceli a literatura alemã, tornando-a anglo-saxônica; a *geração de 1908/10* seria marcada pela atuação literária, tais como o modelo francês; e a *geração de 1922* possuía uma atuação literária de livre escolha a partir das vanguardas europeias. O que nos interessa nessa análise é menos sua tipologia e mais a origem da influência de cada período.

A presença de autores alemães e de outras nacionalidades pode ser vista também em duas outras fontes consideradas mais diretamente nesse capítulo: (i) o texto de Pedro Lessa, na sua posse como membro do IHGB em 1907, e (ii) no discurso de Max Fleiuss, no jantar de encerramento do I Congresso Internacional de História da América em 1922. Nomes como Karl Ottfried Muller (1797-1840), Barthold Nierbuhr (1776-1831), Theodor Mommsen (1817-1903) e Numa Denis Fustel de Coulanges (1830-1889) foram apontados por Fleiuss e Lessa como estudiosos do campo da História com produção relevante para quem deseja se dedicar ao estudo da área. O quadro 6 apresenta a transcrição da forma como os referidos autores europeus foram citados por Pedro Lessa e Max Fleiuss.

Quadro 6 – Estrangeiros citados por Pedro Lessa e Max Fleiuss

Pedro Lessa	Max Fleiuss
É lendo Ottfried Muller, Thirwall, Grote, Niebuhr, Mommsen, Cartius, Fustel de Coulanges, que bem sabemos e compreendemos a Grécia e Roma.	Compartilhei sempre a opinião daqueles que reconhecem no culto da filosofia da História, da grande ciência de Mommsen, Niebuhr, Ottfried, Flint, Gibbons e Fustel de Coulanges, o mais vigoroso fator da vitalidade, de expansionismo e conagraamento intelectual.

Fonte: LESSA, 2014: 85.

Fonte: IHGB, 1925: 234.

Os motivos indicados são diferentes entre os dois historiadores, apesar da lista elencada ser praticamente a mesma. Contudo, a proposição dessa lista corrobora a urgência de um exame das historiografias em redes transnacionais, tal como propõem Santos, Nicodemo e Pereira (2017) e Pereira, Santos, Nicodemo (2015). Como destacam, pensar em termos de historiografia global não é apenas olhar para a influência europeia em outras partes, mas os processos de adaptação criativa e as formas peculiares dele resultantes. Como temos demonstrado, o I Congresso Internacional de História da América deve ser visto como um momento privilegiado de tal circulação de ideias.

Ao analisar a obra *História da Civilização na Inglaterra* de Henry Thomas Buckle, Pedro Lessa apresenta uma série de questionamentos sobre a concepção do historiador inglês acerca da História ser ou não uma ciência. O argumento desenvolvido por Buckle se baseava no evolucionismo, posição com a qual Pedro Lessa tinha aproximações. Essa situação, por sua vez, não levou o historiador brasileiro a se posicionar da mesma forma que o inglês, pois apontava que a História não era uma ciência, ao contrário da defesa de Buckle. O que demonstra que compartilhar as mesmas referências não significava a aceitação irrestrita de suas posições.

Clóvis Beviláqua em seu discurso na ABL analisou a aproximação de Pedro Lessa com as teorias desenvolvidas na Europa. Beviláqua apontou que apesar de ser um evolucionista, tendo em Spencer um aporte teórico, Pedro Lessa nem sempre concorda com o alemão, assim como aceitava outras visões e posições teóricas (BEVILÁQUA, 2005: 83-84). Além disso, o próprio Pedro Lessa questionou o uso que Henri Buckle fez da obra de Rocha Pitta e da sua tese de que o clima determinaria o atraso brasileiro, apontando que além de contrário a essa ideia evolucionista, o governo pode agir para promover ou não o desenvolvimento (LESSA, 2014).

Segundo Pedro Lessa,

como explicar o fato de não ter tido o Brasil uma civilização adiantada, como no México ou no Peru? Buckle forja uma

teoria curiosa, e cujo único assento é uma noção falsa da geografia física de nosso país. [...]

A exageração de Buckle é desculpável, quando vemos um escritor brasileiro [, o escritor baiano Rocha Pitta,] descrever o seu país com hipérboles ainda mais arrojadas e com amplificações retóricas ainda mais falsas (LESSA, 2014: 132).

Na citação acima, podemos ver que a forma como Buckle parte da análise da obra de Rocha Pitta para apresentar os motivos para o Brasil não possuir uma grande civilização quando do início da conquista na América pelos europeus nos séculos XV e XVI. Além disso, como destaca Ângela de Castro Gomes, no Brasil, na passagem do século XIX para o XX, havia uma crítica ao evolucionismo. O pensamento social brasileiro interpretava as teorias científicas e evolucionistas ora aderindo, ora negando suas posições. Os textos escritos por Buckle já encontravam críticas no Brasil, pois autores como Sílvio Romero já apontavam que a questão não era o historiador inglês apontar o atraso do Brasil como fruto do determinismo da natureza sobre a ação humana, mas as causas do mesmo, ao colocar a questão da natureza como único aspecto (GOMES, 2009). E quanto a cientificidade da História?

Pedro Lessa encerra seu texto advertindo que a ela não é uma ciência, mas que nem por isso o emprego dos métodos científicos que faz a torna algo menor que outras. Para chegar a essa conclusão se utiliza do conceito de que uma disciplina para ser ciência precisa formular leis gerais, tais como a Física. Em seu discurso, 10 anos depois, Beviláqua reabriu a questão citando o próprio texto de Lessa demonstrando que o fato da História não produzir leis gerais não a desqualifica como ciência, pois a mesma se utiliza de métodos científicos, pois para ele na História “há elementos de uma ciência, não de leis ou de noções, mas de fenômenos, que se expõem metodologicamente coordenados, segundo a relação de casualidade”⁷ (BEVILÁQUA, 2005: 84).

⁷ Cabe destacar que por ciência social Pedro Lessa compreendia a Sociologia e por Ciências Especiais apontava a Economia Política, o Direito e a Política.

Ao observar-se qual seria a função da História para Pedro Lessa, pode-se notar que ela se aproxima da defendida por Clovis Beviláqua. Segundo ele, “a função da história consiste em coligir e classificar metodologicamente os fatos, para ministrar os materiais que servem de base à ciência social fundamental e das ciências especiais” e completou dizendo que “a história coleciona e dispõe metodicamente os materiais, os fatos, em cuja observação e comparação haurem suas induções, ciências diversas” (LESSA, 2014: 153). Nesse sentido, tal como Beviláqua para quem a História se fazia a partir de métodos, Lessa defendia que ao não produzir leis gerais ela não pode ser vista como ciência.

A posição de Beviláqua de que são os métodos científicos que dão à História o caráter de ciência pode ser observada também no discurso de Max Fleiuss no jantar de encerramento do Congresso. Para Fleiuss, “notáveis historiadores como Hipolyte Taine, aplicando ao estudo da História o mesmo processo experimental das ciências naturais, investiram-na de verdadeiro cunho científico” (IHGB, 1925: 235). Outrossim, pode-se ver que a própria noção de ciência foi se modificando ao longo das primeiras décadas do século XX, ou seja, se no final do século XIX era importante que uma ciência desenvolvesse leis gerais, tais como a Física, a posição de Clovis Beviláqua e Max Fleiuss aponta para o fato de que com o passar do tempo a defesa da cientificidade da História se fazia por seu uso de métodos científicos.

Retomando o discurso de Manuel Oliveira Lima, outra questão surge como importante: observar a circulação dos intelectuais pelos diversos centros de pesquisa do mundo, ou pelo menos do ocidente. Ao indicar que já participava do Conselho diretor do Instituto Teuto-Sul-Americano, Oliveira Lima deixa transparecer outros dois aspectos da circulação de intelectuais no período. O primeiro ligado ao fato de que ao circularem, muitos letrados acabavam por pertencer a instituições congêneres em outros países. A aproximação de membros do IHGB com instituições congêneres pode ser observada na entrega de certificados de sócios correspondentes da *Junta de Historia y Numismática* para Conde Afonso Celso, Barão de Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Manuel Cícero Peregrino da

Silva e Eugenio Egas na primeira sessão plena do Congresso. Porém, é curioso notar que em carta enviada pela *Junta de História* ao IHGB, Levene avisava ao presidente e ao secretário perpétuo da instituição brasileira que havia ocorrido uma sessão solene na *Junta* em agosto de 1922, que dentre os assuntos tratados houve uma homenagem o Brasil e os presentes decidiram pela nomeação de alguns membros do Instituto Histórico como correspondentes de sua congênere argentina.

No arquivo pessoal de Fleiuss sob guarda do IHGB, há um recorte do jornal *La Nación*, datado de 20 de agosto de 1922, relatando essa sessão especial. De início, cabe ressaltar o uso que se fazia dos periódicos como meio de divulgação das atividades desses letrados. Uma matéria publicada na edição de domingo demonstra o prestígio que tais Instituições, como a Junta de História e o IHGB, possuíam e o uso que fazia dos periódicos como forma de divulgação de seus trabalhos e da produção historiográfica. Além disso, muitos dos homens de letras que atuavam em institutos de pesquisa também atuavam como jornalistas ou escreviam com uma certa periodicidade para diferentes tipos de periódicos.

No recorte, lê-se:

[...]

DESIGNACIÓN DE SÓCIOS CORRESPONENTES EN EL BRASIL

El Dr. Ricardo Levene propuso a continuación que con motivo de la adhesión de la Junta al Congreso de Historia Americana que se reunirá en Rio de Janeiro celebrando la emancipación del Brasil, se designarán en carácter correspondiente a algunos reputados interactuáis dedicados a los estudios históricos en el Brasil. El Dr. Levene hizo la presentación de títulos y antecedentes de los señores barón Ramiz Galvão, conde de Afonso Celso, Max Fleiuss, Alfredo Bernardes da Silva y Basílio Magalhães. La Junta de Historia designó a los nombrados socios correspondientes de la corporación, por unanimidad de votos⁸.

⁸ Recorte de Jornal – *La Nación*, 1922. Arquivo pessoal de Max Fleiuss sob guarda do IHGB.

No recorte acima se pode observar que o momento escolhido para realizar as homenagens aos historiadores brasileiros estava ligado ao Centenário da Independência do Brasil. Contudo, o que levou os argentinos a realizarem a ação foi o fato de compartilharem com os brasileiros as formas de produção do conhecimento histórico. Demonstra-se, também, que fora o próprio Ricardo Levene o articulador para que os historiadores brasileiros recebessem o título de sócio correspondente da congênere argentina. Ele também apresenta o esforço de Levene para que a *Junta de Historia* mantivesse em sua programação a participação no Congresso de História da América. Pode-se confirmar pelas atas que a Argentina foi o país que mais enviou representantes. Dos 21 argentinos, 4 eram membros da *Junta de Historia*, dentre eles tem-se Ricardo Levene, Enrique Ruiz Guiñású, Alfredo Palacios e Juan R. Rébora.

O segundo, porém, traz algo sobre o olhar que a Europa, em particular a Alemanha, tinha sobre o Novo Mundo. A fundação do Instituto pode ser vista como o desejo alemão em conhecer melhor os locais que poderiam se tornar parceiros comerciais, econômicos e/ou políticos. A expansão da indústria alemã pode ser entendida como um dos motivos para o olhar para a América Latina poucos anos antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Do trecho acima transcrito, pode-se averiguar que a aproximação com os germânicos não era lida por Oliveira Lima como algo que ameaçaria o latinismo. Cabe lembrar que o presente diplomata era um crítico à aproximação do Brasil com os Estados Unidos por via do pan-americanismo e que ele compreendia que tal processo deveria considerar as nações sul-americanas. Dessa forma, ele mesmo poderia servir de elo entre o IHGB e o congênere alemão, o que pode traduzir a segunda relação presente na circulação dos intelectuais no período, a realização de acordos com instituições e, por conseguintes, governos de outros países. Posição que também pode ser observada nos representantes das delegações presentes no Congresso Internacional de História da América, realizado em 1922.

Do discurso desse letrado, há mais dois fatos que têm que ser considerados para se analisar o *atual papel do Instituto Histórico*. O

primeiro se liga à forma como o passado deve ser observado na defesa do nacionalismo. Segundo ele:

Para amar o Brasil como ele deve ser amado, não se deve denegrir um período para enaltecer o outro, não se devem exaltar os próceres da Independência à custo dos portugueses que a tornaram possível, nem os propagandistas da República à custa dos homens de Estado do Império, que nos deram o gosto da paz, da ordem associada a liberdade e das coisas da inteligência.

Há que enxergar em todos os seus serviços reais embora os seus possíveis defeitos, mas só indagar do que cada um contribuiu para a grandeza da pátria que nos é felizmente comum, e cujo culto não é privilégio, quer de pessoa, quer de regime (LIMA, 1971: 724).

No trecho acima, Oliveira Lima evidencia que a forma de se olhar para o passado é marcada por disputas e elas estavam ocorrendo na produção de historiadores da Primeira República. O papel da República que foi instaurada no Brasil em 1889 era de formar novos cidadãos através de uma cultura cívico-patriótica, que utilizava o passado como fundamento para tal construção. Entre a década de 1890 e a de 1920, muitas vezes o olhar para o passado foi marcado pelo desprezo pelo período imperial, visto como incapaz de construir no Brasil uma cultura de solidariedade e paz, além do elemento nacional, posição que não era unívoca. Para tanto, o passado deveria ser reelaborado a partir de demandas do presente vivido (GOMES, 2009).

Ao examinar tal tema no decurso da primeira república, Ângela de Castro Gomes indica que “o desafio dos historiadores do IHGB era o de tornar palatável uma articulação entre Colônia, Império e República, sem obscurecer as tradições dos primeiros, mas sem ferir o desejo de legitimidade da segunda” (GOMES, 2009: 31). O mesmo papel podia ser visto na História Ensinada, uma vez que, como destaca Bittencourt (1988), o nacionalismo no início do século XX continha elementos que extrapolavam os muros da escola, pois incluíam festas cívicas e

datas comemorativas com o claro objetivo de desenvolver o sentimento nacional; tal postura foi se modificando na segunda década do referido século e ganhando contorno da busca de conhecimento sobre o Brasil, em especial com o desenvolvimento de estudos brasileiros.

Torna-se relevante sublinhar o fato de que, no ano de 1922, no conjunto das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, ocorreram momentos em que a ideia de nação foi repensada, tais como a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, e a Exposição Internacional no Rio de Janeiro. O próprio nacionalismo e regionalismo estavam em debate no decurso da década de 1920, como se pode ver nos diversos modernismos (o paulista, o mineiro e o pernambucano), ou no debate sobre o que era ser moderno na montagem da Exposição Internacional (disputas entre o neocolonial versus o art déco e art nouveau).

Para cumprir tal desafio no momento de seu discurso, na década de 1910, o diplomata pernambucano em seu discurso ainda deixou o caminho a ser seguido: “a reunião de um Congresso histórico brasileiro, em que fossem apresentados todos os institutos históricos estaduais, formando-se uma federação intelectual e afetiva”; e completa dizendo que “nossa bela unidade política, e o que é moral, compete aos Institutos Históricos e a este principalmente e especialmente, que é o mais antigo e ilustre de todos, representando como que a capital para as províncias, zelá-la, defendê-la e assegurá-la por todos os meios ao seu alcance” (LIMA, 1971: 721).

Ele mesmo diz que os Congressos de Geografia já eram realizados, porém não os de História. As palavras de Oliveira Lima serviram de inspiração para que o IHGB organizasse e realizasse o I Congresso de História Nacional, em 1914. Ao final desse evento, os membros nele presentes decidiram pela realização de um Congresso Internacional de História da América no ano em que o Brasil comemoraria seu primeiro centenário. Levantar e analisar os motivos de tal escolha é objetivo da presente dissertação. Por isso, faz-se necessário conhecer o percurso entre ambos os congressos, pois, mais que o mito de origem, tal itinerário pode trazer luz às concepções sobre a escrita da História *da* e *na* América na

década de 1920. Além disso, permite observar as relações diplomáticas e de circulação de intelectuais que ocorreram na construção do Congresso em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil.

Discurso de Afonso Celso na abertura do I Congresso Internacional de História da América⁹

Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, mais conhecido como Conde de Afonso Celso, comporia um trio de letrados conhecidos como a Trindade do Silogeu e que seria responsável pela mudança de orientação do IHGB a partir de 1912 (GUIMARÃES, 2007a). Charles-Oliver Carbonell identificou que havia um silêncio em relação a um grupo de historiadores católicos na França entre 1866 e 1939. O mesmo ocorreu no Brasil, sendo o Conde de Afonso Celso um exemplo de historiador católico pouco estudado pela historiografia (GUIMARÃES, 2003). Ele possuía uma vasta produção bibliográfica, desde livros de Direito a livros de História, assim como livros escolares e infantis. Lúcia Guimarães fez uma breve apresentação da fortuna crítica do letrado, destacando que

afora o conhecido *Por que ufano o meu país*, compreende uma bibliografia de seis livros: *Vultos e fatos* (1892); *O imperador no Exílio* (1893); *Guerrilhas* (1895); *Contradictas monárquicas* (1896); *O assassinato do Coronel Gentil de Castro* (1897), e *Oito anos de parlamento* (1901). Existe, ainda, uma segunda edição do livro *Oito anos de parlamento*, datada de 1928, onde foram acrescentados os textos *Poder pessoal de D. Pedro II*, *Inversão das situações políticas*, *Os programas dos partidos*, e *Agitação democrática*. A *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro*, doravante denominada apenas de *Revista*, imprimiu oito trabalhos de sua autoria, inclusive uma republicação da obra *O assassinato do Coronel Gentil de Castro*. Divulgou, também, uma

⁹ A primeira parte do discurso que trata da História do Brasil foi analisada em artigo publicado (NASCIMENTO JR, 2017a).

copiosa coleção de discursos, biografias, necrológicos, em função de suas atividades de orador do grêmio e, mais tarde, como presidente perpétuo do IHGB, cargo que exerceu entre 1912 e 1938, quando veio a falecer (GUIMARÃES, 2003: 5).

Na citação acima, vemos que a produção de Afonso Celso foi extensa e que abrange diferentes temas. Considerando a sua história de vida e sua fortuna crítica, compreende-se que o uso de metáforas religiosas se deve a sua grande religiosidade, principalmente após a cura de sua filha Maria Eugênia, pois mesmo tendo peregrinado por vários médicos na Europa, ele a atribuiria à Nossa Senhora de Lourdes. A doença de sua filha o aproximou da Igreja. Afonso Celso passaria a ver com mais veemência a ação da providência divina. Tomando como referência o mesmo discurso proferido na abertura do I Congresso de História da América, Guimarães (2003: 10-11) destaca que

a princípio estabeleceu um nítido contraste entre a calma da situação política no hemisfério ocidental e a conflituosa marcha dos acontecimentos na Europa, no período entre-guerras. Mais adiante, valendo-se de uma conhecida frase de Turgot, 'A América é a esperança do gênero humano', anunciou aos congressistas suas previsões acerca do destino que estaria reservado ao continente americano.

Na citação acima, vemos que Afonso Celso recorre a um pensador europeu para apontar um novo caminho para a América. Como presidente do IHGB e historiador, considera-se que ele não desconhecia as diferenças existentes entre as nações americanas. Na abertura do Congresso de 1922, coube a ele discursar. Em suas palavras apontou os pontos em comum existentes entre os Estados americanos, e como isso poderia contribuir para que a escrita da História da América se tornasse possível. Antes, porém, sua preleção se iniciou explorando os significados da Independência.

Afonso Celso em seu discurso comparou o dia 07 de setembro de 1822 com 13 de maio de 1888. Nele assinalou que em ambos os casos mais do que ser o dia emancipação e o da abolição, respectivamente, eles marcam um processo já em curso. Neste sentido, cabe sublinhar que no período final do Império o conde nutria inspirações republicanas e abolicionistas, posição que ele reveria após o exílio que viveu com o pai, o visconde de Ouro Preto. O presidente do IHGB também apontou que a Independência era algo esperado para quem viveu o início dos anos 1820, assim como a abolição era algo aguardado por quem vivia no Brasil na década de 1880.

O conde via a Independência como um processo que se estendia de abril de 1821 a setembro de 1822. Compunha-se de uma sucessão de eventos que marcaria o desatamento dos vínculos entre o Brasil e Portugal. Além disso, a Independência era algo esperado como fruto da própria evolução da história do Brasil, pois desde a nomeação de Christovam Jacques como governador da colônia, em 1526, até a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal, em 1815, o país já contava com sentimento que há muito já existia: o desejo de emancipação. Para Afonso Celso, por mais que o Brasil tivesse sido uma colônia de Portugal, desde as cartas de nomeação do governador-geral já havia liberdade na prática, faltando apenas a liberdade política.

Sousa (2015), ao analisar a querela da instauração da República no Instituto Histórico, destacou que o Conde de Afonso Celso fazia parte daqueles que viam a mesma como um desencontro da História, como um golpe. Em seu discurso, no dia 08 de setembro, foi através de uma metáfora que ele se referiu à instauração da República. De acordo com Afonso Celso, D. Pedro I, ao receber a carta enviada por sua esposa e por José Bonifácio, antes de pegar na espada para bradar a Independência, parou e pensou. A referência à espada consiste em uma forma de questionar a forma como a República foi instaurada no Brasil: uma ação militar sem grande reflexão, questionando o movimento levado a cabo por Marechal Deodoro. A metáfora utilizada criou uma imagem que pôde ser compreendida por todos os presentes.

Ao descrever o local onde ocorreu a Independência, Afonso Celso coloca na cena os militares, os civis e as pessoas do povo. Esses elementos formavam a sociedade que a República precisava legitimar. A Igreja, que fora separa do Estado quando da instauração do novo regime, estava presente na Independência representada pela figura do padre. Assim, por mais que não tivesse mais uma posição de destaque no Estado, a Igreja Católica ainda possuía grande relevância e influência social. Cabe ressaltar que os títulos nobiliárquicos eram conferidos pela Igreja e que Afonso Celso não deixou de utilizar seu título de nobreza mesmo depois que seu uso havia sido proibido nos primeiros anos da República.

Vários membros do IHGB eram ligados ou faziam parte da estrutura eclesiástica da Igreja Católica. Entre 1889 e 1912, foram intensos os debates sobre a relação Igreja e Estado, e sobre a forma de se escrever a História do Brasil. O Padre José Maria, que era sócio do Instituto, defendia que era possível conciliar fé e ciência. Dentre os religiosos que faziam parte do Instituto, havia, também, os que defendiam que a História escrita pelo IHGB deveria considerar os movimentos da providência divina em alguns fatos da história do Brasil, tais como no Descobrimento do Brasil (HRUBY, 2009). A própria noção de descobrimento traz em si a influência da ação divina.

O Conde de Afonso Celso não segue a posição de colocar nas mãos de Deus os caminhos trilhados pelos homens ao construir sua narrativa buscando no passado fatos que legitimem o presente. O que, contudo, não o impediu de utilizar metáforas religiosas para construí-la. O dia, a hora e a estação do ano são utilizados como figuras de linguagem que ajudam a compreender a Independência, se valendo, inclusive, de referências religiosas para compor a imagem por ele descrita. A data de sete de setembro está no final do período do inverno, que é seguido pela primavera, figura por ele associada ao surgimento do novo momento da história. O período de frio e escuridão simbolizado pelo inverno seria sobreposto pelo esplendor da Independência, período de alegria, tal como marca a primavera. O fato de ser 16 horas e 30 minutos, ou seja, o dia estava terminando, serviria como simbolismo para explicar o fim da dominação portuguesa. E por ser sábado, véspera do dia de santificação

(o domingo), no discurso se tornava ainda mais simbólico, pois o que viria daí seria santificado, ou seja, contava com a aprovação divina. As metáforas religiosas utilizadas auxiliavam a compor a imagem de um momento que era esperado e que mudava a história do Brasil.

Na análise de Afonso Celso, a independência era resultado da junção da ação de três personagens: um jovem (D. Pedro), sua esposa (D. Leopoldina) e um velho sábio homem de Estado (José Bonifácio). No final do discurso, o Conde indicaria que a função do Instituto, naquele momento, era similar à de José Bonifácio na independência: auxiliar o estadista em suas ações. Com isso, retoma uma ideia que estava presente desde a fundação do IGHB: a função do Instituto não era apenas trazer fatos políticos, mas auxiliar na formulação do projeto de nação (GUIMARÃES, 1988). E a metáfora serviria, naquele momento, para lembrar o papel que o Instituto Histórico voltaria a assumir nos tempos da República, ou seja, ser próximo daqueles que estavam à frente do Estado.

Nos primeiros anos da República, o IHGB passaria a assumir uma importância singular para o novo regime. Seria através da mobilização e da representação do passado que o regime poderia ser legitimado. O debate sobre o golpe ou proclamação da República viria acompanhado pela escolha de eventos do passado que pudessem confirmar tal concepção. Mesmo não concordando com a instauração da República em 1889, em 1922 ela era uma realidade posta e com a qual o conde convivia. Em seu discurso, Afonso Celso buscou relacionar uma série de eventos que confirmavam a Independência, em 1822, como algo esperado. Estes, por sua vez, também poderiam ser utilizados para legitimar o regime de 1889. Ressaltava que deveria rememorar todos os que contribuíram para o dia da Independência. Iniciou a lista destacando os paulistas, que, em 1641, tentaram através de uma rebelião separar-se de Portugal, tendo seu próprio rei. Trouxe, em seguida, Bernardo Vieira de Mello e sua ação em Pernambuco em 1711. Citou os pernambucanos de 1817 e a madre Joana Angélica com suas ações de em fevereiro de 1822. A escolha por quais eventos marcariam o destino esperado já era tema de debate na década de 1890/1900 no IHGB (SOUZA, 2015).

Mineiro nascido em Ouro Preto e filho do Visconde de Ouro Preto, Afonso Celso lembrou de dois personagens que faziam parte da história da antiga capitania de Vila Rica. O primeiro a ser lembrado foi Felipe dos Santos, que liderou uma Revolta em 1720 contra o governo português; depois, trouxe à cena Joaquim José da Silva Xavier, que ficaria conhecido na memória nacional como Tiradentes, uma vez que além de militar era dentista prático. Cabe destacar que a data associada a Tiradentes não foi à da conjuração mineira, que deveria tornar-se inconfidência em 1789, mas o ano do seu enforcamento em 1792. De rebelde a mártir, a imagem do mineiro foi utilizada para construir as novas representações do passado que estavam sendo gestadas desde o início da República e Afonso Celso não deixou de utilizá-las em seu discurso.

Após demonstrar a vocação para a Independência, o conde de Afonso Celso faz uma descrição da ação de D. Pedro no dia 07 de setembro. O príncipe, que se tornaria o primeiro imperador, estava viajando pelo interior do Brasil, saindo da região de Minas Gerais, onde havia ido aplacar dissídios e afirmar sua autoridade, seguindo para São Paulo. Durante a viagem recebeu uma carta de sua esposa, D. Leopoldina, e de seu interlocutor José Bonifácio, dando notícias das ações das cortes sobre a vontade de recolonização do Brasil. A descrição da ação é seguida pela análise da mesma, que em seu dizer “tudo em tão rápida e singela scena, é grandioso e symbolico: as personagens, o local, as circunstâncias do facto” (IHGB, 1925: 42). Nesse ponto, o uso de figuras de linguagem tem um sentido especial, valoriza e (re)significa os acontecimentos que descrevia para um público diverso, mas que estava reunido na comemoração do Centenário. As expressões “rápida e singela” e “grandioso e simbólico” mobilizavam referências que influenciavam na interpretação que poderia ser feita do evento que estava sendo apresentado, sendo ao mesmo tempo um recurso de oratória e de retórica, como uma forma de construir uma representação do passado.

O grito de “Independência ou Morte” foi proferido em uma planície descampada, que, por sua vez, possuía seu simbolismo próprio. Para ele, o brado retumbante poderia se espalhar por todo o território brasileiro. O Conde, assim, descreveu o lugar onde o fato haveria ocorrido:

Local: sitio desabitado, distante do oceano cosmopolita, vizinho da já histórica antiga Piratininga, modesta colina, humilde ribeiro, mas amplas esplanadas, horizontes interinos, – a assinalarem simultaneamente a tradição, o aspecto nacional, o porvir illimitado, a collaboração dos pequenos, a grande massa anonyma, bem como a significação, o alcance do grito que partindo do interior agreste do paiz, repercutiu por toda a sua enorme extensão (IHGB, 1925: 42).

Na passagem acima, vê-se Afonso Celso ressaltar o interior como aquele que conferiria identidade ao Brasil, dentro do debate que era realizado nas décadas de 1910/20, entre a imagem do litoral cosmopolita *versus* a do interior rural e tradicional; representações que disputavam ser a forma de traduzir a imagem do Brasil Nação. A escolha pelo ambiente rural para a imagem do Brasil feita pelo Conde não deve ser vista como um consenso dentro do IHGB, nem entre os letrados brasileiros. Havia uma corrente que via o país como possuindo características e vocação rural, questionando a capacidade dos letrados do litoral em conduzir a política nacional. Para eles, a cidade era o que havia de pior, um local sujo e aberto a estrangeirismo. O escritor e editor Monteiro Lobato (1882-1948) estava no grupo dos que viam a vocação do Brasil como um país rural, vendo no bandeirante o herói nacional. Tal linha de pensamento bebia no romantismo e retomava a ideia de um Brasil rural para propor a identidade nacional, como o fizera um segmento da *Geração de 1870*, da qual o conde de Afonso Celso se afiliava.

Em sua obra mais conhecida, *Por que me ufano do meu país*, publicada a primeira vez em 1901 e que contou com várias reedições e com traduções para outros idiomas, Afonso Celso apresenta os motivos pelos quais o brasileiro deveria se orgulhar da sua pátria. De acordo com Maria Helena Bastos, temos que:

A obra está dividida em 42 pequenos capítulos, os quais procuram demonstrar a superioridade brasileira, a partir de onze argumentos e fatos: grandeza territorial, beleza física, riqueza, variedade e amenidade do clima, ausência de calamidades, excelência dos elementos que entraram

na formação do tipo nacional, não ter sido povoado por degradados, os nobres predicados do caráter nacional, nunca sofreu humilhação e nunca foi vencido, procedimento cavalheiresco e digno com os outros, as glórias a colher a sua história (BASTOS, 2002: 09).

Pode-se ver alguns elementos que seriam utilizados no discurso na descrição apresentada por Maria Helena Bastos na obra *Por que ufano meu país*: a menção a recursos naturais, a imagem positiva da colonização portuguesa e o passado ferramenta para se conhecer o presente. Por que se abrir para a influência de outros povos tendo sido o Brasil colonizado por pessoas com nobres valores morais? Tanto no livro como no discurso, a pessoa do interior é colocada como imagem do brasileiro. Contrapondo-se a esta visão, havia letrados que viam o Brasil como reflexo da cidade litorânea, cosmopolita e integrada ao mundo europeu (MOTTA, 1992; 2004).

Afonso Celso ainda trata do papel que a América passava a ter após a I Guerra Mundial. Suas palavras estão transcritas abaixo.

O intuito dessas duas comemorações é mostrar que o Brasil, cioso de sua liberdade, preza também sobremaneira a solidariedade fraternal com todos os povos do continente cuja história, na era precolombiana, na colonização, nas lutas pela independência, na evolução geral, apresenta numerosos lances idênticos aos da história brasileira.

Dahi, identidade também de interesses e aspirações.

Torna-se o Novo Mundo o renovador do Mundo; institua-se a paz americana, mais augusta e gloriosa do que a paz octaviana dos Cesares, – a paz da democracia, do trabalho, do progresso moral, a paz com que os anjos saudaram o Natal do Messias.

E, na verdade, caberá a América uma missão messiânica: a de evangelizar e estabelecer o direito, a justiça, a felicidade possível na terra; a de regenerar, sobretudo pelo exemplo, o genero humano; a de fazer as suas vinte uma nações atingirem o ideal, á semelhança das doze tribos de Israel que, através de tantas vicissitudes chegaram á terra da Promissão (IHGB, 1925: 44).

As duas comemorações que Afonso Celso faz referência em seu discurso são o Centenário da Independência do Brasil e Congresso Internacional de História da América. Considerando que ele mesmo estava fazendo o discurso de abertura do congresso e que em seguida os convidados seriam chamados a observar a Exposição de Objetos e Documentos da Independência, a força da preleção do Conde reside no papel desempenhado pelo Instituto, por ele chamado de “velha corporação”, que seria “uma das mais genuínas expressões da pátria”, como protetora e defensora da memória nacional, em referência a como o Silogeu Brasileiro se via desde o século XIX.

Naquele momento, na abertura do Congresso, estavam presentes representantes de várias nações americanas e europeias, dentre eles haviam letrados, políticos e homens de Estado. Ao reforçar que a história do Brasil se assemelha à história do continente, Afonso Celso objetivava reforçar os laços entre os diferentes países americanos, para além de relembrar o passado colonial comum. A mudança de posição do Brasil frente à América passou por diversos pontos de mudança até aquele momento, como foi visto nas páginas anteriores.

No Manifesto Republicano de 1870, já havia a indicação de que o Brasil deveria se voltar para a América¹⁰. Com a proclamação da República, Salvador de Mendonça, que estava presente na Conferência de Washington no mesmo momento, recebeu instruções para deixar a posição do Império e adotar uma mais favorável aos Estados Unidos. O próprio Barão do Rio Branco adotava uma postura pragmática frente ao apoio a esse país. Porém, o que marca a singularidade das palavras do Conde de Afonso Celso reside no fato de encontrar um passado comum antes mesmo da chegada aos europeus, pois o Brasil buscava alinhar-se com “todos os povos do continente cuja história, na era pré-colombiana,

¹⁰ Luís Carlos Villafañe Santos, historiador e diplomata, tem se dedicado ao estudo das relações diplomáticas do Brasil no período do Barão do Rio Branco. Em seu livro *O Brasil entre a América e a Europa* examina as relações do Brasil com a América no contexto do pan-americanismo. Santos reproduz parte do manifesto republicano onde os republicanos defendem que o melhor para o Brasil é se voltar para a América. O Manifesto foi citado no primeiro capítulo da presente dissertação, pág. 23.

na colonização, nas lutas pela independência, na evolução geral, apresenta números lanças idênticos aos da História brasileira” (IHGB, 1925: 44).

As semelhanças vistas pelo Conde não estavam limitadas apenas ao período iniciado com a chegada dos europeus ao Novo Mundo no século XV, mas já existiam desde antes do início da colonização, ainda no período pré-colombiano. Tal constatação demonstra que na visão de Afonso Celso existia algo que unia os americanos que ia além do fato de possuíram como passado comum a colonização europeia. A existência dos povos pré-colombianos seria evocada como fator de diferenciação frente ao Velho Mundo, mesmo que o modelo de civilização ainda fosse a Europa. Tal utilização marca o papel que o Novo Mundo deveria ter na dinâmica internacional naquele momento, que segundo Afonso Celso era ser o renovador do Mundo. Seu passado diferente é evocado como forma de mostrar que a América poderia ser aquela que iria conduzir o mundo após a Europa ser quase destruída pela I Guerra Mundial. Ao ver no continente americano a paz da democracia, do trabalho e progresso moral, Afonso Celso silencia acerca dos conflitos ocorridos no continente, pois na sua visão tais guerras, por não terem a proporção da I Guerra Mundial, não desabilitavam a América de seu novo papel.

O Conde de Afonso Celso convocava os letrados dos diferentes países da América a uma empreitada grandiosa: escrever a história do continente de forma coletiva e reunir suas representações sobre ela. O desenrolar dessa ideia foi analisado anteriormente. Destarte, é possível destacar que a escrita da História Geral da América consideraria os laços de paz e solidariedade entre as nações. Tal posicionamento, por sua vez, não se fez sem motivo. A Guerra modificou a forma como as pessoas (e os letrados) enxergavam o papel da Europa no novo tempo, alterando a experiência vivida na segunda década do século XX. Para Afonso Celso, o Velho Mundo não conseguia mais servir de exemplo, esse papel deveria ser cumprido pelo Novo Mundo. Por isso, também, mas não unicamente, a necessidade de se produzir uma História Geral da América, que alinhasse o passado e pudesse servir de exemplo para outras nações. Sua proposta

era construir uma forma de acesso ao passado que fosse atingida pela investigação histórica e reunisse diferentes experiências do passado.

Quanto ao recurso a metáforas bíblicas e religiosas utilizadas pelo Conde de Afonso Celso, liga-se a sua posição de historiador católico. Em sua visão, Deus tinha o papel de ser motor das transformações sociais, cabendo à História identificá-las. Tal posição não era apenas seguida pelo Conde, pois, dentre os membros do Silogeu, muitos recorreriam a metáforas religiosas para explicar vários momentos da História do Brasil. Tal uso não significava que o IHGB não fosse um local de ciência. Pois,

as próprias concepções dos sócios do IHGB sobre o que constituía uma ciência da História diferem de outras propagadas no período, que associavam cientificidade com objetividade, imparcialidade e neutralidade. Para a grande maioria deles, a existência de leis é que daria um caráter científico à História, ou seja, falar de ciência implicava encadear fatos culminantes no passado da Pátria para verificar as relações de subordinação e dependência entre eles. [...] A mão da providência divina legitimava os estudos históricos e amarrava o passado ao presente e ao futuro do país (HRUBY, 2009: 62).

Por fim, a posição de Afonso Celso, por sua vez, não deve ser considerada isolada, mas também não era a majoritária. A grande quantidade de religiosos no IHGB, entre padres e bispos, pode demonstrar que no Instituto Histórico havia aqueles que pensavam como proveitosa a relação entre fé e ciência¹¹. Havia outras formas de pensar a relação entre a escrita da História e o momento vivido, mas o exame dessa nos permite acessar uma forma de produção de uma verdade histórica que dialogava com outras, às vezes de forma tensa, outras se aproximando, porém sendo diferente das bases em que se assenta a produção atual.

¹¹ Sobre a posição do IHGB como um local onde coexistiam fé e ciência, ver HRUBY, Hugo. O tempo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História da Historiografia*. Ouro Preto-MG, nº 2, p. 50-66, março de 2009, p. 55-59.

CAPÍTULO V:

VINCULAÇÕES ENTRE O BRASIL E A AMÉRICA ATRAVÉS DOS DISCURSOS PROFERIDOS NO I CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

O presente capítulo tem por objetivo analisar as características da produção historiográfica na América a partir dos discursos proferidos no I Congresso Internacional de História da América ocorrido no Rio de Janeiro em 1922. Ao longo do referido Congresso de História, uma série de historiadores discursaram, tais como o Max Fleiuss, Manuel Cícero Peregrino e Ricardo Levene. Os dois primeiros eram membros do IHGB e ocupavam lugar de destaque no Congresso, sendo, respectivamente, Secretário Geral e Vice-presidente. Levene, por sua vez, era representante da Argentina e por mais de uma vez teve a palavra em destaque.

O ponto que une os três oradores consiste no fato de que eram historiadores diretamente ligados aos locais de produção historiográfica em seus países. Do mesmo modo, em seus discursos buscaram ora aproximar os membros das diferentes delegações para um objetivo comum, ora demonstraram as ligações entre as produções historiográficas no continente americano. Muitos pesquisadores já advertiram sobre o fato dos historiadores falarem sobre a produção historiografia de uma forma, inclusive da sua, e a realizarem de outra maneira. Tal questionamento está presente em nossa análise. Porém, é mister não esquecer que, como foram discursos produzidos para serem lidos ao longo do Congresso, eles demonstram não apenas a vontade do orador em demonstrar o seu objeto, acrescido a isso revelam como a produção historiográfica não é neutra e pode se ligar a outros objetivos, fossem eles políticos, econômicos, culturais ou outros. Ao mesmo tempo, cabe

sublinhar que os discursos analisados no presente capítulo ocorreram em momentos estratégicos do Congresso.

O primeiro a ser considerado foi proferido por Ricardo Levene no início da primeira sessão plena. Ao tratar do agradecimento de alguns membros do IHGB com certificados de sócio da *Junta de Historia e Numismática* da Argentina, Levene utilizou-se da sua oração para mostrar a aproximação entre o Brasil e a Argentina, demonstrando que aquele Congresso não era apenas uma reunião intelectual, como poderia se supor, mas um espaço para aproximações políticas e diplomáticas. Em seguida, considera-se o discurso de encerramento do Congresso proferido por Manuel Cícero e o realizado por Max Fleiuss no jantar de encerramento que ocorreu na Associação de Comércio. O primeiro tinha como objetivo felicitar os participantes e fazer apontamentos sobre o evento; o segundo mostra-se como uma oração de convite aos historiadores e homens de Estado presentes para que se fossem alcançado alguns dos objetivos do Congresso, a saber: a escrita da História da América e a maior integração intelectual entre os países.

Diálogos Argentina-Brasil e a escrita da História na América¹

O historiador argentino Ricardo Levene (1885-1959) ficou conhecido por figurar em um agrupamento historiográfico denominado *Nueva Escuela Historica*. Tal movimento teve início, na Argentina, entre final do século XIX e início do século XX, tendo como marco histórico importante a comemoração do Centenário da Revolução de Maio de 1810. Levene, por sua vez, não pertenceu à primeira geração do movimento, mas soube captar e utilizar-se desse espírito renovador para conduzir os espíritos reformadores, tornando-se um expoente na *Nueva Escuela* em

¹ Uma primeira versão da análise do discurso de Ricardo Levene foi publicada em Nascimento Jr (2017b); a segunda parte, referente ao discurso de Manoel Cícero e Max Fleiuss foi publicada em Nascimento Jr (2019c).

Buenos Aires². Era membro da Faculdade de Ciências de Educação da Universidade de La Plata e representante da Argentina na Comissão do Congresso, tendo se tornado delegado especial em 1921. Até o presente momento, não foi possível determinar quando se iniciou a relação desse argentino com o IHGB, pode-se afirmar apenas que após 1921 as relações profissionais e de amizade entre ele e Max Fleiuss se estreitaram, tal como pode ser averiguado na correspondência ativa e passiva entre ambos, que compõe o arquivo pessoal de Fleiuss sob guarda do IHGB.

Na primeira sessão plena do Congresso de História da América, realizada no dia 10 de setembro de 1922, no salão nobre do IHGB, Levene abriu seu discurso com a entrega dos diplomas de sócios correspondentes ao Conde de Afonso Celso, Ramiz Galvão, Manuel Cícero, Max Fleiuss, Alfredo Bernardes da Silva e Eugenio Egas (IHGB, 1925). A escolha desses historiadores como sócios correspondentes havia ocorrido meses antes na Junta de História. Levene, por sua vez, enviou um fragmento de jornal *La Nación*, que havia noticiado o evento. Por sinal, cabe um confronto de fontes entre o fragmento enviado por Levene e a lista divulgada na ata da sessão que possibilita observar uma pequena divergência. Tal desencontro nos leva a crer não em conflito entre as fontes, mas na ampliação da lista, podendo em ambas ter havido a falta de menção a algum nome, tanto no jornal como no Congresso. No caso do segundo, ela pode ter sido motivada pela falta do mesmo a sessão.

Não se pode deixar de ressaltar o fato de algumas delegações terem trazido presentes para o Instituto Histórico ou seus membros. A delegação argentina trouxe diplomas de sócios correspondentes da *Junta de Historia y Numismática* para alguns membros do IHGB, na busca de uma aproximação entre as duas instituições. No caso das delegações da Holanda e da Venezuela, tais ofertas estavam mais ligadas à ideia de

² Para saber mais sobre as transformações na Historiografia na Argentina, ver: DEVOTO, PAGANO, 2009: 139-200. Em artigo publicado pela Revista de Sociologia da USP, Devoto (2009) apresentou os diálogos entre a História e as Ciências Sociais na Argentina. Nele apresenta como os historiadores ligados a História Nova assumem a dianteira na produção historiográfica, assumindo também os centros de formação disciplinar. O próprio Levene entre no debate sobre os métodos da História em 1911, com a defesa de sua tese de doutoramento.

escrita da História, mais que do que apenas de aproximação cultural, o que não significa que esse objetivo também não estivesse implícito, apenas não era o primeiro.

Em nome do governo holandês, foi oferecido ao Instituto Histórico um conjunto de livros e documentos que tinham importância para a História do Brasil (IHGB, 1925). A ata não nomeia quais documentos e livros foram esses, mas destaca o valor que teriam para a escrita da História do Brasil. O destaque do valor para a produção do conhecimento histórico pode iluminar o papel que os documentos escritos possuíam para a forma como era pensada a escrita da História naquele momento, não apenas no Brasil, mas também nas áreas centrais de produção deste saber.

O presente ofertado pela delegação da Venezuela se consistiu em três livros. Dois escritos por Tavera-Acosta, intitulados *Anales de Guyana* e *Através de la História*, e outro por Henry Sola, com título de *El Amirante Brion*. Ao doar tais obras, na segunda sessão plena, a presente comissão fez questão de apresentar um breve resumo de como as obras poderiam contribuir com o objetivo maior do Congresso, que era a escrita de um livro de História da América, considerando a contribuição de todos os países. Contudo, mais intrigante que a doação foi o início da apresentação da comissão. Ela fez questão de lembrar que seu país era a pátria onde nascera Simon Bolívar. A ata da segunda sessão plena permite observar o argumento utilizado. Segundo a delegação da Venezuela, “la Patria de Bolivar ha hecho Historia y ha escrito Historia. En todo Continente impresas están las huellas de sus grandes hombres y los hechos por estos realizados, viven em paginas llenas de verdad y justiça” (IHGB, 1925: 108).

O voto de Pedro Celso Uchoa, representante do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, caminhava no mesmo sentido dos presentes ofertados pela Holanda e Venezuela. Uchoa indicava que era importante a ampliação da circulação de obras entre as instituições de pesquisa, fossem elas os Institutos Históricos, Sociedades Científicas e Literárias, os arquivos e bibliotecas. Tal voto reforça a ideia da comissão argentina de que era necessário a maior circulação dos livros

entre os ambientes de pesquisa nas Américas. Nesse sentido, além dos documentos, Pedro Uchoa esperava que o conhecimento não ficasse restrito apenas aos centros de produção intelectuais das áreas centrais dos países, uma vez que ele vinha de Pernambuco, não estando no eixo centro-sul (que tinha o domínio na produção do saber no Brasil).

A ação de oferecer aos membros do Instituto Histórico o diploma de sócio correspondente mostra o esforço da delegação argentina em aproximar-se dos brasileiros em um gesto de reciprocidade. Como foi apresentado anteriormente, apenas as delegações da Argentina e do Peru estiveram na ação realizada pelo IHGB em homenagem aos artífices da Independência, tendo Levene e outros argentinos discursado junto à estátua de José Bonifácio. Ao longo do Congresso, apenas a sessão de encerramento não contou com a presença de Levene e outros membros da delegação portenha, motivada por outros compromissos diplomáticos que ela possuía.

A preleção de Ricardo Levene seguiu com a apresentação de como o IHGB tinha sido o modelo para a criação da *Junta de Historia e Numismática* da Argentina. O Instituto Brasileiro desempenhou o papel pioneiro na América em termos de produção historiográfica. Segundo Levene, Bartolomeu Mitre havia se espelhado no exemplo brasileiro para criar uma instituição congênere em terras rio-portenhas. Ele destacou que o papel do Silogeu na promoção de pesquisas e estudos históricos pôde ser observado na realização do I Congresso de História Nacional, realizado em 1914, e pela sua revista. A delegação argentina não fora a primeira a destacar a importância que a revista do IHGB tinha dentro da ideia de produção e circulação de conhecimento e fontes históricas. No Congresso de Ciências Históricas, realizado em Veneza no ano de 1881, a delegação brasileira recebeu um prêmio pela qualidade da revista e pelo fato dela não ter interrompido sua publicação ao longo de mais de meio século de existência do Instituto Histórico (GUIMARÃES, 2007a).

O discurso do representante argentino seguiu com a apresentação de uma breve história da Historiografia na Argentina. Para Levene, a produção historiográfica de seu país poderia ser dividida em três fases:

(1) a dos cronistas; (2) a dos percursores Mitre, Lopez e Gutierrez; e (3) a *Nueva Escuela Historica*, a que o próprio Levene fazia parte (IHGB, 1925). Percebe-se que a fase anterior aos historiadores foi denominada por ele de cronistas, tal como o fez Max Fleiuss no manuscrito analisado nas páginas subjacentes: como não se valiam dos métodos científicos, tais escritos não podem ser vistos como de historiadores, pois tal como se concebia naquele momento, a História se produzia com fontes e o uso de métodos científicos. Tanto Max Fleiuss como Ricardo Levene naquele momento eram capazes de apontar as rupturas e continuidades entre o período vivido e o anterior, demonstrando o processo de disciplinarização em curso e a construção de uma memória disciplinar.

Dentre os cronistas, Levene apresentou Manuel Morino, Gregorio Funes, Francisco Sagui, Tomás Guido, Saavedra e Belgrado. Apesar do valor de seus escritos sobre Maio de 1810, eles terem escrito com paixão sobre os eventos que narravam desqualificava sua produção como historiográfica. Pode-se observar um ponto valorizado pelos historiadores que viveram dentro daquilo que se convencionou chamar de Escola Metódica, o distanciamento dos fatos e a busca de neutralidade, e o rigor no trato das fontes. Tal argumento também foi utilizado por Fleiuss em seu manuscrito sobre “O Brasil e seus historiadores”. Segundo Max Fleiuss,

O ciclo de historiadores brasileiros compreende em suas grandes linhas cinco períodos distintos: o primeiro é o período narrativo apenas ou biográfico – histórico – com Anchieta e Gabriel Soares.

O Segundo se desenvolve com as crônicas e memórias nobiliárquicas de Jacques e Jaboatão.

O terceiro é o surto analítico ou historiográfico com Baltazar Lisboa e Fernandes Pinheiro, este que foi o primeiro presidente do Instituto Histórico.

O quarto é o da história científica, propriamente dita [...] ³

³ FLEIUSS, M. O Brasil e seus Historiadores [Manuscrito]. *Arquivo pessoal de Max Fleiuss no IHGB*. DL 469, Pasta 1.

Tal como Levene, Fleiuss identifica o crescimento da produção historiográfica no início do século XIX, apesar dela não conter as característica de cientificidade que se buscava no primeiro quartel do século XX. Cabe ressaltar que ambos os movimentos de crescimento de produção, tanto no Brasil como na Argentina, estavam ligados à criação do Estado-Nação no primeiro quartel do século XIX, processo que também levou ao desenvolvimento da História, enquanto disciplina e formação superior na Europa.

Quanto aos pioneiros nos estudos históricos, Levene faz uma apresentação de seus membros. Na lista pode ser observado nomes como Pedro de Angelis, Andrea Lamas, Lucio Vicente Lopez, Gutierrez, Trelles, Luiz Dominguez, Pellado, Bartolomeu Mitre e Vicente Quezada, sendo que os dois últimos haviam sido sócios correspondentes do IHGB. Em 1938, Anos depois, Max Fleiuss fez uma pesquisa sobre os argentinos que já haviam sido membros do IHGB a pedido de Ricardo Levene. Nessa lista consta 29 nomes, destacando-se o do próprio solicitante, que apenas se tornaria sócio correspondente em 1928, e do embaixador Ramón Carcano, que estavam presentes no I Congresso Internacional de História da América. A lista completa foi enviada em duas cartas, sendo a primeira datada de 05 de janeiro de 1938, completada por outra enviada em 28 de maio do mesmo ano. O quadro 7 apresenta os nomes dos sócios argentinos presentes na missiva enviado por Max Fleiuss.

Quadro 7 – Argentinos que eram membros do IHGB

Carta de 05 de janeiro de 1938	Carta de 28 de maio de 1938
Presidente General Augustin P. Justo Embaixador Dr. D. Ramon J. Carcano General Bartolomeu Mitre. General Julio A. Roca Miguel Juarez Celman Roque Saens Peña Julio Fernandes Dr. Julio A. Rosa Vicente Quesada Norberto Quirino Costa Lucas Ayarragararray Wenceslau Pelliza Clemente Figueiredo Martin Rivadavia José J. Biedma Adolfo Saldias Angel Carranza Adolfo Carranza Estalisnau Zeballos José Clementino Soto Alessandro Sorondo	Thomaz Guildo Carlos Lix Klett Ernesto Quesada Juan Manuel Rosas Domingo Sarmiento Valentin Alsino Ricardo Levene

Fonte: Elaboração própria.

Cabe notar a presença de militares, diplomatas e chefes de Estado na lista, demonstrando que a posição de sócio do IHGB poderia ser utilizada também dentro da lógica da diplomacia. A presença de chefes de Estado, tais como Juan Manuel Rosas e Augustin Justo, e de diplomatas, como Ramon Carcano e Estalisnau Zeballos, servem para corroborar tal afirmação. Nesse sentido, agremiações como o IHGB não podem ser vistas apenas como local de produção de conhecimento, mas também como parte de estratégias políticas do Estado-Nação.

Levene também apresentou a forma como eram realizados os estudos históricos pelo terceiro grupo. Rompendo com a narrativa heroica e com a junção entre História Nacional e Universal, os historiadores da *Nueva Escuela* visavam produzir uma história integral ou geral, que fosse escrita desde as origens e que considerasse todas transformações sofridas pelo ser humano ao longo do tempo, sendo organizada em séries históricas.

Tal escrita da História deveria considerar todas as manifestações da vida social, tais como econômica, jurídica, política, moral e social. Essa forma de escrever corrobora com a tese aqui apresentada de que, para os historiadores desse período, não era a História Política o foco da análise, mas a história vivida, sendo que o uso de documentos oficiais como fonte histórica fazia com que houvesse o predomínio de temas político-administrativos frente a outros. Mais que a divisão do fazer histórico em subáreas ou campos, cabia ao historiador examinar as fontes que possuía para se chegar à verdade histórica. Tal posição era defendida também por historiadores brasileiros e de outras nacionalidades presentes no Congresso de História da América, assim como foi apontado por Oliveira Lima, conforme visto no capítulo anterior.

O método de pesquisa utilizado pelos historiadores argentinos foi apresentado por Levene como inovador, mas o mesmo já era praticado no Brasil e em outras partes do mundo. Reunia a escrita monográfica com recorte por períodos, sem deixar de lado a extensa pesquisa bibliográfica e exploração de arquivos. O recorte por períodos demonstra que não era possível ao historiador estudar “toda a História”, que havia a necessidade de delimitar a pesquisa, prática comum em pesquisa histórica. Nesse ponto entravam em cena três atividades necessárias ao ofício do historiador: (a) realizar uma extensa pesquisa bibliográfica; (b) a exploração dos arquivos; e (c) fazer crítica aos documentos. Esses três pontos da fala de Levene estariam presentes nas propostas da delegação argentina à comissão de elaboração do anteprojeto para a escrita da História da América, como na posição de Oliveira Lima no seu discurso *O atual papel do Instituto Histórico*.

Na Argentina, a criação dos cursos superiores em História ocorreu com a reforma universitária de 1918, enquanto no Brasil tal processo apenas foi concretizado na década de 1930 (FERREIRA,

2013). Tal posicionamento não desqualifica o processo brasileiro frente ao argentino, pois como ficou evidenciado na análise do ofício do historiador a partir de Max Fleiuss e Ricardo Levene, as práticas disciplinares eram parecidas nos dois países, diferindo apenas o início da formação em nível superior. Nesse sentido, como aponta Araújo (2006), cabe ao historiador da Historiografia analisar as diferentes formas de produção e escrita da história.

Para os historiadores do primeiro quartel do século XX, não bastava saber o que os documentos diziam, era preciso conhecer a produção historiográfica anterior. O próprio Levene parte dessa metodologia em seu discurso ao categorizar e fazer uma breve exposição das formas de se produzir e escrever História antes da renovação que estava em curso na década de 1910/20 em seu país. Esse foi um momento de releitura do passado na Argentina.

Todos los miembros fundantes de la *Nueva Escuela* desembarcaron en la disciplina histórica en el marco de la centralidad que esta disciplina comenzó a revestir desde fines del siglo XIX y comienzos del siguiente, momento dominado por la cuestión social, la cuestión nacional y la reflexión intelectual de cara al Centenario de la Revolución de Mayo (DEVOTO, PAGANO, 2009: 140).

Cabe destacar que o Centenário da Revolução de Maio fora comemorado em 1910, mesmo ano que ocorreu em Buenos Aires a IV Reunião Pan-americana. Isso demonstra os esforços dos dois países em conjugar a releitura do passado com a apresentação para o mundo da modernidade que se buscava, uma vez que na III Conferência Pan Americana realizada no Rio de Janeiro o governo brasileiro visava apresentar a imagem de Brasil moderno para o mundo através das obras realizadas pelo prefeito da capital federal.

O discurso de Levene revela outro ponto em comum entre o que vinha ocorrendo em vários países da América Latina no primeiro quartel do século XX: um movimento revisionista que tinha seu ponto de apoio nas

transformações internas e externas, o nacionalismo e a pedagogia cívica. Ao analisar tal movimento não se pode perder de vista as transformações motivadas, em contexto externo, pela I Guerra Mundial, e no interno, pelas comemorações do Centenário das Independências dos países ibero-americanos, e os usos que a História, enquanto ciência e disciplina escolar, poderiam ganhar na formação do nacionalismo.

A utilização da História como ferramenta da Pedagogia cívica pode ser vista no Brasil, onde Max Fleiuss, por exemplo, defendia essa posição, assim como na Argentina e México. Para o país do norte do continente, as décadas de 1910 e 1920 também foram de revisão em sua produção historiográfica. Em 1910 ocorreu a Revolução Mexicana, liderada por Porfirio Diaz, e em 1921, comemorou-se o centenário da revolução mexicana. Nesses dois países, nos primeiros anos do século XX, o ensino de História Nacional fora um campo em disputas. Contudo, é possível ver pontos em comum: o uso de biografias dos grandes heróis e data cívicas, que eram valorizadas no início do século, a partir da década de 1920, começava a perder espaço para estudos sobre a cultura nacional⁴.

Para que tal questão seja mais bem compreendida, aponta-se que na formação e consolidação do Estado-Nação, a partir do século XIX, a escola passaria a ter um papel fundamental como divulgadora de ideias patrióticas que serviriam de base para a difusão do nacionalismo. A ampliação da educação escolar era uma meta que todas as nações modernas buscavam alcançar, a partir de sua realidade. No caso brasileiro, fora nas décadas de 1920 e 30 que ocorreram uma série de reformas na educação pública com vistas a sua ampliação, e que o próprio surgimento dos cursos superiores de História e Geografia estava ligado a tal expansão, uma vez que havia a necessidade de formar professor para atuar nessa frente⁵. No

⁴ Para as transformações na historiografia mexicana, ver Anino e Rojas (2008); para as transformações no ensino de História no Brasil, ver Fonseca, (2011).

⁵ Para a formação dos Cursos Superiores de História no Brasil, ver Ferreira (2013); para uma história do Ensino de História no Brasil nos anos 1920/30, ver Fonseca (2011); para saber mais sobre as reformas educacionais levadas a cabo nas décadas de 1920/30 e como elas traziam em si o discurso de modernização, ver Nunes (2007: 371-399) e Carvalho (2007: 225-253).

caso Argentino, a reforma universitária de 1918 levou à criação do curso de História em nível superior, tal como apontou Levene em seu discurso.

Para o caso argentino, Devoto (2009: 129) destaca que

[...] os historiadores da Nova Escola Histórica controlariam a partir dali (ajudados pela substituição professoral possibilitada pela Reforma universitária de 1918), ferreamente, a historiografia profissional e acadêmica por várias décadas, inclusive ampliariam sua influência (à maneira da proposta de Seignobos) sobre outras ciências sociais.

No Brasil, ao contrário do que a memória disciplinar busca recordar, é possível ver a influência da forma de fazer história do IHGB nas universidades até a década de 1960, em especial 1961, com a reforma universitária e o surgimento dos cursos de pós-graduação em História⁶. A produção historiográfica na década de 1930, mesmo com o surgimento dos primeiros cursos superiores, pois eles estavam ligados à formação de professores para o ensino secundário. Para Lúcia Guimarães, o marco de rompimento entre a produção das primeiras universidades e o IHGB pode ser visto com a Reforma Educacional de 1961 e a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. No mesmo ano, também ocorreu o Congresso de Marília, que levou à formação da Associação dos Professores Universitários de História (APUH), marcando a pós-graduação como local de pesquisa (Guimarães, 2011).

No caso específico da USP, Antônio Celso Ferreira aponta que historiadores vistos como tradicionais pela academia atuaram e influenciaram pesquisas na área. Tal como Lúcia Guimarães, Antônio Ferreira destaca a criação da APUH em Marília no ano de 1961 como marco da profissionalização do Historiador em São Paulo (FERREIRA, 2011). A critério de exemplificação, temos o caso de Alfredo Ellis Junior, que sucedeu a Afonso de E. Taynay na cadeira de História da Civilização Brasileira, em 1938, permanecendo nela até 1956. Mesmo com a presença

⁶ Para o estudo da história da historiografia como memória disciplinar, ver Turin (2013).

de historiadores franceses, a presença de Alfredo Ellis Jr. dava um peso para os estudos de História do Brasil. Cabe ressaltar que tanto Alfredo Ellis como Afonso Taunay estiveram presentes no I Congresso Internacional de História da América.

Além da educação escolar, o Estado-Nação utilizava uma série de outras instituições para a construção e divulgação do conhecimento Histórico. Segundo Benedict Anderson, na construção do Estado-Nação tinham um papel fundamental o censo, o mapa e o museu (ANDERSON, 2015). Da mesma forma, Ricardo Levene em seu discurso apresenta um conjunto de instituições que em seu país tinham sido de grande valia para a expansão dos estudos históricos. Tal apresentação reforça a ideia de que para os historiadores daquele período, mais do que subáreas ou campos de pesquisa histórico, era importante que o historiador dominasse o seu fazer e o seu ofício. São elas:

La Junta de Historia y Numismática Americana celebra reuniones periódicas dedicadas a informar sobre la documentación inédita que exhiben sus miembros y há publicado ediciones facsimilares de obras de antiguas de gran valor histórico. El Instituto de Investigaciones Historicas de la Facultad de Letras y Filosofia, Buenos Aires, fundado por Luis Maria Torres, de gran prestigio científico, y dirigido hoy por el investigador Emilio Ragigani, continua desenvolvendo un vasto plano con la publicación de los “Documentos para la historia argentina”, las monografías de carácter histórico y el “boletim” que acaba de editar.

El seminario de Historia da facultad de Humanidades y Ciencias de Educación, de la Universidad de la Plata, que tuve el honor de fundar y que dirige el reputado profesor Romulo Carbia, ha iniciado la formación de um repertorio bibliográfico americano y comenzará en breve el relevamiento de los archivos de la Provincia de Buenos Aires y publicación de índices y regestas de documentos. La facultad de Derecho e Ciencias Sociales de Buenos Aires, edita importante colección de sus “estudios” la mayoría de cuyas obras se refieren al pasado jurídico y político argentino. La Biblioteca Nacional, el Museo Mitre, el Museo de la Plata, el Archivo General de

La Nación continúan publicando documentos y obras de los cuales el pasado argentino y americana.

Las cátedras de Historia Militar y General de La Escuela Superior de Guerra se aplican con espíritu de investigación a la búsqueda de nuevos dados y aspectos sobre el pasado militar argentino (IGHB, 1925: 48-49).

As comemorações promovem a releitura do passado, mas as formas de produção do conhecimento Histórico devem ser dominadas tanto por aqueles que apresentam formação para tal quanto por historiadores por vocação. A questão que faz com que o historiador seja reconhecido por seus pares estava ligada ao domínio do ofício do historiador mais do que à formação em nível universitário. A institucionalização da formação universitária na França, segundo Noirel (1997), assim como para Prost (2014), foi acompanhada por formas de legitimação da produção do saber historiográfico, estando a aprovação por pares como etapa do processo. Tal ação também estava em curso na Argentina após a reforma universitária, tal como destacou Devoto (2009).

Em muitos países da América, ainda não havia a formação do historiador em universidades, como uma carreira profissional. Tal situação era vista tanto na Argentina quanto no Brasil, onde o surgimento de tais cursos apenas ocorreria às décadas de 1920 e 1930, respectivamente. Desse modo, Levene não queria trazer para sua fala um ponto que pudesse ser conflituoso junto àqueles que participavam do Congresso, pois tanto ele como os brasileiros promotores do Congresso, eram historiadores por vocação, ou seja, não possuíam formação em História, mas em outras áreas.

Lúcia Guimarães, ao comentar a visão de História que Max Fleiuss possuía, revela aproximações com as questões levantadas por Ricardo Levene para os estudos históricos na Argentina, em especial para aqueles identificados com os pressupostos da *Nueva Escuela*. Segundo Guimarães, “homem de seu tempo, Max mostrava-se afinado com os cânones da escola metódica. Rigoroso, não renunciava à pesquisa e crítica documental” (GUIMARÃES, 2007b: 128). Estas características aproximariam Max

Fleiuß e Ricardo Levene após o I Congresso Internacional de História América, assim como historiadores brasileiros e portenhos. Ao convidar os membros do IHGB para fazerem parte do *Junta de Historia*, mais que firmar um acordo de parceria, Levene enxergava vários pontos em comum entre as propostas da *Nueva Escuela* e do IHGB naquele momento. Sua ideia de traçar um panorama de aproximação entre a *Junta de Historia* e o Silogeu Brasileiro mostra não apenas sua capacidade de produção de sentido através da articulação de fatos e processos, mas como poderia resultar na aproximação e circulação de intelectuais entre as duas instituições e entre os dois países. Fato ocorrido na década de 1930, conforme demonstrado por Barcelos (2011). Essa aproximação também ocorria no olhar integrado entre a América e a península ibérica que em ambos os países se buscava.

Tal capacidade também foi observada no discurso proferido por Manuel Cícero, membro do IHGB, logo após a fala de Ricardo Levene (IHGB, 1925: 51-52). Em suas breves palavras, pronunciadas em espanhol, Cícero fez questão de destacar que conhecia os trabalhos desenvolvido pela *Junta de Historia*, o que reforça a tese de circulação de intelectuais e ideias no período. Ele lembrou que Bartolomeu Mitre já desejava a união entre brasileiros e argentinos, e que a entrega dos certificados pareceria ratificar tal desejo. Nos anos 1930, seria celebrado um acordo bilateral entre o Brasil e a Argentina para produção de livros escolares. Nesse acordo, os membros da *Junta de Historia* e do IHGB foram grandes articuladores (SILVA, 2011: 22-24). Após a fala de Manuel Cícero, foi a vez de Max Fleiuß fazer seu pronunciamento.

Encerrando a série de discursos, Fleiuß lembrou que Bartolomeu Mitre tinha uma ligação próxima com Pedro II e que o próprio Mitre era membro do IHGB, assim como Ramon Carcano (presidente da *Junta de Historia* naquele momento). Fleiuß, como Levene, ressaltou o papel da *Junta* e do IHGB em seus países, sendo que ambos os Institutos deveriam fazer culto à “memória das coisas pátrias”. Tal posição aproximava Fleiuß de Levene quanto à concepção da função da História como produtora de conhecimento e forma de incentivar o nacionalismo e patriotismo. O Congresso de História da América ocorreu quatro anos após o

termino da I Guerra Mundial; esse conflito acendeu os debates sobre o nacionalismo. Após o discurso de Max Fleiuss, a sessão continuou conforme previsto. Cabe pontuar que, após receber o certificado de sócio correspondente da congênere argentina, o conde de Afonso Celso não fez nenhum pronunciamento, apenas reiterou as palavras de Manuel Cícero e agradeceu pela honraria recebida.

Alguns dias após o discurso proferido por Ricardo Levene, na ausência do então presidente do Congresso Internacional de História da América, Ramiz Galvão, por motivo de enfermidade, coube a Manuel Cícero, vice-presidente do evento, proferir o discurso de encerramento. A preleção foi iniciada com a lembrança da ausência do amigo Ramiz e das palavras do Conde de Afonso Celso na abertura do evento. Aquele momento era visto por ele como a coroação das ideias de Max Fleiuss e Affonso Arinos, que o idealizaram e atuaram para que o congresso acontecesse. Destacou que do I Congresso de História Nacional realizado em 1914 veio a ideia do presente Congresso e da escrita do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Mas foi ao tratar da importância do Congresso de História da América que suas palavras trazem luz a duas questões de grande monta no presente trabalho: a forma de se escrever História e seu papel na diplomacia cultural.

Manuel Cícero disse que estava alegre ao ver as várias nações que se fizeram representar no Congresso, destacando que o evento pôde contribuir para a construção da solidariedade americana. Para ele, os congressos eram uma forma de estreitar laços de solidariedade entre os participantes (e seus países), e tanto o historiador quanto a História tinham um papel fundamental nessa construção. Destacou como as propostas argentinas lembram o resultado do I Congresso Americano de Bibliografia e História, realizado em 1916. O que corrobora com a ideia de Oliveira Lima analisada no capítulo anterior, em que o diplomata pernambucano demonstrava a importância da participação em eventos internacionais para a circulação de ideias.

Quanto à escrita da “História Geral da América”, Cícero realçou que o vínculo fraterno se demonstraria na escrita do texto, mesmo que

em cada país houvesse uma forma de escrevê-la. Suas palavras, por sua vez, podem ser um indicador de que mesmo que existisse pontos em comum entre todos, os historiadores, os letrados e os homens de Estado ali presentes reconheciam que havia singularidades no fazer de cada país. Nesse sentido, a análise historiográfica em perspectiva transnacional deve considerar tal diversidade para que não se caia em esquemas explicativos que retirem as singularidades dos sujeitos e processos históricos vividos.

Manuel Cícero defendia em seu discurso que “não bastará, porém, - todos sabemos -, fazer sínteses, extrair resumos, mas será necessário destacar o que for de maior interesse para a coletividade americana, fazer estudo comparativo, determinar as causas comuns e a razão de ser dos acontecimentos” (IHGB, 1925: 48). Segundo suas palavras, mais que interesses particulares, são os da coletividade que interessavam naquele momento. A História, na perspectiva desses historiadores, deveria mostrar o passado como algo harmonioso e não conflituoso, uma vez que ressaltar as guerras poderia levar a revoltas e revoluções, dividindo o Estado-Nação. Tal posicionamento corrobora a posição de Oliveira Lima, de Ricardo Levene, de Afonso Celso e de Max Fleiuss nos discursos anteriormente analisados e demonstra que para eles o seu ofício deveria contribuir para a Educação Moral e Patriótica, além de fortalecer os vínculos entre as nações.

O fim da I Guerra Mundial (1914-1918) levou à remodelação dos nacionalismos em diversas partes do mundo. Para Eric Hobsbawm, ao analisar o caso europeu, o pós-I Guerra é marcado pelo “princípio da nacionalidade”, motivado pelo fim dos impérios multinacionais e da ocorrência da Revolução Russa (1917). Contudo, as palavras de Manuel Cícero Peregrino nos levam a discordar de Hobsbawm quanto ao nacionalismo na América, pois segundo o historiador britânico:

O maior aglomerado de Estados Independentes fora da Europa – as repúblicas latino-americanas – chamavam pouca a atenção, a não ser nos Estados Unidos, e o nacionalismo nessa área era vista como uma piada ruritânia, ou associado ou indigenismo – a redescoberta cultural da validade das

civilizações e das culturas indígenas – até certos grupos, nas décadas de 30 e 40, surgiram para mostrar simpatia pelo fascismo europeu, o que lhes permitiu ser alvo de atenções posteriores” (HOBSEBAWN, 2011: 172).

Do ponto de vista econômico, Hobsbawm estava correto ao fazer esse comentário em seu livro publicado em 1990, porém não se pode deixar de ressaltar que o nacionalismo na América Latina ganhou contornos próprios, não seguindo ao modelo e ao processo europeu. Pedro Sousa, Thiago Nicodemo e Mateus Pereira estão corretos ao afirmar sobre a História em perspectiva europeia que “a visão da história como antropológico universal associa-se, como afirma Seth, a um humanismo que concebe um Homem (com H maiúsculo) universal. A saída de Seth é a proposição de que a historiografia (europeia) é um ‘código cultural’ específico, uma forma de representar e se relacionar com o passado, entre tantas outras” (SOUSA; NICODEMO; PEREIRA, 2017). Nesse sentido, o modelo de nacionalismo tal como proposto por Hobsbawm deve ser visto como um código cultural com suas especificidades, e que o historiador pode ou não o utilizar para realizar suas análises. No caso da presente dissertação, rejeita-se a proposta de Hobsbawm para se considerar as especificidades do processo americano.

Partindo obra organizada por Eric Hobsbawm e Terence Ranger intitulada *Invenção das tradições*, Circe Bittencourt aponta que até a década de 1920 o nacionalismo tinha o caráter mais sentimental, que a partir dela ganhou conteúdos mais de conhecimento local. A busca pelo conhecimento local pode ser vista, na década de 1920, na América Latina, dentro dos movimentos modernistas, que preconizavam que ser moderno era olhar para o passado pré-colonial e colonial, enquanto o modernismo europeu pressupunha o rompimento com movimentos nacionalista. Segundo Monica Velloso, “acreditando-se responsáveis pelo conjunto da sociedade os intelectuais latino-americanos autorrepresentavam-se como arautos do novo e das mudanças. Sentiam-se incumbidos de uma missão redentora: salvar a nação” (VELLOSO, 2010: 30).

O projeto de uma escrita da História da América, tal como preconizado por Afonso Celso no Congresso, segue essa lógica e Manuel Cícero não deixou de captá-la. Ao destacar o encargo de se buscar “o que for de maior interesse para a coletividade americana”, o vice-presidente do Congresso tinha em mente, também, as palavras de Afonso Celso no discurso de abertura que ressaltou a posição a América na missão de ser exemplo aos países do Velho Mundo. E para assumir tal posição, era necessário conhecer o passado do continente, desde as primeiras civilizações, tal como estava estabelecido pelo projeto de Escrita da História da América.

Outro ponto a se ressaltar dentro dessa lógica da América como modelo para a Europa e da posição de Manuel Cícero de se buscar “o que for de maior interesse para a coletividade americana” pode ser visto no discurso posse no IHGB de João Ribeiro, em 1915, no qual se lê “o presente é quem governa o passado e é quem fabrica e compõe nos arquivos a genealogia que lhe convém” (RIBEIRO, 2014: 282). Posição que se assemelhava a de Benedito Croce e que estava presente na discussão do anteprojeto de escrita da História da América, tal como se viu no capítulo anterior. Aquele congresso era o primeiro passado na fabricação de uma leitura de passado comum, capitaneada por historiadores do próprio continente americano, seguindo por lógicas diferentes da europeia, o que não significa que letrados brasileiros desconhecêssem e não utilizassem teorias formuladas na Europa.

Quanto ao tema do ofício do historiador, as posições dos historiadores analisados ao longo da presente dissertação mostravam-se alinhadas. Seu papel é recorrer às fontes para delas retirar a verdade, sem elas a História escrita não ficaria completa ou verdadeira. Por isso, Manuel Cícero aponta para o historiador, para que ele recorra a elas para que seja escrita a História Geral da América, uma vez que estão disponíveis nos arquivos e bibliotecas. Essa posição também foi defendida por outros membros do IHGB, tais como Oliveira Lima, Pedro Lessa e Clovis Beviláqua. O ofício do historiador estava ligado a saber cotejar os arquivos e documentos disponíveis, e isso era um ponto comum a muitos

dos presentes naquele congresso, assim como para os europeus, vide o convite feito pelo professor Temperley a Manuel de Oliveira Lima em 1913. Temperley solicitou a Oliveira Lima que escrevesse uma memória sobre os arquivos brasileiros e enviasse para o Congresso Internacional de Ciências Históricas reunido em Londres naquele ano.

Como Levene, Cícero também destacou a importância da produção de fichas e de um repositório bibliográfico para facilitar a ação daqueles que iriam escrever. Porém, em sua preleção não houve uma separação tão nítida entre o fazer das academias e universidade como nas palavras do historiador argentino, o que pode servir de indicação para o fato da disciplinarização já estar em curso no Brasil, mas a falta da formação em universidades ainda não propiciava a divisão de tarefas. Como um bom anfitrião, encerrou seu discurso com votos para a solidariedade entre os países americanos.

No mesmo dia, à noite, no salão nobre da Associação dos Empregados do Comércio, ocorreu o Banquete oferecido aos congressistas. O anexo a ata de encerramento, permite o acesso ao discurso proferido por Max Fleiuss na solenidade. Mesmo ele sendo curto em relação aos anteriores, é revelador de posições compartilhadas pelos historiadores do período. No início dele, Fleiuss apresenta não apenas a filiação de suas ideias, mas quais seriam os historiadores que considera como ilustres representantes de seu ofício.

Compartilhei sempre a opinião daqueles que reconhecem no culto da philosophia da História, da grande ciência de Mommsen, Niebuhr, Ottfried, Trirwall, Flint, Gibbons e Fustel de Coulanges, o mais valioso fator da vitalidade, do expansionismo e do conagraçamento intelectual.

Na hora presente de plena floração da cultura humana, cujo vertiginoso desenvolvimento do Novo Mundo assombra a velha Europa, a ciência histórica, que é uma conquista recente do pensamento humano, assume especial feição, subordinando-se às leis geraes do transformismo filosófico de Cuvier e da paleontologia de Le Dantec, Heckel, Darwin e Matchnikoff.

Notáveis historiadores como Hipolito Taine, aplicando ao estudo da História o mesmo processo experimental das ciencias naturais, investiram-na de verdadeiro cunho científico.

A par disso, Sainte-Beuve, Renan, Burke estabeleciam, entre as escolas e métodos de investigação histórica, o criticismo ou critério científico da História, a que se filiam modernamente muitos dentre os mais ilustres historiadores d'América, entre outros Vallenilla Lanz, Eloy Gonzales, Carlos Villanueva, Cesar Rivas, Ricardo Levene, Lysandro Alrado, Arcaya, Ruiz Guiñansu, Oliveira Lima, Capistrano e João Ribeiro (IHGB, 1925).

No trecho acima, o primeiro ponto a se chamar a atenção consiste na afiliação declarada por Max Fleiuss à Filosofia da História, ou seja, ao grupo que mais que praticar a ciência, refletia sobre suas bases teóricas. Tal posição fica ainda mais evidente com a leitura de um manuscrito escrito por Fleiuss, intitulado *O Brasil e seus historiadores*. Esse documento foi escrito para ser proferido como uma palestra, e nele o secretário perpétuo do IHGB aponta cinco fases de escrita da História no Brasil (Quadro 8).

O quadro 8 apresenta os períodos listados e alguns letrados que figuravam em cada um dos períodos. Torna-se salutar enfatizar que os nomes de Oliveira Lima, Capistrano de Abreu e João Ribeiro figuram tanto na lista do manuscrito quando no discurso proferido no jantar de encerramento ligados à tradição de uma História Científica, assim como ressalta-se que mesmo estando todos os três historiadores vivos e serem sócios dos IHGB no momento do I Congresso Internacional de História da América, em 1922, nenhum deles figurou nas listas dos presentes de nenhuma das sessões do encontro.

Quadro 8 – A divisão da Historiografia brasileira por Max Fleiuss

Nome do Período	Exemplos de escritores
Período narrativo	José de Anchieta e Gabriel Soares
Período de crônicas e memórias nobiliárquicas	Jabotão
Período de analítico ou historiográfico	Baltazar Lisboa e Fernandes Pinheiro
História científica	Francisco Adolfo de Varnhagem, visconde de Porto Seguro, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, João Ribeiro, Calogeras, Rocha Pombo, rio Branco, Joaquim Nabuco, Visconde de Taunay
Período atual	Não citou nomes, apenas falou em historiadores que se recomendam pelo escrito.

Fonte: Manuscrito *O Brasil e seus Historiadores*. Arquivo pessoal de Max Fleiuss no IHGB.

Na tradição da História Científica, Fleiuss incluiu, também, Ricardo Levene e Ruiz Guiñansu (representantes da delegação argentina e que não puderam comparecer ao jantar de encerramento, tal como cartão enviado por Levene a Fleiuss no dia do evento). Ao longo das várias sessões e atividades do congresso, não foram poucos os momentos registrados em que ocorreu a troca de informações entre os argentinos e os brasileiros. Em ambos os textos, tanto no manuscrito quanto na preleção, pode ser possível observar que a disciplinarização estava em curso no Brasil, pois as escolhas feitas por Fleiuss seguiam um critério por ele mesmo anunciado: a investigação histórica por um método científico.

O problema da cientificidade evocada no discurso também possibilita que se questione as formas como os historiadores brasileiros se apropriavam dos escritos e das ideias de pensadores europeus. Por exemplo, em seu discurso, Fleiuss citou um conjunto de pensadores

que anos antes Pedro Lessa havia utilizado como base em seu estudo intitulado *É a história uma ciência?* (GOMES, 2009). Ambos se reportam a nomes como Fustel de Coulanges, Mommsen, e Taine. De acordo com José Carlos Reis, Fustel de Coulanges, Taine e Renan foram “historiadores menos intuitivos do que os da escola romântica, porém mais seguros, mais especialistas do método crítico” (REIS, 2011: 30). Para Christian Delacroix, François Dosse e Patrick Garcia, Fustel e Renan são, cada uma a sua maneira, os melhores exemplos para se pensar a história científica (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012). Nesse sentido, referenciaram tais pensadores em seus textos. Fleiuss buscava conferir cientificidade aos estudos que vinham desenvolvendo. Cabe apontar que a ideia de cientificidade de Fleiuss e Beviláqua era diferente da utilizada por Pedro Lessa, mas que os três concordavam que a História se fazia a partir de métodos científicos.

O que Fleiuss buscava nos pensadores europeus era a base para o ofício do historiador que estava se consolidando naquele momento no Brasil. Ao contrário de Lessa, ele não se preocupou em defender a História como uma ciência, mas demonstrar que, a partir das referências utilizadas, era através do método que ele ganhava contorno de “criticismo ou critério científico”, sendo para ele as ciências naturais o modelo de ciência. Dessa forma, ao apontar nomes como os de Le Dantec, Heckel, Darwin e Matchnikoff, estava demonstrando qual era o modelo de ciência que possuía. Heckel fora discípulo de Darwin e é apontado como um dos criadores do termo Ecologia, na década de 1860. Porém, estudos atuais indicam que mesmo tendo participado da formação do conceito, Heckel pouco contribuiu para a formação da disciplina, que apenas se tornaria autônoma anos depois (BARBAULT, 2011).

Ao advogar que o método experimental deveria fazer parte do ofício do historiador, sobretudo ao se fazer a crítica às fontes, Fleiuss apontava uma forma de pensar a profissão que era compartilhado por historiadores que lhe eram contemporâneos. Como aponta Proust (2014: 61), “as regras da crítica e da erudição, a obrigação de fornecer suas referências, não são normas arbitrárias; certamente, elas instituem

a diferença entre o historiador profissional e o amador ou romancista”. É através do domínio das técnicas e métodos que se identificava o historiador, outrossim, compreender a cultura histórica na qual as personagens estavam inseridas auxilia a compreender melhor suas formas de verdade histórica.

As formas de fazer história propostas por Sainte-Beuve, Renan e Burke eram apontadas por Fleiuss como modelos seguidos por outros historiadores. Havia referências partilhadas em comum por letrados de vários países, o que indica que a circulação de ideias entre a América e a Europa eram constantes no período. Tal circulação de ideias poderia ser fruto da ação dos indivíduos ao participarem de eventos de historiadores, tais como o Congresso Internacional de História da América, que é objeto da presente dissertação. Na perspectiva de Renan, a história deveria auxiliar na formação do nacionalismo, posição que, como foi apresentado, era compartilhada por vários historiadores do período.

Os Congressos de História, com destaque especial ao realizado pelo IHGB em setembro de 1922, são apontados por Fleiuss como importantes para a contribuição entre intelectuais e como mostra de solidariedade, reforçando o que haviam defendido Afonso Celso, Ricardo Levene e Manuel Cícero em seus discursos. O secretário perpétuo apontou o papel que o Instituto Histórico estava assumindo ao propor e encabeçar o projeto de escrita da América, ressaltando como do continente americano viria o desenvolvimento da História recente. O presente era evocado como forma de se compreender o passado e projetar o futuro, pois por ser um local de paz o Novo Mundo poderia assumir a dianteira do processo.

Por fim, seu discurso se encerra tratando de temas importantes naquele momento. O primeiro da posição de paz que o Brasil assumia em suas relações internacionais. Em seguida, lembra o papel do estado brasileiro na questão das fronteiras no continente americano; tal posição torna-se relevante, pois, como indica Lúcia Guimarães, havia sido Max Fleiuss um dos grandes articuladores para que o Barão do Rio Branco assumisse a presidência do IHGB em 1908 e que para o chanceler

brasileiro a questão das fronteiras era um tema de grande relevância. Ressaltou, também, que o Brasil era um país aberto ao colono europeu, demonstrando que o tema de imigração não era apenas algo que estava na agenda de historiadores portenhos ou estadunidenses, mas também de brasileiros.

Analisando o arquivo pessoal de Max Fleiuss sob guarda no IHGB: outras formas de ver a circulação de intelectuais

O arquivo pessoal de Max Fleiuss sob guarda do IHGB é composto por uma série de documentos, desde correspondências ativa e passiva, a rascunhos de textos, artigos escritos, documentos ligados à participação em congressos e outros materiais. O de Ricardo Levene, por sua vez, é menor, sendo composto de cartas pessoais trocadas com Max Fleiuss no período entre 1921 e 1938. A apreciação desse *corpus* documental pode revelar redes de circulação de intelectuais em diversas partes do mundo, tais como na Europa e na América.

Dentre os documentos arquivados que apresentam possíveis redes se pode destacar: o título de doutor *honoris causa* concedido pela *Universidad de la Plata* em 1924, os certificados de sócio das academias de História em diversos países, tais como Cuba, Portugal, Argentina, Alemanha (Munique) e Espanha (Madri); assim como de sócio dos Institutos Histórico e Geográficos de todos os estados brasileiros. No estágio atual da pesquisa não foi possível determinar de quais IHG Municipais ele teria sido contemplado com o diploma de sócio. Além desses, podemos ver as condecorações de Cavaleiro da Real Ordem de Militar de Cristo, recebida em 1902, e da Ordem do Libertador, auferida a ele em 1924.

Em termos de circulação na América Latina, torna-se indispensável destacar um conjunto de documentos acerca de sua participação no *II Congresso Internacional de História da América*, realizado em Buenos Aires em 1937. Nesse conjunto é possível observar o texto escrito para a sua participação no Congresso, intitulado *Conceito e Interpretação da História*

da América e Técnica da Bibliografia, no qual Fleiuss faz uma apresentação acerca das relações entre Argentina e Brasil, e de como se deve estudar a História da América, relacionando-a à História da Civilização (leia-se História europeia), olhando para as grandes datas e celebrando os grandes feitos, rejeitando o nativismo. A História do continente não deveria ser escrita como um batismo de sangue, mas, tal como propôs Afonso Celso no I Congresso Internacional de História da América, visando cooperar para a paz.

Ao tratar da relação Argentina-Brasil no presente texto, Max Fleiuss cita os acordos de cooperação intelectual firmados entre os dois países na década de 1930. Lembro que o Instituto Cultural Argentino Brasileiro, em Buenos Aires, era presidido por Rodolpho Rivarola, e que o seu congênere no Rio de Janeiro, o Instituto Cultural Brasileiro Argentino, tinha como presidente Rodrigo Otávio. Cabe ressaltar que além desse cargo, o Rodrigo Otávio era membro do IHGB e participou de vários arbitramentos internacionais em países do continente como representante do Brasil, trazendo as questões para as sessões do Instituto Histórico. Quanto aos Institutos Culturais, Ana Paula Barcelos da Silva dedicou parte de seu estudo a eles, demonstrando como era intensa a participação de membros do IHGB e da *Junta de Historia e Numismática* (SILVA, 2011; 2015).

A correspondência trocada entre Max Fleiuss e Ricardo Levene pode ser reunida em grupos de assuntos por período. Um primeiro grupo delas estaria entre 1921 e 1922, nas quais os letrados tratam da vinda do historiador argentino ao Brasil e das primeiras relações entre eles. Nesse primeiro momento, as cartas demonstram uma relação ainda não muito próxima, pois ainda não há perguntas sobre familiares, apenas questões de trabalho. Nesse grupo se pode ver a correspondência em que Levene avisa ao agora amigo Max Fleiuss que alguns membros do IHGB foram eleitos sócio-correspondentes da Junta de História e Numismática.

No conjunto de missivas trocadas entre novembro de 1922 a 1930 se pode observar dois conjunto principais de assuntos: (i) a tentativa de Ricardo Levene de levar Max Fleiuss para fazer uma palestra na Argentina,

tal como pode ser observado na carta datada de 30 de abril de 1924; e (ii) a intensa troca de materiais, em especial livros e artigos de jornal produzidos por historiadores dos dois países, demonstrado na missiva datada de 22 de novembro de 1922 em que Levene não apenas agradece o envio do Dicionário organizado por Fleiuss, como solicita mais dois exemplares para serem encaminhados a instituições universitárias. Essas cartas comprovam que tanto materiais como os historiadores circulavam entre os dois países.

O terceiro grupo de correspondências gira em torno dos anos de 1937 e 1938, quando o grande tema consiste no II Congresso Internacional de História da América. Nelas é possível observar o questionamento de Max Fleiuss a Ricardo Levene pelo fato das atas não terem sido publicadas também em português, uma vez que havia o acordo delas serem editadas em inglês, espanhol e no idioma oficial do Brasil. Na carta de 12 de outubro de 1937 fez um breve resumo de sua estada em Buenos Aires, em especial no referido Congresso. Nela é possível ver que Max Fleiuss, como representante designado pelo governo brasileiro para o evento, tinha compromissos acadêmicos e políticos, o que corrobora com a tese de que o IHGB fazia parte da política cultural do Ministério das Relações Exteriores, assim como era centro de produção e circulação de conhecimento histórico.

Considerando a carta supracitada, pode-se inferir que Fleiuss esteve presente em diversas atividades do II Congresso Internacional de História da América. Discursou demonstrando aspectos políticos e sociais que uniam a Argentina e o Brasil, assim como questionou o fato de nenhum intelectual brasileiro ter sido apresentado no rol das letras sul-americanas, no discurso proferido pelo embaixador do Peru, o Dr. Barreta y Laos. Tal questionamento mostra a tensão nas relações sul-americanas na década de 1930. Além disso, participou de atividades na Universidade de Buenos Aires e na Sociedade Folclorista da Argentina. Em outros documentos presentes no arquivo é possível observar compromissos oficiais, tais como o encontro de Max Fleiuss com o General Justos.

Por fim, a presente documentação traz novas possibilidades de pesquisa que serão exploradas em outro momento, devido às características do presente trabalho. O exame da circulação de intelectuais e das relações entre o Brasil e a América Latina abre novas brechas para estudos se consideradas a disciplinarização da História, sua escrita e relações diplomáticas. Assim como põe em evidência a necessidade de se realizar estudos sobre historiografias nacionais em perspectiva global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, partiu-se do I Congresso Internacional de História da América, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizado entre os dias 08 e 15 de setembro de 1922, como marco para se estudar as formas de história da História no Brasil e na América. Por ser, principalmente, uma reunião de historiadores que contou com a representação de quase todos os países do Novo Mundo, o referido congresso foi tomado como objeto de análise para se examinar as peculiaridades da produção historiográfica no Novo Mundo. As atas publicas pelo IHGB foram as principais fontes utilizadas para seguir esse percurso.

Há uma memória disciplinar que aponta a produção dos historiadores do primeiro quartel do século XX como possuindo uma perspectiva factual e política. Ao longo do estudo foi possível elencar dados que mostram que tal memória não condiz com a realidade, pois a escrita da História nesse período ia além dos fatos e da História Política, considerando-se as diversas manifestações de vida do ser humano. O que para a historiografia universitária era uma escrita da História tradicional (compreendendo-se tradicional como negativo), demonstrou-se ser um conjunto singular de configurações de produção historiográfica, com grandes debates sobre forma e cientificidade, compondo uma tradição, no sentido de continuidades e rupturas.

No primeiro quartel do século XX, o *locus* de produção historiográfica no Brasil era o IHGB. Após um período de instabilidade vivido por causa da instauração da República e a perda temporária do mecenato do Estado, o Instituto Histórico pôde voltar a ser a referência em termos de produção no país. No decurso da presidência do Barão do Rio Branco, o IHGB voltou a ter contornos vívidos de local de pesquisa, assim como passou a desempenhar um papel relevante na diplomacia cultural brasileira. Os membros do Instituto, fossem eles

historiadores ou geógrafos, durante a presidência do Barão, viveram o reestabelecimento das relações da agremiação com o Estado.

Após a morte do Barão do Rio Branco em 1912, fora o Conde de Afonso Celso que o sucedeu. Junto com Ramiz Galvão e Max Fleiuss, Afonso Celso formaria um grupo conhecido como a trindade do Silogeu. O novo presidente iniciou a reformulação do estatuto do grêmio, conferindo a ele ainda mais o caráter de instituição de pesquisa e produção do conhecimento. Foi o conde quem promoveu Manoel de Oliveira Lima a sócio Honorário e o convidou a proferir uma palestra no novo prédio do Instituto Histórico. Por causa de sua atuação como diplomata, Oliveira Lima apenas pode cumprir o pedido no ano seguinte. O discurso proferido por Oliveira Lima, no dia 22 de abril de 1913, na sede social do IHGB, intitulava-se *O atual papel do Instituto Histórico*.

Esse discurso deflagrou a realização do I Congresso de História Nacional, em 1914. Tendo ele como base, investigou-se as formas de produção da escrita da História no primeiro quartel do século XX. O discurso de Oliveira Lima foi confrontado a outros dois, o de Clóvis Beviláqua, como resposta ao realizado por Lessa na ABL em 1910, e o de posse como membro do Instituto de João Ribeiro, em 1915, e um texto que serviu de base para a aprovação de Pedro Lessa como sócio do Instituto. Exceto pelo de Lessa, os outros três eram discursos, ou seja, foram criados para serem lidos e depois publicados nas atas de sessão das respectivas instituições.

Através desses documentos foi possível descortinar os debates sobre o ofício do historiador e a forma de produção da História nas duas primeiras décadas do século XX. Por mais que tais documentos sejam apenas uma amostra da produção do período, revelam debates e leituras em comum que os historiadores faziam. Ao serem confrontados com alguns dos discursos proferidos ao longo do I Congresso Internacional de História da América, foi possível notar continuidades e rupturas na concepção de ciência e de História. Para Pedro Lessa, em 1900, a História para ser ciência deveria gerar leis gerais; mas, dez anos depois nas palavras Clovis Beviláqua, e vinte e dois anos depois nas de Lessa, nas palavras de

Max Fleiuss e Ricardo Levene, a cientificidade da História se dava por adesão aos métodos científicos e não pelas formulações de leis gerais.

Não se pode deixar de considerar que Oliveira Lima e o Barão do Rio Branco tinham posições diferentes acerca do pan-americanismo. Querela que ficou clara no III Congresso Pan-americano realizado no Rio de Janeiro no ano de 1906. Contudo, não se pode deixar de considerar que desde a presidência de José Maria da Silva Paranhos Junior o Instituto passou a ter um papel importante na diplomacia cultural brasileira. Tal situação pode ser observada tanto pelo envio de membros do IHGB, como representantes da agremiação e/ou como do governo brasileiro, a eventos em outros países, tal como o Congresso Americano de História e Bibliografia ocorrido em Buenos Aires, em 1916, ou ao II Congresso Internacional de História da América realizado em 1937, na mesma cidade.

Ao mesmo tempo, não se pode deixar de evidenciar a participação ativa de diplomatas e outros homens de Estado, seja nos quadros do Instituto Histórico, seja como participantes do I Congresso Internacional de História da América. Ainda nas reuniões preparatórias ocorridas em 1915, logo após o I Congresso de História Nacional, era possível ver a presença de homens de Estado e representantes de outras nacionalidades na comissão organizadora. O médico e historiador argentino Lucas Ayarragaray, que era sócio do IHGB, estava arrolado na primeira versão da comissão organizadora. A presença dos Estados Unidos, por sua vez, se faria sentir a partir de 1921 através do embaixador Edwin Morgan, que substituiu Ayarragaray. Nesse ano, passa a ser representante da Argentina Ricardo Levene.

As relações diplomáticas entre Argentina, Brasil e EUA eram um campo de atuação que transpassava as conferências pan-americanas. O Barão do Rio Branco, por exemplo, conseguiu, através de seu prestígio político e da atuação de Joaquim Nabuco, trazer a III Conferência Pan-Americana para o Rio de Janeiro em 1906, demonstrando a modernidade levada a cabo pelas reformas empreendidas na capital federal pelo seu prefeito, o sr. Francisco Pereira Passos. Os vizinhos portenhos conseguiram que a Conferência seguinte fosse realizada em Buenos Aires,

o que ocorreu no ano de comemoração do centenário da Independência argentina, em 1910.

Fora como parte das comemorações do Centenário de Independência do Brasil que foi organizado o I Congresso Internacional de História da América, em 1922. Concebido por Max Fleiuss e Afonso Arinos no final do I Congresso de História Nacional, o Congresso realizado no Centenário apresentou uma nova cidade, pois com a derrubada do Morro do Castelo, durante a gestão de Carlos Sampaio na prefeitura do Distrito Federal, houve o remodelamento da área da Lapa e adjacências, onde foram instalados os prédios da Exposição Internacional. Cabe lembrar que do prédio do Silogeu Brasileiro para a região onde foi organizada a Exposição Internacional era possível ir a pé. O evento também serviu de base para debates diplomáticos, tais como a realização de acordos para a escrita da História da América e da cooperação intelectual entre os países. Ambos os temas figuraram na IV Conferência Pan-americana realizada em Santiago do Chile no ano seguinte, demonstrando que o Congresso cumpriu seu propósito diplomático.

A questão da modernidade foi o tema da presente dissertação. O uso de jornais com o propósito de divulgar informações entre os letrados, em uma cidade que recebia uma infinidade de delegações de diferentes países com múltiplos objetivos, demonstrava que eles possuíam formas de comunicação que lhes eram próprias. Tanto no Brasil, com a solicitação de Ramiz Galvão para que se divulgasse nos jornais da cidade os informes sobre o Congresso de História da América, como na Argentina, com a divulgação do resumo da seção da Junta de Numismática aprovando a nomeação de alguns membros do IHGB como sócio-correspondentes, pode ser observado que os periódicos não eram apenas o local de trabalho para uma parcela dos letrados, mas também parte do *ethos* social dos mesmos.

Ao analisar o I Congresso Internacional de História da América cumpriu-se o objetivo de demonstrar que para os letrados e historiadores do continente americano a produção de saber historiográfico estava relacionada à ideia de pátria e História Nacional. O Congresso ocorreu

apenas quatro anos após a I Guerra Mundial (1914-1918), o que elevava a tônica do sentimento nacional. Ao mesmo tempo, foi possível demonstrar a busca por acordos de cooperação entre os países, tal como se demandava para escrever a História Geral da América, e através da escolha do local e data da edição seguinte do encontro: na Argentina, no dia 25 de maio. A escolha desse dia no país portenho estava ligada à importância que História Nacional tinha no contexto do continente americano, pois o representante do Peru, Pedro Dulanto, ao defender a data fez questão de ressaltar a importância de José de San Martín para a independência de outros países da América do Sul.

Para os historiadores, letrados e homens de Estado que estiveram presentes no I Congresso de História da América, a produção de conhecimento histórico não estava desvinculada de questões políticas, o que ficou explícito em dois momentos da análise levada a cabo ao longo da presente dissertação: (i) na posição da delegação do Canadá ao questionar a Comissão de organização do evento sobre maiores informações acerca dos acordos de cooperação para a escrita da história da América; e (ii) na oferta de presentes das diferentes delegações ao IHGB; não era apenas em nome da delegação que se oferecia, mas em nome do Estado representado.

Essa proximidade não significava a vinculação da produção desses historiadores à História Política, ligada apenas à narração de fatos e grandes heróis. No exame realizado considerando os discursos de Oliveira Lima, Pedro Lessa, Clovis Beviláqua e João Ribeiro, tanto através da análise do ante-projeto de escrita da História Geral da América, como nos discursos realizados por Afonso Celso, Max Fleiuss, Manuel Cícero e Ricardo Levene, demonstrou-se que havia a preocupação com questões políticas, mas também se produzia um tipo de História que considerava outros aspectos da vida humana, tais como o econômico, social e cultural.

A memória disciplinar produzida pela Universidade, seja na Argentina, seja no Brasil, desqualificou a produção do período anterior, tal como os *Annales* o fizeram na França após sua consolidação. Não se pode creditar toda a responsabilidade por essa visão reducionista ao grupo liderado por Marc Bloch e Lucien Febvre, mas se pode observar que

esse foi um processo que ocorreu não apenas na América, como em parte da Europa. A produção recente tem apontado para o fato de ser urgente a condução de pesquisas sobre a produção historiográfica anterior à universidade, assim como de outros períodos. Elas também demonstram que não se pode considerar a produção de continentes como a América, África ou Ásia como uma simples extensão da historiografia europeia, mesmo que, muitas vezes, as lentes utilizadas para analisar a história nacional tenham sido as do Velho Mundo. Através da análise do texto produzido por Pedro Lessa, foi possível testemunhar que, na virada do século XIX para o XX, a produção acadêmica europeia era lida, examinada e utilizada quando o pesquisador considerava relevante para a análise de seu objeto. Quando comparado o conjunto de pensadores citados por Lessa com os inventariados por Max Fleiuss no jantar de encerramento do I Congresso Internacional de História da América, o mesmo elenco poderia ser evocado na análise com diferentes sentidos.

A aproximação com o Estado também levava alguns historiadores a advogarem que a História, enquanto disciplina ensinável em ambiente escolar, poderia ser utilizada dentro do contexto da pedagogia cívica e do patriotismo. Era do presente que se olhava para o passado, e ele poderia fornecer subsídios para alterar a realidade presente e futura. Mais que uma narrativa eloquente, o historiador deveria conhecer os procedimentos da pesquisa e produção do saber histórico, fosse para a atuação nas agremiações e congressos da área, fosse para produzir conhecimento escolar.

Além disso, João Ribeiro, em obras didáticas produzidas para alunos do primário e secundário, tinha a preocupação de apresentar a história, seu objeto e seus métodos, como também as diferentes faces do processo histórico. Esse era um ponto em comum dele com outros membros do IHGB, posição que destaca em seu discurso como motivo para ser convidado ao grêmio. Tal questão estava presente na proposta do Conde de Afonso Celso para a escrita de uma História Geral da América, ao considerar os diferentes aspectos da vida desde o período pré-colonial até a I Guerra Mundial, aprovada pela maioria dos

participantes, e seu uso não ficaria restrito aos centros de produção do saber, mas também poderia ser utilizado como parte da educação cívica na história ensinada. Como o próprio Afonso Celso havia destacado em seu discurso na abertura do Congresso, cabia à América apresentar-se como modelo de paz para o Mundo.

Por fim, cabe ressaltar que a História Geral da América, tal como pretendida pelo IHGB em 1922, nunca chegou a ser escrita, pois apesar da UNESCO ter encampado o projeto, ele apenas foi cumprido parcial na edição da *História da América Latina*. A segunda edição do Congresso Internacional de História da América foi realizada em Buenos Aires no ano de 1937, dentro de outra lógica de cooperação internacional. Os cursos de História criados no Brasil nos anos 1930 traziam em sua grade a cadeira de história da América, o que não pode ser demonstrado como consequência direta do I Congresso Internacional de História da América realizado em setembro de 1922. Tais questões demandam outras pesquisas, assim como o próprio congresso ainda tem aspectos a serem explorados, mas isso ficará para outro momento.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

A EXPOSIÇÃO. Rio de Janeiro, nº 6-7, outubro de 1922.

FLEIUSS, M. O Brasil e seus Historiadores [Manuscrito]. **Arquivo pessoal de Max Fleiuss no IHGB**. DL 469, Pasta 1.

FONTES IMPRESSAS

BEVILÁQUA, Clóvis. Resposta ao discurso de Pedro Lessa [1910]. In: ABL. Academia Brasileira de Letras. **Discursos acadêmicos**. Tomo 1, Vol. 1 a 4, 1897-1919. Rio de Janeiro: ABL, 2005, p. 477-486.

IHGB. **Revista do IHGB**. Tomo Especial: Congresso Internacional de História da América (1922). Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1925, v. 1.

LESSA, Pedro. Reflexões sobre o conceito de História [1900]. In: NICOLAZZI, Fernando (org). **História e Historiadores no Brasil do fim do Império ao alvorecer da República**. Porto Alegre: PUCRS, 2014, p. 79-168.

LIMA, Manoel de Oliveira. *Obra Seleta*. (Dir.: Barbosa Sobrinho). Rio de Janeiro, INL, 1971.

RIBEIRO, João. Discurso de posse do IHGB [1915]. In: NICOLAZZI, Fernando (org.). **História e Historiadores no Brasil do fim do Império ao alvorecer da República**. Porto Alegre: PUCRS, 2014, p. 281-286.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. 4ª Reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- ANINO, Antonio. ROJAS, Rafael. **La Independencia**: los libros de la pátria. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 2008.
- ARAÚJO, Valdeci Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 12, nº 1, p. 79-94, 2006.
- AVILA, Arthur Lima de. Um lugar para a América Hispânica na historiografia norte-americana: a fundação da *Hispanic American Historical Review* e as políticas da História. **História da Historiografia**. Ouro Preto, nº 17, p. 50-68, abr. de 2015. DOI: 10.15848/hh.voi17.786.
- BARBAULT, Robert. Breve história dos conceitos e das ideias em ecologia. In: **Ecologia Geral**: estrutura e funcionamento da Biosfera. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 18 -28
- BARBOSA, Marialva. Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920). *INTERCOM – Revista Brasileira e Comunicação*. São Paulo, v. XX, nº 2, p 87-102, jul-dez. de 1997.
- BASTOS, Maria Helena. **Amada pátria idolatrada**: um estudo da obra *Por que ufano meu país*, de Affonso Celso. *Educar*. Curitiba, nº 20, 2002, exemplar mimeografado, 15p.
- BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). **O tempo do liberalismo excludente** – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, , p. 231-286, Vol. 1, Col. *O Brasil Republicano*.
- BETHEL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 22, nº 44, p. 289-321, jul-dez. de 2009.
- BITTENCOURT, Circe. As “Tradições Nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINSKI, J. (org.) **Ensino de História e criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988, p. 43-72.

- BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. *In*: BITTENCOURT, Circe. (org.) **O Saber histórico na Sala de Aula**. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 77.
- BONAFÉ, Luigi. **Como se faz um herói republicano**: Joaquim Nabuco e a República. Niterói: UFF [Tese de Doutorado], 2008.
- BOUDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BUENO, Clodoaldo. **Da Pax Britannica à Hegemonia Norte-Americana**: o Integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 20, p. 231-250, 1997.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro, JZE, 2005.
- CADIOU, François et. al. **Como se faz a História**: Historiografia, método e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CALABRE, L. **A era do Rádio**. Rio de Janeiro: JZE, 2002.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **O mundo inteiro como um lugar estranho**. São Paulo: USP, 2016
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CARBONELL, Charles-Olivier, “Pour une histoire de l’historiographie”. **Storia della storiografia** – Rivista Internazionale, Milano, nº 1, vol. 1, p. 7-25, 1982.
- CARVALHO, Elizabeth dos Santos. **Revista Americana**: caminhos e descaminhos para um projeto cultural para o continente. Rio de Janeiro: Dissertação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas**: imaginário da república no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2017.
- CARVALHO, Maria Marta. de. Reformas da Instrução Pública. *In*: LOPES, Elaine; FARIA FILHO, Luciano de Mendes; VEIGA, Cynthia (org.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 225-253.

- CASTRO, Fernando Luiz Vale. **Pensando um continente:** a *Revista Americana* e a criação de um projeto cultural para o Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2012.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campos, 1997, p. 45-59.
- CATROGRA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- CERTAU, Michel. A Operação historiográfica. In: **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 2011, p. 45-111.
- COSTA, Julia Furia. O “Culto da Saudade” nas Comemorações do Centenário da Independência do Brasil: A Criação do Museu Histórico Nacional, 1922. **Em tempo de Histórias**. Brasília: nº 18, p. 49-64, jan/jul de 2011.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **As correntes historiográficas na França: Séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- DEVOTO, Fernando. A história e ciências sociais na profissionalização da historiografia. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. São Paulo: v. 21 nº 2, 109-131, nov. de 2009.
- DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. **Historia de la Historiografía argentina**. Buenos Aires: Editorial Sulameriacana, 2009.
- DIDI-HUMERMAN, Georges. **Diante do Tempo:** História da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Humanitas / UFMG, 2015.
- DULCI, Teresa M^a. **As conferências Pan-americanas (1889-1928):** identidades, União aduaneira e arbitragem. São Paulo: Alameda, 2013.
- ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação:** fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

- FALCON, Francisco. História e Poder. *In*: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campos, 1997, p. 61-89.
- FAUSTO, Boris (org.) **Fazer a América**: a imigração em massa para a América. São Paulo: USP, 1999.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004, p. 235-251.
- FERES JR., Jorge. A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma Breve História *cum* Estudo Bibliográfico. **BIB**. São Paulo, nº 55, p. 41-58, jan-jul. de 2003.
- FERREIRA, Antônio Celso. A Historiografia profissional paulista: expansão e descentramento. *In*: GLEZER, Rachel. **Do passado ao futuro: edição comemorativa dos 5º anos da Anpuh**. São Paulo: Contexto: 2011, p. 321-341.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- FONSECA, Thaís Nívia. **História & ensino de História**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- GAGNEBIN. Jeane Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. *In*: **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 107-118.
- GASPARELLO, Arlette. A produção de uma disciplina escolar: os professores/autores e seus livros didáticos. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, vol 13, nº 3(33), p. 147-177, set.-dez. de 2013.
- GOMES, Ângela Mª de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- GOMES, Ângela Mª de Castro. Apresentação a Pedro Lessa. *In*: NICOLAZZI, Fernando. (org). **História e Historiadores no Brasil do fim do Império ao alvorecer da República**. Porto Alegre: PUCRS, 2014, p. 69-77.

- GOMES, Ângela M^a de Castro. **Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GOMES, Ângela M^a de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GOMES, Ângela M^a de Castro; HANSSEN, Patrícia. (org.) **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GUIMARÃES, Lúcia M^a Paschoal. Circulação de Saberes, Sociabilidades e Linhagens Historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914-1949). In: GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado *et. al* (org). **Estudos sobre a História da História: Anais do Encontro de Historiografia e História Política** (10 e 11 de outubro de 2005). Rio de Janeiro: 7 Letras / PPGHS-UFRJ, 2006, p. 162-181.
- GUIMARÃES, Lúcia M^a Paschoal. Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922). **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 6, n^o 10, p. 192-212, jan-jun de 2005.
- GUIMARÃES, Lúcia M^a Paschoal. Max Fleiuss (1868-1943): Historiador e memorialista. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, vol. 168, n^o 434, p. 121-132, jan-mar. de 2007.
- GUIMARÃES, Lúcia M^a Paschoal. Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras, dos estudos de caso: o sucesso da (re)inauguração da Sala do Brasil, na Universidade de Coimbra (1937) e o fracasso do Congresso Luso-brasileiro (1940). In: GUIMARÃES, Lúcia M^a Paschoal (org.) **Afinidades atlânticas: impasses, quimeras e confluências na relações luso-brasileiras**. Rio de Janeiro: Quartet, 2009, p. 132-133.
- GUIMARÃES, Lúcia M^a Paschoal. Por uma história ultramontana: Afonso Celso. **Intellectus**. Rio de Janeiro, ano 2, n^o 1, p. 1-16, 2003.
- GUIMARÃES, Lúcia M^a Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lúcia

- Mara Bastos Pereira. et al **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 28-31.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. A cultura histórica oitocentista e o nascimento da disciplina. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. João Pessoa: ANPUH, 2003. 1 - 7.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história oitocentista. In: GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado *et. alli*. **Estudos sobre escrita da História**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2006, p. 68-85.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 1, vol. 1, p. 5-27, 1988.
- GUINÉE, B. ; SIRINELLI, Jean-Pierre. L'histoire politique. In: BEDARIDA, François. **L'histoire et le métier d'historien en France (1945-1995)**. Paris : Editions de la Maison de sciences de l'homme, S/d, p. 301-312.
- HANSEN, Patrícia. Apresentação a João Ribeiro, NICOLAZZI, Fernando. (org). **História e Historiadores no Brasil do fim do Império ao alvorecer da República**. Porto Alegre: PUCRS, 2014, p. 271-279.
- HARTOG, François; REVEL, Jacques. Note de conjoncture historiographique. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (dir.) **Les usages politiques du passé**. Paris: EHESS, 2001, p. 13-24.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (org.) **A invenção das tradições**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 9-23
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (org.) **A invenção das tradições**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Saraiva / Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, Coleção Saraiva de Bolso.
- HRUBY, Hugo. O tempo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912).

História da Historiografia. Ouro Preto-MG, nº 2, p. 50-66, março de 2009.

HUYSSSEN, Andreas. Geografias do modernismo em um mundo globalizante. *In: Culturas do Passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 19-38.

IGGERS, G. Desafios do século XXI a historiografia. **História da Historiografia.** Ouro Preto, nº 4, p. 105-124, mar. de 2010.

IUMATTI, Paulo; VELLOSO, Julio Cesar. Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889-1934). **Reflexos**, Paris, nº 2, p. 1-26, 2014. Disponível em: http://e-revues.pum.univ-tlse2.fr/sdx2/reflexos/article.xsp?numero=2&id_article=varia_02teixeiraiumatis-492. Acessado em: 12/07/2016.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. *In: FREITAS, Marcos Cezar. de (org.) Historiografia Brasileira em perspectiva.* São Paulo: Universidade São Francisco / Contexto, 1998, p. 119-143.

JUNQUEIRA, Julia Ribeiro. As Comemorações do Sete de Setembro em 1922: uma re(leitura) da História do Brasil. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, nº 5, vol. 2, p 155-178, 2011.

KESSEL, Carlos. **A Vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio.** Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

KNAUSS, Paulo. O descobrimento do Brasil em escultura: imagens do civismo. **Projeto História.** São Paulo: nº 20, p. 175-192, abr. de 2000.

KNAUSS, Paulo. Imaginária urbana: escultura pública na paisagem construída do Brasil. Paisagem e arte. Salgueiro, H. (org.). **Paisagem e Arte.** São Paulo: CBHA, 2000, v. 1, p. 407-414.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”: duas categorias históricas. *In: KOSELLECK, Reinhart.*

- Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC / Contraponto, 2006, p. 305-328.
- LEVY, Ruth. A Exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca do início dos anos 20. **Revista do PPG em Artes**. Rio de Janeiro, p. 38-43, 2004.
- LYRA JR., A. Américo Alves de. Pan-americanismo e política externa brasileira no final do Império e início da República: uma leitura a partir de Salvador de Mendonça. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**. São Paulo: nº 15, p. 132-154, jul-dez. de 2013.
- MARINS, Paulo Garcez. Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia. **Revista do IEB**. São Paulo, n 44, p. 77-104, fev. 2007.
- MAUAD, Ana M^a. Fotografia pública e cultura visual, em perspectiva histórica. **Revista Brasileira de História da Mídia**, vol. 2, p. 11-20, 2013.
- MENEZES, Lená.; TROCONSO, Hugo; MORA, Rogélio. de la. (org.) **Intelectuais na América Latina: pensamento, contexto e instituições**. Dos processos de independência à globalização. Rio de Janeiro: UERJ / LABIME, 2014.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MICELLI, Sérgio. Intelectuais brasileiros. In: MICELI, Sérgio (org.) **O que se lê na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré / ANPOCS, 1999, p. 109-146.
- MOTTA, Marly da Silva. **A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
- MOTTA, Marly da Silva. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: JZE, 2004.
- NASCIMENTO JR., José Lúcio. O novo florescer da Independência: Afonso Celso e o Congresso Internacional de História da América (Rio de Janeiro, 1922). **Expedições: Teoria da História e Historiografia**, v. 8, p. 223-244, 2017a.

NASCIMENTO JR., José Lúcio. A solenidade como busca da ordem - A sessão solene do Real Gabinete Português de Leitura na comemoração do Centenário da Independência do Brasil no (Rio de Janeiro, 1922). In: DANTAS, Alexis T.; LEMOS, Maria Teresa Toríbio B. (Org.). **A Construção da (des)ordem na América Latina e no Mundo Antigo**. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2019a, p. 61-77.

NASCIMENTO JR., José Lúcio. Centenários da Independência e diálogos Argentina-Brasil na escrita da História na América: Ricardo Levene e seu discurso no Primeiro Congresso Internacional de História da América (Rio de Janeiro, 1922). In: Diogo da Silva Roiz. (Org.). **A prática da história intelectual e dos intelectuais: ideias, movimentos e ações**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017b, v. 41, p. 163-176.

NASCIMENTO JR., José Lúcio. Congresso Internacional de História da América (1922): Redes de intelectuais e disciplinarização do conhecimento histórico. **Revista Maracanan**, v. 21, p. 192-200, 2019b.

NASCIMENTO JR., José Lúcio. Considerações sobre a produção historiográfica no primeiro quartel do século XX a partir do I Congresso Internacional de História da América (1922). **Intelligere - Revista de História Intelectual**, p. 12-96-108, 2019c.

NASCIMENTO JR., José Lúcio. Diplomacia Cultural e História da Historiografia apontamento sobre o pan-americanismo e a produção de periódicos nas Américas no primeiro quartel do século XX. **Revista da Anphlac**. No prelo.

NASCIMENTO JR., José Lúcio. Historiadores e livros didáticos nos anos 1920/40: apontamentos a partir do olhar de Max Fleiuss (1868-1943). In: Milena Moretto. (Org.). **Livro didático e educação básica: múltiplos olhares**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017c, p. 179-198.

NASCIMENTO JR., José Lúcio. Literatura, História e Cultura Política: apontamentos sobre o discurso de Malheiro Dias no Real Gabinete Português de Leitura no Centenário da Independência do Brasil (RJ,

- 1922). In: MARTINS, Ricardo André Ferreira (Org.). **Literatura e Vida Social**. 1ªed.Jundiaí: Paco Editorial, 2018a, v. 48, p. 345-365.
- NASCIMENTO JR., José Lúcio. Memória e Esquecimento: o Centenário de Independência do Brasil, 1922. XVII Encontro de História da Anpuh - Rio: entre o local e o global, 2016, Nova Iguaçu. **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh - Rio: entre o local e o global**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2016. v. 01. p. 1-10.
- NASCIMENTO JR., José Lúcio. O congresso, os anais e a historiografia Apontamentos sobre I Congresso Internacional de História da América (1922). **Revista Latino-Americana de História**, v. 8, p. 269-284, 2018b.
- NASCIMENTO JR., José Lúcio. Quando a cidade e seus monumentos contam História: o IHGB e a homenagem aos patriarcas no Centenário da Independência. **Mosaico** (Rio de Janeiro), v. 12, p. 195-206, 2020.
- NICODEMO, Thiago Lima. Intelectuais brasileiros e a política de divulgação cultural do Brasil entre 1930-1950: primeiros apontamentos para o estudo do problema. **Dimensões**. Vitória, vol. 30, p. 110-132, 2013.
- NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das Instituições Culturais no Brasil (1930-1960). In: MARRAS, Stelio. (org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 117-122.
- NICODEMO, Thiago Lima. **Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950**. São Paulo: USP, 2008.
- NORA, Pierre. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: vol 10, p. 7-28, 1993.
- NORIEL, George. **Sur la “crise” de l’histoire**. France: Belin, 1997.
- NUNES, Clarice. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Elaine; FARIA FILHO, Luciano de Mendes; VEIGA, Cynthia (org.)

- 500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 371-399;
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **A questão Nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **Cultura é patrimônio: um guia.** Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- PAIXÃO, Cláudia. **O Rio de Janeiro e o Morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922).** Rio de Janeiro: Dissertação – Universidade Federal Fluminense, 2008.
- PEREIRA, Mateus Henrique; SANTOS, Pedro Afonso dos; NICODEMO, Thiago Lima. Brazilian Historical Writing in Global Perspective: on the emergence of the concept of Historiography. **History and Theory**, v. 54, p. 84-104, 2015.
- PICÓN-SALAS, Mariano. **De la Conquista a la Independencia.** México: Fondo de Cultura Económica, 1944.
- POULOT, Dominique. **Museu e Museologia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- PROST, Antoine. As palavras. In: REMOND, Rene (org.) **Por uma História Política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 295-330.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** 2ª Ed.; 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- REBÉRIOUX, Madeleine. Préface. In: LANGLOIS, Charles ; SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux études historiques (1989).** Paris Kimé, 1992, p. 7-16.
- REIS, José Carlos. A História entre a filosofia e a Ciência. 4ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. **Revista Latinidade.** Rio de Janeiro, Edição Especial, 2013.
- RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** São Paulo, UNICAMP, 2007.

- RODRIGUES, Mara. Apresentação a Oliveira Lima. In: NICOLAZZI, Fernando. (org). **História e Historiadores no Brasil do fim do Império ao alvorecer da República**. Porto Alegre: PUCRS, 2014, p. 247-258.
- SANDES, Noé. **A invenção da Nação: entre a monarquia e a república**. 2ª Ed. Goiânia: UFG, 2011;
- SANT'ANNA, Thaís Rezende da S. de. **A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernização e política no Rio de Janeiro dos anos 1920**. Campinas: Dissertação (Mestrado) UNICAMP, 2008.
- SANTOS, Araci Alves. **Terra Encantada: a ciência na Exposição do Centenário da Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado) UFRJ, 2010.
- SANTOS, Luis Carlos Villafañe. **O Brasil entre a Europa e a América: o Império e o interamericanismo (Do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)**. São Paulo: UNESP, 2004.
- SANTOS, Pedro Afonso C dos; NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique. de F. Historiografias periféricas em perspectivas global ou transnacional: o eurocentrismo em questão. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 60, p 161-186, jan.-abr. de 2017
- SARLO, Beatriz. **Modernidade Periférica: Buenos Aires (1920-1940)**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia. **O império em procissão**. Rio de Janeiro: ZHE, 2001.
- SHAW, Enrique. La construcción del imaginario a través de *La Revista Derecho, Historia y Letras* de Estanislao S. Zeballos e el centenario. In: VIADEL, Antonio Colomer. (ed.) **América Latina, Globalidad y Integración**. Madrid: Ediciones del Otro, 2012, Vol. 3, p. 1559-1665.
- SILVA, Ana Paula Barcelos. **Diálogos sobre a escrita da História: iberoamericanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no**

Brasil e na Argentina (1910-1940). Rio de Janeiro: UFF [Tese de Doutorado], 2011.

SILVA, Ana Paula Barcelos. História e integração regional: intelectuais, convênios e livros no Brasil e na Argentina nas primeiras décadas do século XX. **História da Historiografia**. Ouro Preto, nº 18, p. 231-247, ago. de 2015.

SIRINELLI, Jean-Pierre. *Abrir a história*: novo olhar para o século XX francês. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SIRINELLI, Jean-Pierre. De la demeure à l'agora: pour une histoire culturelle du politique. In: BERSTEIN, Serge ; MILZA, Pierre. (dir.) **Axes et méthodes de l'histoire politique**. Paris : PUF, 1998, p. 381-398.

SIRINELLI, Jean-Pierre. Os intelectuais do final do século XX: abordagens e configurações historiográficas. AVEZEDO, Cecília. el al. **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 47-57.

SIRINELLI, Jean-Pierre. Os intelectuais franceses: um objeto para a História do tempo presente? In.: DUTRA, Eliana. de Freitas (org). **O Brasil em dois tempos**: história pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 129-141.

SOUZA, Francisco Gouvea. Revolta e proclamação como molduras da história: escrita da história e olhares para a República entre os sócios do IHGB. **História da Historiografia**. Ouro Preto, nº 18, p. 213-230, agosto de 2015.

TARBOTA, Humberto. **História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro**: primeiro Centenário (1837-1937). Rio de Janeiro: RGPL, 1940.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia**. Ouro Preto, nº 13, p. 95, dez. de 2013.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **História & Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.